PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2025

46- Parecer técnico conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno



PREFEITURA ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 870/2026	
UNIDADE GESTORA:	Prefeitura Municipal de Aracaju – PMA (Consolidada)
EXERCÍCIO FINANCEIRO:	2025
ASSUNTO:	Contas Anuais de Governo
AGENTE RESPONSÁVEL	
NOME:	Emília Corrêa Santos Bezerra
CPF:	313.XXX.XXX -68
CARGO:	Prefeita Municipal
PERÍODO:	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Em observância às disposições estabelecidas nos arts. 70 e 74 da Constituição da República Federativa do Brasil, que disciplinam, respectivamente, o controle externo e o sistema de controle interno da Administração Pública, bem como em consonância com a Lei Complementar nº 101/2000, que institui normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e ainda com fundamento na Lei Complementar nº 205/2011 (Lei Orgânica do TCE/SE) e no art. 12 da Lei nº 4.372/2013, o Departamento de Análises e Prestações de Contas – DAPC da Controladoria-Geral do Município de Aracaju – CGM procedeu à análise das **Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Aracaju** – PMA, relativas ao exercício financeiro de 2025.

No âmbito municipal, cumpre destacar as disposições da Lei Orgânica do Município de Aracaju, especialmente os arts. 129 e 130, que estabelecem que a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e de suas entidades será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, abrangendo os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Dispõem, ainda, que estão sujeitos ao dever de prestar contas todos aqueles que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem recursos públicos, bem como que o controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a quem compete, entre outras atribuições, apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo.

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

A análise foi realizada nos termos da Resolução nº 353/2023 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE, a qual dispõe sobre os processos de Prestação de Contas dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, tendo como referência os documentos e informações previstos no Rol de Documentos constante do Anexo I à referida Resolução.

1. DA COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Processo de Prestação de Contas Anual da **Prefeitura Municipal de Aracaju – PMA**, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, foi devidamente formalizado por meio do Processo Administrativo **nº 870/2026**, protocolizado junto à Controladoria-Geral do Município – CGM em **25 de março de 2026**, em estrita observância aos critérios estabelecidos no art. 6º da Resolução TCE/SE nº 353/2023.

Após criterioso exame técnico, constatou-se que o processo se encontra devidamente instruído com a integralidade das peças e documentos exigidos pelo Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023. Foram verificados, em especial, os seguintes documentos e informações:

1.1. Ofício de Encaminhamento: Consta nos autos o Ofício de Encaminhamento da Prestação de Contas ao Tribunal de Contas, com a devida identificação das unidades orçamentárias consolidadas na prestação de contas, em atendimento ao disposto no item 1 do Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023.

1.2. Rol de Responsáveis: Consta nos autos o Rol de Responsáveis com os respectivos atos de nomeação, contendo nome, CPF, endereço residencial, e-mail e o período de ocupação do cargo do responsável pelas contas, do responsável pelo setor contábil, do responsável pela Unidade de Controle Interno e do(s) responsável(is) pelas contratações/pregoeiro, em conformidade com o item 2 do Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023.

1.3. Relatório de Gestão: Consta nos autos o Relatório de Gestão do Chefe do Poder Executivo, abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, conforme exigido pelo item 3 do Anexo I à Resolução TCE/SE

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

nº 353/2023. O documento está analisado de forma detalhada no subitem 2.2 deste Parecer.

1.4. Lei de Fixação de Subsídios: Consta nos autos a Lei de Fixação dos Subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito para o exercício de 2025, bem como as leis que concederam revisões gerais anuais no período, em atendimento ao item 4 do Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023.

1.5. Relação de Créditos Adicionais: Consta nos autos a Relação Cronológica dos Decretos referentes a créditos adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) abertos no exercício, com a discriminação do número do decreto, valor, totalização de cada tipo de crédito, data e fontes para abertura, conforme o item 5 do Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023.

Os demais documentos e informações exigidos pelo Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023 (itens 6 a 50) foram igualmente identificados nos autos e são objeto de análise nos capítulos subsequentes deste Parecer.

Conclui-se, portanto, que a Prestação de Contas atendeu, de maneira plena, às exigências formais e materiais estabelecidas pela Resolução TCE/SE nº 353/2023, não sendo identificadas omissões ou inconsistências quanto à documentação obrigatória.

2. DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2.1 Dos Responsáveis pelo Processo de Prestação de Contas

No que se refere à identificação dos responsáveis pelas contas, cumpre destacar que, nos termos do art. 70, parágrafo único, da Constituição da República, bem como do parágrafo único do art. 130 da Lei Orgânica do Município de Aracaju, estão obrigados a prestar contas todos aqueles que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem recursos públicos, ou pelos quais o ente municipal responda.

Em consonância com o art. 4º da Resolução TCE/SE nº 353/2023, o responsável principal pelas presentes Contas de Governo é a **Prefeita Municipal de Aracaju**, na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal no encerramento do período analisado.

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

Os responsáveis solidários foram devidamente identificados e elencados no Rol de Responsáveis (Item 2 do Anexo I), constante dos autos.

Registre-se que a responsabilidade técnica pela elaboração e assinatura dos demonstrativos contábeis consolidados coube à servidora **Jamisson Nunes Santos**, inscrita no CPF nº 055.***.***-27 e no CRC/SE sob o nº 007806/O-6, em conformidade com o art. 4º, § 3º, da Resolução TCE/SE nº 353/2023. A Certidão de Regularidade no Conselho Regional de Contabilidade – CRC (Item 49 do Anexo I) foi devidamente apresentada nos autos, atestando a regularidade do responsável contábil.

2.2 Do Relatório de Gestão do Chefe do Poder Executivo

O Relatório de Gestão (Item 3 do Anexo I) tem por finalidade avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA, bem como comprovar a legalidade dos atos praticados e aferir os resultados alcançados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Município no exercício de 2025.

O documento abordou, entre outros aspectos: o atendimento aos limites constitucionais para despesas em saúde e educação; o atendimento aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para despesas com pessoal, endividamento e operações de crédito; os investimentos em obras públicas; o cumprimento das metas da LDO; o reflexo das renúncias de receitas; a execução dos programas da LOA em consonância com a LDO e o PPA; a inscrição e pagamento de precatórios; os gastos com publicidade; as estratégias de recuperação de créditos tributários; o desempenho da arrecadação e o combate à sonegação; e a política de recuperação de créditos inscritos em Dívida Ativa, em atendimento às alíneas "a" a "m" do item 3 do Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023.

Verificou-se que o Relatório de Gestão foi elaborado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão municipal, encontrando-se em conformidade com as exigências normativas aplicáveis.

3. DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

3.1 Do Orçamento Anual e dos Créditos Adicionais

O Orçamento da **Prefeitura Municipal de Aracaju** para o exercício financeiro de 2025 foi aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 6.120, de 30 de dezembro de 2024, que estimou a Receita e fixou a Despesa consolidada em R$ 4.648.100.000,00, sendo o valor atualizado de R$ 4.912.917.129,38, considerando as movimentações orçamentárias realizadas durante o exercício, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1. Alterações Orçamentárias

Movimentação	Valor
Dotação Inicial	4.648.100.000,00
Dotação Suplementar	1.646.859.697,74
Dotação Anulada	1.382.042.568,36
Dotação Final	**4.912.917.129,38**

Fonte: Despesa Orçamentária Cat. Econômica (Item 08, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

A Relação Cronológica dos Decretos referentes a Créditos Adicionais (Item 5 do Anexo I) evidencia as alterações promovidas no orçamento inicial, discriminando os créditos suplementares, especiais e extraordinários abertos no exercício, com a totalização dos valores e as fontes de abertura, em conformidade com a legislação vigente.

3.2 Da Execução Orçamentária – Demonstrativos Legais

A análise da execução orçamentária consolidada da Prefeitura Municipal de Aracaju foi realizada com base nos seguintes demonstrativos, todos apresentados nos autos em conformidade com o Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023:

3.3 Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 01 da Lei nº 4.320/64): O demonstrativo foi devidamente apresentado, evidenciando o confronto entre receitas e despesas por categoria econômica, apurando-se o resultado orçamentário do exercício.

3.4 Demonstrativo Consolidado das Receitas segundo Categoria Econômica (Anexo 02 da Lei nº 4.320/64): O demonstrativo foi apresentado de forma consolidada, evidenciando a composição da receita por natureza econômica.

3.5 Demonstrativo Consolidado das Despesas por Unidade Orçamentária segundo Categorias Econômicas (Anexo 02 da Lei nº 4.320/64): O demonstrativo evidencia a distribuição das despesas por unidade orçamentária e categoria econômica,

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

conforme demonstrado na Tabela 2, em atendimento ao disposto no item 08, Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023.

3.6 Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária (Anexo 06 da Lei nº 4.320/64): O demonstrativo foi apresentado com o detalhamento por projeto e atividade, em conformidade com a exigência normativa.

3.7 Demonstrativo de Despesas por Funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades (Anexo 07 da Lei nº 4.320/64): O demonstrativo foi devidamente apresentado, permitindo a análise do desempenho por função de governo.

3.8 Demonstrativo de Despesas por Funções, Programas e Subprogramas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 08 da Lei nº 4.320/64): O demonstrativo foi apresentado, evidenciando a vinculação das despesas às respectivas fontes de recursos.

3.9 Demonstrativo das Despesas por Órgão e Funções (Anexo 09 da Lei nº 4.320/64): O demonstrativo foi apresentado em conformidade com as exigências da Lei nº 4.320/64.

3.10 Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320/64): O demonstrativo evidencia o confronto entre a previsão e a arrecadação efetiva, analisado de forma detalhada no item 4.1 deste Parecer.

3.11 Demonstrativo do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320/64): O demonstrativo evidencia o confronto entre as dotações autorizadas e as despesas efetivamente realizadas, analisado de forma detalhada no item 4.1 deste Parecer.

Tabela 2. Execução Orçamentária por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Autorizado(A)	Empenhado(B)	Execução %(B/A)
Pessoal e Encargos Sociais	1.942.163.835,91	1.866.189.728,53	96,09%
Juros e Encargos da Dívida	65.957.473,89	64.811.907,39	98,26%
Outras Despesas Correntes	1.722.678.029,51	1.484.506.373,83	86,17%
Investimentos	999.753.896,53	548.601.667,57	54,87%
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	49.222.255,73	48.940.104,28	99,43%
Reservas	133.141.637,81	-	0,00%
Total	**4.912.917.129,38**	**4.013.049.781,60**	**81,68%**

Fonte: Despesa Orçamentária Cat. Econômica (Item 08, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

Tabela 3. Execução Orçamentária por Função			
Função	Autorizado(A)	Empenhado(B)	Execução %(B/A)
01 - Legislativa	106.058.657,40	106.023.975,17	99,97%
04 - Administração	741.258.705,08	680.009.469,12	91,74%
06 - Segurança Pública	340.387,71	249.236,22	73,22%
08 - Assistência Social	55.695.358,13	44.419.006,53	79,75%
09 - Previdência Social	507.277.103,45	499.609.344,15	98,49%
10 - Saúde	899.078.312,00	816.421.345,27	90,81%
11 - Trabalho	11.587.427,65	10.113.869,65	87,28%
12 - Educação	778.806.964,88	735.563.358,59	94,45%
13 - Cultura	44.900.298,14	42.550.015,39	94,77%
14 - Direitos da Cidadania	6.506.330,72	3.185.932,41	48,97%
15 - Urbanismo	459.717.234,21	252.441.803,51	54,91%
16 - Habitação	70.583.861,90	23.617.004,69	33,46%
17 - Saneamento	180.000.224,25	101.231.131,18	56,24%
18 - Gestão Ambiental	332.476.808,46	272.126.799,13	81,85%
19 - Ciência e Tecnologia	370.000,00	357.129,01	96,52%
23 - Comércio e Serviços	42.710.710,53	31.030.077,70	72,65%
24 - Comunicações	1.500,00	-	0,00%
25 - Energia	22.968.146,78	21.810.854,92	94,96%
26 - Transporte	283.407.051,78	181.273.942,85	63,96%
27 - Desporto e Lazer	28.660.372,90	22.129.187,99	77,21%
28 - Encargos Especiais	207.370.035,60	168.886.298,12	81,44%
99 - Reserva	133.141.637,81	-	0,00%
Total	**4.912.917.129,38**	**4.013.049.781,60**	**81,68%**

Fonte: Despesa Orçam. Por Funções, Programas (Item 10, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

Tabela 4. Execução Orçamentária por Fonte de Recursos			
Fonte de Recursos	Autorizado(A)	Empenhado(B)	Execução %(B/A)
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.695.696.715,91	1.494.244.861,05	88,12%
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	416.948.236,35	416.597.033,46	99,92%
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	467.438.481,57	460.516.866,62	98,52%
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	350.000,00	350.000,00	100,00%
15400001 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.300.000,00	2.652.471,65	80,38%
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	268.553.785,00	262.611.672,63	97,79%
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	11.868.536,32	8.129.837,16	68,50%
15500000 - Transferência do Salário-Educação	9.102.541,68	5.260.640,14	57,79%
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2.175.310,37	517.177,14	23,77%
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	100.000,00	10.806,50	10,81%
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	10.902.130,70	4.247.261,31	38,96%
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	4.160.188,57	2.967.980,97	71,34%
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	242.989.830,38	212.942.873,73	87,63%
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde	20.236.969,62	9.843.740,79	48,64%
16020000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo	300.000,00	-	0,00%
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	37.426.000,00	37.417.972,00	99,98%
16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	18.512.337,00	18.467.976,18	99,76%

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	43.600.000,00	43.502.358,25	99,78%
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	2.200.000,00	-	0,00%
16593110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	12.715.663,00	8.516.417,21	66,98%
16593120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	7.200.000,00	90.618,49	1,26%
16593130 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão	-	-	0,00%
16593210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	200.000,00	-	0,00%
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	7.954.078,00	6.896.389,16	86,70%
16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	2.345.922,00	2.065.281,76	88,04%
16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	1.264.000,00	822.232,20	65,05%
16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	5.506.000,00	2.496.351,65	45,34%
16693110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	9.966.754,90	7.269.654,99	72,94%
16693120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	2.000.000,00	0	0,00%
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	45.027.554,72	5.159.957,04	11,46%
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	1.500.000,00	1.500.000,00	100,00%
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	102.926,19	0	0,00%
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	3.945.300,29	3.730.300,29	94,55%
17063110 - Transferência Especial da União	483.365,99	0	0,00%
17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	305,94	305,94	100,00%
17160000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	353,43	353,43	100,00%
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	4.600.000,00	4.515.574,22	98,16%
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	16.181.432,06	15.930.816,07	98,45%
17210000 - Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo - Lei nº 13.885/2019	3.745.772,26	3.590.143,67	95,85%
17490000 - Outras vinculações de transferências	240.400.000,00	128.578.353,84	53,49%
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	460.387,55	445.692,59	96,81%
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	35.412.991,46	31.386.877,58	88,63%
17520000 - Recursos vinculados ao trânsito	17.068.077,68	14.217.653,18	83,30%
17540000 - Recursos de Operações de Crédito	501.053.653,85	229.822.988,93	45,87%
17550000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	1.251.464,00	374.981,31	29,96%
17560000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	1.221.208,62	654.844,51	53,62%
17590000 - Recursos Vinculados a Fundos	5.655.387,71	2.020.892,20	35,73%
17990000 - Outras Vinculações Legais	600.000,00	530.210,34	88,37%
17993120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	13.630.000,00	10.834.210,49	79,49%
18001111 - Benefícios previdenciários - Poder Executivo – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	204.552.385,65	78.099.070,66	38,18%
18001121 - Benefícios previdenciários - Poder Legislativo – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	2.198.200,00	1.014.687,78	46,16%
18012111 - Benefícios previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	394.095.519,81	388.947.405,42	98,69%
18012121 - Benefícios previdenciários - Poder Legislativo - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	27.309.100,00	26.866.614,73	98,38%
18020000 - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	9.741.037,28	9.510.413,44	97,63%
25430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	3.927.022,34	3.114.283,30	79,30%
25500000 - Transferência do Salário-Educação	0	0	0,00%
25520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2.683.435,18	1.062.070,05	39,58%

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

25530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	123.225,86	123.225,86	100,00%
26593130 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão	1.197.522,00	1.197.522,00	100,00%
26693110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	1.095.322,96	708.200,00	64,66%
27063110 - Transferência Especial da União	2.327.336,69	2.025.541,84	87,03%
27150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	91.734,33	91.734,33	100,00%
27160000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	105.974,44	105.974,44	100,00%
27490000 - Outras vinculações de transferências	63.783.925,80	36.719.911,32	57,57%
27510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	1.834.618,40	1.261.535,95	68,76%
28020000 - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	497.105,52	468.959,81	94,34%
Total	**4.912.917.129,38**	**4.013.049.781,60**	**81,68%**

Fonte: Contabilis/3Tecnos.

Após análise dos demonstrativos supramencionados, verificou-se elevado grau de execução do orçamento atualizado, demonstrando adequada aderência entre o planejamento estabelecido e a execução orçamentária realizada.

4. DA CONTABILIDADE

4.1 Do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário (Item 15 do Anexo I) foi elaborado em conformidade com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresentando, de forma sistematizada, o confronto entre as receitas previstas e as efetivamente realizadas, bem como entre as despesas fixadas e as executadas no exercício.

No que se refere à receita, a Previsão Atualizada de Arrecadação para o exercício de 2025 foi de R$ 4.648.100.000,00, enquanto a Receita Realizada totalizou R$ 4.219.560.325,12, resultando em uma insuficiência de arrecadação no montante de R$ 428.539.674,88. Tal cenário não configura, por si só, irregularidade na gestão fiscal, tratando-se de característica inerente à dinâmica das receitas orçamentárias consolidadas.

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

Quadro 1: Resumo das Receitas do Balanço Orçamentário

TÍTULO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receita correntes (I)	**3.807.110.000,00**	**3.807.110.000,00**	**3.909.090.415,61**	**101.980.415,61**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.150.671.100,00	1.150.671.100,00	1.204.996.528,98	54.325.428,98
Receita de Contribuições	584.795.000,00	584.795.000,00	477.207.363,04	-107.587.636,96
Receita Patrimonial	167.796.000,00	167.796.000,00	356.139.942,72	188.343.942,72
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	49.100.000,00	49.100.000,00	40.045.283,33	-9.054.716,67
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências recebidas	1.814.915.000,00	1.814.915.000,00	1.800.675.380,62	-14.239.619,38
Outras Receitas Correntes	39.832.900,00	39.832.900,00	30.025.916,92	-9.806.983,08
Receita de Capital (II)	**840.990.000,00**	**840.990.000,00**	**310.469.909,51**	**-530.520.090,49**
Operações de Crédito	483.600.000,00	483.600.000,00	284.409.234,89	-199.190.765,11
Alienação de Bens	5.970.000,00	5.970.000,00	680.823,49	-5.289.176,51
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	351.420.000,00	351.420.000,00	19.067.643,29	-332.352.356,71
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	6.312.207,84	6.312.207,84
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas (IV) = (I+II+III)	**4.648.100.000,00**	**4.648.100.000,00**	**4.219.560.325,12**	**-428.539.674,88**
Operações de Créditos/Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV +V)	4.648.100.000,00	4.648.100.000,00	4.219.560.325,12	-428.539.674,88
Déficit (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII) = (VI+VII)	**4.648.100.000,00**	**4.648.100.000,00**	**4.219.560.325,12**	**-428.539.674,88**

Fonte: Balanço Orçamentário (Item 15, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

No tocante à despesa, o montante executado no exercício alcançou R$ 4.219.560.325,12. Ao confrontar a receita realizada com a despesa executada, apura-se um resultado orçamentário superavitário de R$ 206.510.543,52, decorrente da dinâmica de financiamento das despesas por transferências e receitas de capital.

Comparando-se a Receita Realizada com a Atualizada, constata-se uma insuficiência na arrecadação de R$ 428.539.674,88. Quanto à despesa, a diferença entre a dotação atualizada e a despesa empenhada é de R$ 899.867.347,78, configurando-se uma economia orçamentária na realização da despesa.

Quadro 2: Resumo das Despesas do Balanço Orçamentário

TÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	PAGOS	SALDO
Despesas Correntes (IX)	**3.394.080.731,00**	**3.730.799.339,31**	**3.415.508.009,75**	**3.378.792.744,35**	**3.264.299.328,14**	**315.291.329,56**
Pessoal e Encargos Sociais	1.833.489.700,00	1.942.163.835,91	1.866.189.728,53	1.865.283.786,49	1.852.689.971,67	75.974.107,38
Juros e encargos da dívida	44.646.400,00	65.957.473,89	64.811.907,39	64.811.907,39	64.811.907,39	1.145.566,50
Outras Despesas Correntes	1.515.944.631,00	1.722.678.029,51	1.484.506.373,83	1.448.697.050,47	1.346.797.449,08	238.171.655,68
Despesas de Capital (X)	**1.254.019.269,00**	**1.182.117.790,07**	**597.541.771,85**	**491.306.770,92**	**476.586.573,27**	**584.576.018,22**
Investimentos	1.018.502.075,00	999.753.896,53	548.601.667,57	442.366.666,64	427.646.468,99	451.152.228,96
Inversões Financeiras	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	32.941.000,00	49.222.255,73	48.940.104,28	48.940.104,28	48.940.104,28	282.151,45
Reservas	**201.576.194,00**	**133.141.637,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**133.141.637,81**
Reserva de Contigência	31.501.194,00	7.716.637,81	0,00	0,00	0,00	7.716.637,81
Reserva do RPPS	170.075.000,00	125.425.000,00	0,00	0,00	0,00	125.425.000,00
Subtotal das Despesas (XI)	**4.648.100.000,00**	**4.912.917.129,38**	**4.013.049.781,60**	**3.870.099.515,27**	**3.740.885.901,41**	**899.867.347,78**
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit (XIII)	0,00	0,00	206.510.543,52	0,00	0,00	-206.510.543,52
TOTAL (XIV) = (XI+XII+XIII)	**4.648.100.000,00**	**4.912.917.129,38**	**4.219.560.325,12**	**3.870.099.515,27**	**3.740.885.901,41**	**693.356.804,26**

Fonte: Balanço Orçamentário (Item 15, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

4.2 Do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (Item 16 do Anexo I) foi elaborado de acordo com a Lei nº 4.320/64 e o MCASP, demonstrando as receitas e despesas orçamentárias, os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, os saldos transferidos do exercício anterior e os que passaram para o exercício de 2025.

Quadro 4: Balanço Financeiro

INGRESSOS	2025	2024	DISPÊNDIOS	2025	2024
Orçamentárias (I)	4.219.560.325,12	4.159.508.184,87	Orçamentárias (VII)	4.013.049.781,60	3.709.140.661,38
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.580.279.930,87	2.287.673.870,66	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	2.580.279.930,87	2.287.673.870,66
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	776.305.745,42	0,00	Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)	980.665.203,87	0,00
Recebimento Extraorçamentárias (IV)	**856.892.772,91**	**650.160.120,40**	Pagamentos Extraorçamentários (X)	**645.245.248,89**	**944.251.227,75**
Inscrição em Restos a Pagar	**272.163.880,19**	**88.164.020,67**	Pagamentos de Restos a Pagar	**81.109.149,36**	**133.533.118,61**
- Insc. De Restos a Pagar Não Processado	142.950.266,33	18.713.982,79	-Pag. de Restos a Pagar Não Processado	12.608.661,70	59.966.236,06
-Insc. De Restos a Pagar Processado	129.213.613,86	69.450.037,88	- Pag de Restos a Pagar Processado	68.500.487,66	73.566.882,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	551.406.428,62	504.587.858,49	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	531.319.812,79	493.976.581,15
Outros Recebimentos Extraorçamentários	33.322.464,10	57.408.241,24	Outros Pagamentos Extraorçamentários	32.816.286,74	316.741.527,99
Saldo do Exercício Anterior (V)	594.885.759,41	438.609.343,27	Saldo Atual (XI)	808.684.368,50	594.885.759,41
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	9.027.924.533,73	7.535.951.519,20	TOTAL (XII) = (VI+VII+VIII+IX)	9.027.924.533,73	7.535.951.519,20

Fonte: Balanço Financeiro (Item 16, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

Verificou-se que a soma das receitas orçamentárias (I), das transferências financeiras recebidas (II) e dos recebimentos extraorçamentários (III), totalizando R$ 8.433.038.774,32, subtraída das despesas orçamentárias (VI), das transferências financeiras concedidas (VII) e dos pagamentos extraorçamentários (VIII), totalizando R$ 8.219.240.165,23, resultou em valor líquido positivo de R$ 213.798.609,09.

O saldo final do Balanço Financeiro do exercício anterior, no valor de R$ 594.885.759,41, equivale ao saldo inicial do exercício de 2025, cumprindo os ditames dos arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/64. Houve equilíbrio no Balanço Financeiro, uma vez que o total da receita, no valor de R$ 9.027.924.533,73, equivale ao total dos dispêndios, em atendimento ao art. 103 da Lei nº 4.320/64.

4.3 Do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (Item 17 do Anexo I) foi elaborado em conformidade com o MCASP e com o art. 105 da Lei nº 4.320/64, demonstrando, de forma qualitativa e quantitativa, os efeitos das variações sofridas pelo patrimônio municipal em decorrência dos atos de gestão praticados no exercício.

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

Quadro 5: Balanço Patrimonial (MCASP)					
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL R$	EXERCÍCIO ANTERIOR R$	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL R$	EXERCÍCIO ANTERIOR R$
Ativo Circulante	**3.107.355.936,33**	**2.589.163.542,32**	**Passivo Circulante**	**454.390.292,66**	**276.305.112,21**
Caixa e Equivalente de Caixa	808.684.368,50	594.885.759,41	Obrigações Trab. Prev. e Assist. a Pagar CP	13.919.740,53	23.293.222,02
Creditos a Curto Prazo	68.620.851,24	105.736.957,96	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	125.476.039,87	36.762.298,87
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	94.700.042,17	75.223.601,79	Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	167.821.496,20	97.448.133,03
Investimentos e Aplicações Tempor. a Curto Prazo	2.105.708.742,75	1.788.034.495,03	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	547.597,81	235.791,08
Estoques	29.641.931,67	25.282.728,13	Demais Obrigações a Curto Prazo	146.625.418,25	118.565.667,21
VPD paga Antecipadamente	26.913,83	14.851,79		-	-
Ativo Não Circulante	**4.803.306.869,82**	**4.248.326.558,63**	**Passivo Não Circulante**	**2.827.772.577,59**	**2.358.656.882,52**
Crédito a Longo Prazo	1.788.119.400,72	1.601.809.044,43	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	417.305.117,67	197.467.175,01
Investimentos	158.023.864,67	160.999.926,16	Obrigações Trab. Prev. e Assist. a Pagar LP	893.979.888,29	845.603.194,81
Imobilizado	**2.851.943.285,93**	**2.480.040.651,32**	Fornecedores e Contas a Pagar Longo Prazo	136.530.883,11	129.759.076,00
Bens Móveis	328.446.977,37	255.162.724,32	Provisões a Longo Prazo	1.379.956.688,52	1.185.827.436,70
Bens Imóveis	2.623.490.295,81	2.297.459.298,79	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização	-99.993.987,25	-72.581.371,79			
Intangível	5.220.318,50	5.476.936,72	**Patrimônio Líquido**	4.628.526.849,73	4.202.542.958,01
TOTAL GERAL DO ATIVO	7.910.689.719,98	6.837.504.952,74	TOTAL GERAL DO PASSIVO	7.910.689.719,98	6.837.504.952,74

Fonte: Balanço Patrimonial (Item 17, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

A Prefeitura Municipal de Aracaju apresenta um Ativo de R$ 7.910.689.719,98 e um Passivo de R$ 3.425.113.136,58. O valor residual dos ativos após deduzidos todos os passivos resultou em um **Patrimônio Líquido positivo de R$ 4.628.526.849,73**. O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro demonstra um superávit financeiro de R$ 507.194.163,01, obtido pela comparação do Ativo Financeiro (R$ 834.002.609,72) com o Passivo Financeiro (R$ 326.808.446,71).

Quadro 6: Balanço Patrimonial (Lei 4.320/64)					
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL R$	EXERCÍCIO ANTERIOR R$	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL R$	EXERCÍCIO ANTERIOR R$
Ativo Financeiro	834.002.609,72	619.498.840,16	Passivo Financeiro	326.808.446,71	123.047.438,25
Ativo permanente	7.076.687.110,26	6.218.006.112,58	Passivo Permanente	3.098.304.689,87	2.530.628.539,27
Total	7.910.689.719,98	6.837.504.952,74	Total	3.425.113.136,58	2.653.675.977,52
SALDO PATRIMONIAL				**4.485.576.583,40**	**4.183.828.975,22**
Superávit Financeiro				507.194.163,01	

Fonte: Balanço Patrimonial (Item 17, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

4.3.1 Do Disponível

As disponibilidades do Ativo Financeiro, em 31 de dezembro de 2025, no valor de R$ 834.002.609,72, são suficientes para honrar os compromissos registrados no Passivo Financeiro, que totalizam R$ 326.808.446,71, com diferença positiva de R$ 507.194.163,01, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial.

4.3.2 Dos Extratos Bancários e Conciliações Bancárias

Os Extratos Bancários das Contas de Aplicações Financeiras do último dia do mês de dezembro (Item 38 do Anexo I) e os Extratos Bancários de Contas Corrente e Poupança do último dia do mês de dezembro (Item 39 do Anexo I) foram devidamente apresentados nos autos, inclusive os arquivos ".OFX" do M12 enviados no SAGRES.

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

As Conciliações Bancárias de todas as contas bancárias (Item 40 do Anexo I) foram realizadas e apresentadas nos autos. Do exame dos extratos e das conciliações, verificou-se que os saldos apresentados, no montante total de R$ 808.684.368,50, encontram-se devidamente atualizados e consistentes, guardando plena correspondência com o saldo registrado na conta contábil "Caixa e Equivalentes de Caixa" do Balanço Patrimonial.

Conclui-se que os procedimentos de conciliação bancária foram realizados de maneira adequada, não sendo identificadas inconsistências, divergências ou irregularidades nos saldos analisados.

4.3.3 Do Almoxarifado

O Inventário do Estoque em Almoxarifado (Item 26 do Anexo I) foi apresentado nos autos, evidenciando a fidedignidade dos bens inventariados com os correspondentes registros contábeis. A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de R$ 29.641.931,67 no Balanço Patrimonial, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, conforme o Balancete Mensal de Estoque Acumulado. Não foram apontadas diferenças entre os registros físicos e contábeis.

4.3.4 Dos Bens Móveis e Imóveis

O Inventário dos Bens Móveis e Imóveis (Item 27 do Anexo I) foi apresentado nos autos, evidenciando a fidedignidade dos bens inventariados com os correspondentes registros contábeis. Os bens patrimoniais estão registrados na conta contábil "Imobilizado" do Balanço Patrimonial, no valor total de R$ 2.851.943.285,93, sendo R$ 328.446.977,37 referentes a bens móveis, somados ao valor de R$ 2.623.490.295,81 referentes a bens imóveis, deduzida a depreciação acumulada dos bens móveis no total de R$ 99.993.987,25, conforme o Demonstrativo de Contas do Razão e o Relatório Mensal de Depreciação de Bens – RMB.

Quadro 7: Imobilizado - 2024-2025

Imobilizado	2024(a)	A.V. %	2025(b)	A.V. %	Var. %b/a
Bens Móveis	255.162.724,32	10,29%	328.446.977,37	11,52%	28,72%
Bens imóveis	2.297.459.298,79	92,64%	2.623.490.295,81	91,99%	14,19%
(-) Depreciação	-72.581.371,79	-2,93%	-99.993.987,25	-3,51%	37,77%
TOTAL	**2.480.040.651,32**	**100,00%**	**2.851.943.285,93**	**100,00%**	**15,00%**

Fonte: Balanço Patrimonial (Item 17, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

4.4 Da Dívida Flutuante e das Dívidas Fundadas Interna e Externa

A Demonstração da Dívida Flutuante (Item 18 do Anexo I) apresentou saldo para o exercício seguinte no valor de R$ 326.808.446,71, que confere com o saldo demonstrado no Passivo Circulante com atributo financeiro do Balanço Patrimonial.

Quadro 8: Dívida Flutuante				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO	VALOR R$		RESTOS A PAGAR PROCESSADO	VALOR R$
Saldo Anterior	21.806.110,44		Saldo Anterior	72.044.192,41
Inscrição	142.950.266,33		Inscrição	129.319.613,86
Baixa	21.806.110,44		Baixa	69.881.504,77
Saldo Atual	142.950.266,33		Saldo Atual	131.482.301,50
TOTAL DE RESTOS A PAGAR				**274.432.567,83**
VALORES RESTITUÍVEIS				52.375.878,88
Total da Dívida Flutuante				**326.808.446,71**

Fonte: Demonstração da Dívida Flutuante (Item 18, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

A Demonstração da Dívida Fundada Interna e Externa (Item 19 do Anexo I) foi devidamente apresentada. A Dívida Fundada Interna totalizou R$ 911.661.488,40, sendo R$ 33.760.457,86 no Passivo Circulante e R$ 877.901.030,54 no Passivo Não Circulante. A Dívida Fundada Externa registrou um total de R$ 662.800.437,66, dos quais R$ 92.885.579,13 estão no Passivo Circulante e R$ 569.914.858,53 no Passivo Não Circulante.

4.5 Da Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP (Item 20 do Anexo I) foi elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 e o MCASP, evidenciando as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária.

Quadro 9: Variações Patrimoniais		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.473.496.432,56	6.941.503.493,53
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.374.188.266,43**	**1.444.054.789,18**
IMPOSTOS	1.249.802.887,47	1.327.360.516,95
TAXAS	124.385.378,96	116.694.272,23
CONTRIBUIÇÕES	**224.403.224,56**	**190.862.776,03**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	172.966.218,40	141.808.508,61
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	51.437.006,16	49.054.267,42
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**145.047.542,37**	**18.191.516,02**
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	145.047.542,37	18.191.516,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**458.123.624,80**	**125.278.992,94**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	113.616.766,04	11.996.328,31
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	247.475.762,62	74.173.757,89
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	97.031.096,14	39.108.906,74

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**4.915.464.805,28**	**4.787.267.998,08**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.827.945.310,26	2.581.599.932,50
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.068.611.074,73	2.186.851.696,21
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.579.167,69	8.612.263,20
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	500.000,00	0
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	15.829.252,60	10.204.106,17
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**271.046.029,33**	**332.082.899,72**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	238.764.795,40	167.913.722,29
GANHOS COM ALIENAÇÃO	6.993.031,33	30.191.400,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	23.814.108,19	133.583.310,07
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.474.094,41	394.467,36
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**85.222.939,79**	**43.764.521,56**
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	54.938.368,33	8.539.116,54
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	238.481,60	8.956.425,98
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	30.046.089,86	26.268.979,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**6.984.574.506,21**	**6.505.236.759,53**
PESSOAL E ENCARGOS	**1.454.210.597,45**	**1.444.428.239,55**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	923.970.489,55	876.479.689,87
ENCARGOS PATRONAIS	431.255.991,90	467.096.272,67
BENEFÍCIOS A PESSOAL	28.247.929,96	25.852.910,58
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	70.736.186,04	74.999.366,43
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**490.655.261,31**	**416.750.645,86**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	449.303.289,73	379.458.579,88
PENSÕES	39.265.534,38	36.199.941,82
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	2.058.178,20	998.027,72
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	28.259,00	94.096,44
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**1.288.949.631,16**	**1.113.194.920,89**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	105.018.060,33	111.571.107,00
SERVIÇOS	1.154.289.909,70	979.572.295,48
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	29.641.661,13	22.051.518,41
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**198.340.538,44**	**324.111.085,07**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	40.563.524,32	35.605.184,99
JUROS E ENCARGOS DE MORA	26.236.055,93	18.803.150,35
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	130.759.140,02	269.198.464,55
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	781.818,17	504.285,18
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**2.827.127.686,47**	**2.521.808.107,85**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.581.267.504,08	2.290.822.916,01
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	245.797.385,94	230.815.976,11
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0	35.000,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0	1.470,36
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	62.796,45	132.745,37
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**169.723.954,81**	**354.295.427,41**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	92.304.390,33	97.520.724,95
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	955,95	0
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	77.418.608,53	256.774.702,46
TRIBUTÁRIAS	**39.312.931,64**	**36.799.914,51**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.176.223,81	858.454,53
CONTRIBUIÇÕES	38.136.707,83	35.941.459,98
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	**516.253.904,93**	**293.848.418,39**
PREMIAÇÕES	1.113.277,60	504.883,03
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	225.057.662,66	245.639.323,87
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	290.082.964,67	47.704.211,49
RESULTADO PATRIMONIAL POSITIVO DO PERÍODO	**488.921.926,35**	**436.266.734,00**

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (Item 20, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R$ 7.473.496.432,56 e Variação Patrimonial Diminutiva de R$ 6.984.574.506,21, demonstrando um resultado patrimonial positivo de R$ 488.921.926,35 no período.

4.6 Da Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DFC (Item 21 do Anexo I) foi elaborado pelo método direto, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 08, apresentando as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

Quadro 10 - Demonstração dos Fluxos de Caixa		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	7.875.784.835,75	6.669.917.758,26
Desembolsos	7.497.868.174,65	6.168.772.000,96
- Pessoal e Demais Despesas	2.804.482.874,65	2.495.807.112,45
- Juros e Encargos da Dívida	64.811.907,39	47.638.522,16
- Transferências Concedidas	492.860.928,75	526.934.386,55
- Outros Desembolsos Operacionais	4.135.712.463,86	3.098.391.979,80
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	**377.916.661,10**	**501.145.757,30**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	680.823,49	494.308,00
Desembolsos	400.268.006,11	654.611.389,30
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	**-399.587.182,62**	**-654.117.081,30**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	284.409.234,89	339.068.997,00
Desembolsos	48.940.104,28	29.821.256,86
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	**235.469.130,61**	**309.247.740,14**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	213.798.609,09	156.276.416,14
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	594.885.759,41	438.609.343,27
Caixa e Equivalente de caixa final	808.684.368,50	594.885.759,41

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa (Item 21, Anexo I, Resolução TCE/SE nº 353/2023).

A DFC apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa positiva de R$ 213.798.609,09, resultante do fluxo operacional de R$ 377.916.661,10, do fluxo de investimento de R$ (399.587.182,62) e do fluxo de financiamento de R$ 235.469.130,61. Somado ao saldo inicial de R$ 594.885.759,41, resultou em saldo final de R$ 808.684.368,50.

4.7 Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Item 22 do Anexo I) foi devidamente apresentada nos autos, evidenciando as variações ocorridas no Patrimônio Líquido do exercício de 2025, em conformidade com as normas contábeis aplicadas ao setor público e com as orientações do MCASP. Não foram identificadas inconsistências nos valores apresentados.

4.8 Das Transferências de Recursos e dos Repasses de Duodécimos à Câmara Municipal

O Demonstrativo das Transferências de Recursos para Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Fundações (Item 24 do Anexo I) foi devidamente apresentado nos autos, em conformidade com a Resolução TCE/SE nº 353/2023.

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

O Demonstrativo que evidencia os Repasses de Duodécimos feitos à Câmara Municipal (Item 25 do Anexo I), com datas, valores e totalização, foi devidamente apresentado nos autos. Da análise do demonstrativo, não foram identificadas irregularidades ou inconsistências nos valores repassados ao Poder Legislativo Municipal.

5. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

5.1 Dos Restos a Pagar

O Demonstrativo dos Restos a Pagar (Item 23 do Anexo I), discriminando os processados e não processados, os pagos e os cancelados no exercício, bem como os inscritos em exercícios anteriores e processados no exercício dos últimos cinco anos, com identificação da classificação por despesa funcional programática e fontes dos recursos, foi devidamente apresentado nos autos.

No exercício financeiro de 2025, verificou-se a inscrição de despesas em Restos a Pagar no montante total de R$ 272.163.880,19, sendo R$ 129.213.613,86 classificados como Restos a Pagar Processados e R$ 142.950.266,33 como Restos a Pagar Não Processados. Somado ao saldo de R$ 2.268.687,64 não baixado do exercício de 2024, perfaz o total de R$ 274.432.567,83, conforme apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Constatou-se a existência de saldo anterior de Restos a Pagar no valor de R$ 5.686.282,18, que foi integralmente baixado no exercício: R$ 4.913.758,03 foram pagos e R$ 332.312,97 cancelados. Não foram identificados Restos a Pagar remanescentes de exercícios anteriores a 2024.

5.2 Do Cumprimento dos Limites Constitucionais e da LRF

I. **Demonstrativo do Limite dos Gastos de Pessoal:** O Demonstrativo quanto ao cumprimento do limite dos gastos de pessoal (Item 32 do Anexo I) foi devidamente apresentado nos autos, em conformidade com os

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000. Da análise do demonstrativo, não foram identificadas irregularidades quanto ao cumprimento dos limites estabelecidos.

II. **Demonstrativo do Limite dos Subsídios:** O Demonstrativo quanto ao limite fixado para pagamento de subsídios (Item 33 do Anexo I) foi devidamente apresentado nos autos, não sendo identificadas irregularidades quanto ao cumprimento dos limites estabelecidos.

III. **Decretos/Portarias de Ajuste Fiscal (art. 167-A da CF):** Foi apresentado nos autos o Decreto(s), Portaria(s) ou outros instrumentos normativos referentes às medidas de ajuste fiscal adotadas (Item 34 do Anexo I), ou declaração da não existência, em conformidade com o exigido pela Resolução TCE/SE nº 353/2023.

IV. **Demonstrativo de Emendas Individuais Impositivas:** O Demonstrativo dos recursos recebidos e aplicados por meio de Emendas Individuais Impositivas (Item 35 do Anexo I) foi devidamente apresentado nos autos, em conformidade com as disposições constitucionais aplicáveis.

5.3 Das Regularidades Previdenciárias e Trabalhistas

Item 41 – Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP): O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP (Item 41 do Anexo I), válido em dezembro do exercício de 2025, foi devidamente apresentado nos autos, em conformidade com a exigência normativa. Não foram identificadas irregularidades quanto à regularidade previdenciária do Município junto ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Item 42 – Certidão de Regularidade com o Instituto Previdenciário: A Certidão de Regularidade para com o Instituto Previdenciário (Item 42 do Anexo I) foi devidamente apresentada nos autos, evidenciando a regularidade do Município perante o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Item 43 – Relação dos Termos de Parcelamento de Débitos: A Relação dos Termos de Parcelamento de Débitos relativos ao RGPS e RPPS vigentes no exercício

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

(Item 43 do Anexo I) foi devidamente apresentada nos autos, em conformidade com as disposições normativas aplicáveis.

5.4 Dos Precatórios

A Relação Consolidada dos Precatórios Judiciais pagos, baixados e inscritos no exercício, acompanhada da relação de inscrições por ordem cronológica (Item 44 do Anexo I), foi devidamente apresentada nos autos. As informações prestadas evidenciam a política adotada pelo Município para o pagamento da dívida, em conformidade com o art. 100 da Constituição Federal.

5.5 Da Unidade de Controle Interno

Os itens 45 – Relatório de Atividades da Unidade de Controle Interno: O Relatório de Atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno (Item 45 do Anexo I), contendo informações acerca dos procedimentos e resultados relativos ao Plano Anual de Auditorias Internas; 46 – Parecer Técnico Conclusivo da Unidade de Controle Interno: O Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno sobre as Contas Anuais do Poder Executivo (Item 46 do Anexo I); e 47 – Certificado de Auditoria: O Certificado de Auditoria com o Parecer de Avaliação emitido pelo responsável pela Unidade de Controle Interno (Item 47 do Anexo I) serão anexados pela Controladoria-Geral do Município tempestivamente.

O item 48 – Pronunciamento do Gestor: O Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas de governo e sobre o parecer do controle interno (Item 48 do Anexo I) será apresentado após disponibilização dos pareceres e certificado produzidos pela CGM, em atendimento ao disposto na Resolução TCE/SE nº 353/2023.

5.6 Do Parecer do Conselho Municipal de Saúde e do Demonstrativo de Despesas com Ações de Saúde

Item 30 – Parecer do Conselho Municipal de Saúde: Consta nos autos o Parecer conclusivo emitido pelo Conselho Municipal de Saúde – CMS (Item 30 do Anexo I), referente à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual; ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na LDO; à aplicação dos recursos mínimos em ações e

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

serviços públicos de saúde; às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde; e à aplicação dos recursos vinculados ao SUS. O Conselho Municipal de Saúde concluiu pela aprovação das contas referentes à área da saúde para o exercício de 2025.

Item 31 – Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: O Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – MDF/STN (Item 31 do Anexo I) foi devidamente apresentado nos autos, comprovando o cumprimento dos percentuais mínimos de aplicação em saúde exigidos pela legislação vigente.

5.7 Do Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB e do Demonstrativo de Cumprimento dos Percentuais Constitucionais

Item 28 – Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB: Consta nos autos o Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (Item 28 do Anexo I). O referido Conselho concluiu pela aprovação das contas referentes à aplicação dos recursos da educação para o exercício de 2025.

Item 29 – Demonstrativo de Cumprimento dos Percentuais Constitucionais relativos à MDE e ao FUNDEB: O Demonstrativo do Cumprimento dos percentuais constitucionais relativos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, incluindo aqueles alusivos ao FUNDEB (Item 29 do Anexo I), foi devidamente apresentado nos autos, comprovando o cumprimento dos percentuais mínimos de aplicação em educação previstos na Constituição Federal.

5.8 Da Relação de Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres

A Relação dos Convênios, Contratos, Auxílios, Acordos, Ajustes e Congêneres (Item 37 do Anexo I) foi devidamente apresentada nos autos, em conformidade com o exigido pela Resolução TCE/SE nº 353/2023. Da análise do documento apresentado, verificou-se que a relação encontra-se de acordo com a legislação vigente, não sendo identificadas inconsistências ou irregularidades.

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

5.9 Da Frota de Veículos: A Relação da Frota Própria dos Veículos, Tratores, Máquinas e Implementos Agrícolas (Item 36 do Anexo I) foi devidamente apresentada nos autos, em atendimento ao disposto na Resolução TCE/SE nº 353/2023.

5.10 Das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Demonstrativos Fiscais

As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Demonstrativos Fiscais (Item 50 do Anexo I) foram devidamente apresentadas nos autos, contemplando: a base de preparação das demonstrações contábeis e eventos significativos; as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil; informações adicionais necessárias para uma apresentação adequada; os critérios de mensuração de elementos patrimoniais; o detalhamento dos elementos expostos nas demonstrações contábeis; e os itens que não satisfazem a definição de um elemento ou critérios de reconhecimento, mas são importantes para a devida compreensão das finanças municipais. O documento encontra-se em conformidade com as exigências normativas aplicáveis.

6. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, e com fundamento nos arts. 70 e 74 da Constituição da República Federativa do Brasil; nos arts. 129 e 130 da Lei Orgânica do Município de Aracaju; na Lei Complementar nº 101/2000; na Lei nº 4.320/1964; na Lei Complementar nº 205/2011 (Lei Orgânica do TCE/SE); na Lei nº 4.372/2013; bem como na Resolução TCE/SE nº 353/2023 e demais normativos aplicáveis, em especial o MCASP e as Instruções de Procedimentos Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional, a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COFIN que integra o Departamento de Análises e Prestações de Contas – DAPC da Controladoria-Geral do Município de Aracaju – CGM procedeu à análise das Contas Anuais de Governo da **Prefeitura Municipal de Aracaju – PMA**, relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

Com base nos exames realizados, verificou-se que a prestação de contas se encontra devidamente formalizada e instruída com a integralidade dos 50 (cinquenta) documentos e informações previstos no Rol do Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023, os quais foram analisados ao longo do presente Parecer. Os demonstrativos contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais consolidados refletem, de forma fidedigna, os atos e fatos da gestão no período analisado.

No tocante à execução orçamentária, constatou-se elevado grau de aderência ao planejamento estabelecido. Não foram identificadas irregularidades relevantes quanto à aplicação de recursos vinculados, tendo sido verificada conformidade com as respectivas normas de destinação, inclusive no que se refere à COSIP, às multas de trânsito e aos recursos oriundos da outorga da DESO. Os limites constitucionais e da LRF para gastos com pessoal, endividamento e operações de crédito foram devidamente demonstrados.

Os saldos patrimoniais e financeiros demonstraram-se consistentes, devidamente conciliados e compatíveis com os registros contábeis apresentados. Os Restos a Pagar, as Despesas de Exercícios Anteriores e os Suprimentos de Fundos foram conduzidos em observância às normas vigentes, sem impactos relevantes na regularidade da execução orçamentária e financeira.

Os pareceres do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho Municipal do FUNDEB concluíram pela aprovação das respectivas contas, e os demonstrativos de cumprimento dos percentuais constitucionais foram devidamente apresentados. A relação de contratos e instrumentos congêneres foi apresentada em conformidade com o exigido, sem irregularidades identificadas. As regularidades previdenciárias junto ao RPPS e ao RGPS foram devidamente comprovadas. Os demonstrativos de duodécimos, transferências, precatórios, emendas impositivas e demais documentos do Anexo I foram apresentados e encontram-se conformes.

Dessa forma, opina-se pela **REGULARIDADE** das Contas Anuais de Governo da **Prefeitura Municipal de Aracaju – PMA**, relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, sob a responsabilidade da Prefeita Municipal e dos demais agentes elencados no Rol dos Responsáveis.

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
Nº 34/2026-DAPC/CGM

Por fim, registra-se que o presente Parecer Técnico Conclusivo será submetido ao Diretor do Departamento de Análises e Prestações de Contas – DAPC, para fins de emissão do respectivo Certificado de Auditoria, com posterior encaminhamento ao Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Município – CGM, para emissão do competente Parecer de Avaliação das Contas de Governo, conforme previsto no Anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023.

Aracaju/SE, abril de 2026.

ROSEANE BORGES FONTES
Assessora Técnico-Administrativa
Matrícula nº 438.075

Assinado por 1 pessoa: ROSEANE BORGES FONTES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC e informe o código 0A46-20EE-55AD-07DC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0A46-20EE-55AD-07DC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ROSEANE BORGES FONTES (CPF 088.XXX.XXX-26) em 30/04/2026 12:19:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0A46-20EE-55AD-07DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2025

47 - Certificado de auditoria



PREFEITURA ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

CERTIFICADO DE AUDITORIA
Nº 34/2026-DAPC/CGM

Unidade Auditada: Prefeitura Municipal de Aracaju
Exercício: 2025
Gestor Responsável: Emília Corrêa Santos Bezerra

1. Objeto

O presente Certificado de Auditoria tem por objeto a análise da Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Aracaju, referente ao exercício financeiro de 2025, elaborada sob a égide da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Resolução TCE/SE nº 353 de 07 de dezembro de 2023, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e demais normativos aplicáveis.

2. Escopo dos Trabalhos

Os trabalhos de auditoria foram conduzidos pela Controladoria-Geral do Município, que integra o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Aracaju, atuando na terceira linha de defesa da gestão, em conformidade com o art. 169, inciso III da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021. Foram examinadas as peças que integram a Prestação de Contas de Governo, formalizada conforme as disposições da Resolução TCE/SE nº 353/2023, bem como a verificação da consistência das informações contábeis, financeiras, patrimoniais e o cumprimento de índices constitucionais, com base nos demonstrativos gerados pelo SAGRES em consolidação às informações encaminhadas mensalmente à referida Corte de Contas, no exercício de 2025.

A auditoria foi realizada mediante a aplicação de procedimentos técnicos considerados necessários, incluindo análise documental, conferência de registros contábeis e avaliação da conformidade legal dos atos de gestão.

3. Fundamentação Legal

A análise foi realizada em conformidade com:

a) Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964;
b) Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
c) Resolução TCE/SE nº 353 de 07 de dezembro de 2023;
d) Demais normas aplicáveis à Administração Pública.

Assinado por 1 pessoa: RAFAEL RODRIGUES FRANCA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/68E1-46E0-88AD-BE6E e informe o código 68E1-46E0-88AD-BE6E

4. Conclusão e Certificação

Tendo sido examinada a Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Aracaju, correspondente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025, o Departamento de Análises e Prestações de Contas **CERTIFICA**, com base no Parecer Técnico Conclusivo nº 34/2026-DAPC/CGM, sob os aspectos examinados pela equipe técnica da Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COFIN, ressalvadas eventuais limitações inerentes ao escopo dos trabalhos de auditoria, que:

I – A Prestação de Contas encontra-se devidamente formalizada e composta em conformidade com a legislação mencionada no item 3 deste certificado e regulamentos específicos aplicáveis;

II – As peças que a integram apresentam regularidade quanto à legitimidade dos documentos que lhes deram origem, bem como quanto aos atos de gestão praticados no período analisado;

III – As demonstrações contábeis refletem, de forma fidedigna, a realidade das informações constantes nos lançamentos realizados por meio do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC adotado pelo município;

IV – Os procedimentos de auditoria aplicados não evidenciaram inconsistências relevantes que comprometam a confiabilidade das informações prestadas.

É o Certificado de Auditoria que submeto ao Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Município, para fins de emissão de Parecer do Dirigente da Unidade de Controle Interno.

Aracaju/SE, abril de 2026.

RAFAEL RODRIGUES FRANÇA
Diretor do Departamento de Análises e Prestações de Contas - DAPC

Assinado por 1 pessoa: RAFAEL RODRIGUES FRANCA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/68E1-46E0-88AD-BE6E e informe o código 68E1-46E0-88AD-BE6E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 68E1-46E0-88AD-BE6E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RAFAEL RODRIGUES FRANCA (CPF 015.XXX.XXX-36) em 30/04/2026 12:40:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/68E1-46E0-88AD-BE6E

PARECER DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Unidade Auditada: Prefeitura Municipal de Aracaju
Exercício: 2025
Gestor Responsável: Emília Corrêa Santos Bezerra

1. Relatório

Trata-se da Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Aracaju, referente ao exercício financeiro de 2025, analisada pela Controladoria-Geral do Município, por meio do Departamento de Análises e Prestações de Contas – DAPC.

A instrução processual foi realizada com base nas disposições da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Resolução TCE/SE nº 353 de 07 de dezembro de 2023 e demais normativos aplicáveis, tendo sido emitido o **Certificado de Auditoria nº 34/2026-DAPC/CGM**, fundamentado no **Parecer Técnico Conclusivo nº 34/2026-DAPC/CGM**, elaborado pela equipe técnica da Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COFIN.

2. Fundamentação

Da análise empreendida pela equipe técnica, verifica-se que a Prestação de Contas foi devidamente formalizada, contendo as peças obrigatórias e observando os critérios estabelecidos na legislação pertinente.

Conforme consignado no Parecer Técnico Conclusivo nº 34/2026-DAPC/CGM, corroborado pelo Certificado de Auditoria correspondente, as demonstrações contábeis apresentadas refletem adequadamente a posição patrimonial, financeira e orçamentária da unidade gestora, estando compatíveis com os registros constantes no Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC adotado pelo município e com a consolidação das informações encaminhadas mensalmente pela Unidade Gestora ao TCE/SE durante o exercício analisado.

Assinado por 1 pessoa: PAULO MARCIO RAMOS CRUZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2AE4-062F-DA41-0F69 e informe o código 2AE4-062F-DA41-0F69

Ademais, não foram identificadas inconsistências relevantes capazes de comprometer a regularidade dos atos de gestão ou a confiabilidade das informações prestadas, no âmbito dos exames realizados.

3. Conclusão

Diante do exposto, e em consonância com as conclusões constantes do Parecer Técnico Conclusivo nº 34/2026-DAPC/CGM e do Certificado de Auditoria nº 34/2026-DAPC/CGM, este Dirigente do Órgão de Controle Interno opina pela **REGULARIDADE** das contas da Prefeitura Municipal de Aracaju, relativas ao exercício de 2025, sob os aspectos analisados.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Prefeita Municipal, para emissão de Pronunciamento, em cumprimento à exigência do item 48 do anexo I à Resolução TCE/SE nº 353/2023.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ
Secretário-Chefe

Assinado por 1 pessoa: PAULO MARCIO RAMOS CRUZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2AE4-062F-DA41-0F69 e informe o código 2AE4-062F-DA41-0F69

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2AE4-062F-DA41-0F69

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

PAULO MARCIO RAMOS CRUZ (CPF 626.XXX.XXX-68) em 30/04/2026 13:05:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2AE4-062F-DA41-0F69

PRONUNCIAMENTO DO(A) GESTOR(A)

Resolução TCE/SE nº 353/2023 – Contas de Gestão – Exercício 2025

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Exercício: 2025

Gestor(a) Responsável: EMÍLIA CORRÊA SANTOS BEZERRA

Cargo: PREFEITA

PRONUNCIAMENTO EXPRESSO E INDELEGÁVEL DO(A) GESTOR(A) SOBRE AS CONTAS DE GESTÃO E SOBRE O PARECER DO CONTROLE INTERNO

1. FUNDAMENTAÇÃO

O presente pronunciamento é emitido em cumprimento ao disposto na Resolução nº 353, de 7 de dezembro de 2023, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), que determina a manifestação expressa e indelegável do(a) gestor(a) sobre as contas de gestão da Unidade Gestora e sobre o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Controladoria-Geral do Município de Aracaju (CGM).

2. MANIFESTAÇÃO SOBRE AS CONTAS DE GESTÃO

Na qualidade de gestor(a) responsável pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU, durante o exercício financeiro de 2025, manifesto-me sobre as contas de gestão da unidade ora submetidas ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, por meio do Portal do Jurisdicionado.

Declaro que os atos de gestão praticados no período foram orientados pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, em conformidade com os normativos legais vigentes, com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com as demais normas que regem a administração pública municipal.

Declaro, ainda, estar ciente do conteúdo das contas de gestão apresentadas, tendo acompanhado a execução orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora ao

Assinado por 1 pessoa: EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/EEC7-827C-2E93-B5C1 e informe o código EEC7-827C-2E93-B5C1

longo do exercício de 2025, assumindo a responsabilidade pelas informações e demonstrativos contidos nas referidas contas.

3. MANIFESTAÇÃO SOBRE O PARECER DO CONTROLE INTERNO

Tomei ciência do Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Departamento de Análises e Prestações de Contas (DAPC) da Controladoria-Geral do Município de Aracaju, relativo às contas de gestão desta Unidade Gestora referente ao exercício 2025, cuja conclusão foi pela **REGULARIDADE sem ressalvas.**

Registre-se que o Certificado de Auditoria emitido pelo Diretor do DAPC e o Parecer do Secretário-Chefe da CGM, expedidos após a emissão do Parecer Técnico Conclusivo, integram a Prestação de Contas desta Unidade Gestora e ratificam os entendimentos nele exarados.

Manifesto minha concordância com as conclusões exaradas pelo órgão de controle interno municipal, reconhecendo a importância da atuação da CGM no fortalecimento da gestão pública desta Unidade Gestora.

4. CONCLUSÃO

É o pronunciamento que ora apresento, de forma expressa e indelegável, nos termos da Resolução TCE/SE nº 353/2023, para que produza os efeitos legais cabíveis.

Aracaju, 29 de Abril de 2026.

EMÍLIA CORRÊA SANTOS BEZERRA
PREFEITA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

Assinado por 1 pessoa: EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/EEC7-827C-2E93-B5C1 e informe o código EEC7-827C-2E93-B5C1

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: EEC7-827C-2E93-B5C1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EMÍLIA CORRÊA (CPF 313.XXX.XXX-68) em 30/04/2026 10:34:42 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/EEC7-827C-2E93-B5C1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2025

49 - Certificado de Regularidade no Conselho Regional de Contabilidade



PREFEITURA ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

CRCSE
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO SERGIPE
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO SERGIPE certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : PAULA DA FONSECA ALBUQUERQUE
REGISTRO..... : SE-006398/O-6
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.899.375-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: SERGIPE, 26/01/2026 as 12:43:25.
Válido até: 26/04/2026.
Código de Controle: 5054106.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCSE.

PAULA DA FONSECA ALBUQUERQUE:00789937506

Assinado de forma digital por PAULA DA FONSECA ALBUQUERQUE:00789937506
Dados: 2026.02.19 10:53:57 -03'00'

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO SERGIPE

CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO SERGIPE certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : JAMISSON NUNES SANTOS
REGISTRO..... : SE-007806/O-6
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.032.695-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: SERGIPE, 03/02/2026 as 09:02:35.
Válido até: 04/05/2026.
Código de Controle: 2351007.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCSE.

Assinado por 1 pessoa: JAMISSON NUNES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/842C-5520-F0B7-6F16 e informe o código 842C-5520-F0B7-6F16

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 842C-5520-F0B7-6F16

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JAMISSON NUNES SANTOS (CPF 055.XXX.XXX-27) em 24/02/2026 15:21:57 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/842C-5520-F0B7-6F16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2025

50 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Demonstrativos Fiscais



PREFEITURA ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO 2025

As Notas Explicativas constituem parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e têm por finalidade complementar, detalhar e esclarecer as informações apresentadas nos demonstrativos contábeis, contribuindo para a adequada interpretação da situação orçamentária, financeira e patrimonial do ente público.

Conforme estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), as Notas Explicativas devem apresentar informações relevantes não evidenciadas de forma suficiente nos demonstrativos, bem como explicitar critérios, práticas contábeis e eventos que possam impactar a análise das contas públicas.

Nesse sentido, este documento contempla informações de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo aspectos qualitativos e quantitativos necessários à compreensão dos resultados apresentados, observando os princípios da clareza, objetividade e transparência.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS ……..……..……..……04

2. POLÍTICAS E SISTEMAS CONTÁBEIS ……..……..……..……05

3. CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS ……..……..……06

4. RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS DA UNIDADE GESTORA……..……..08

5. DESPESA COM PESSOAL ……..…….. 08

6. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) ……..……..……..……..……..09

7. NOTA EXPLICATIVA AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ……..……..…….....11

7.1 Das Receitas Orçamentárias ……..……..……....12

7.2 Das Despesas Orçamentárias ……..……..……..12

7.3 Restos a Pagar……..……..……..……..13

7.3.1 Restos a Pagar Processados (RPP)……..……..……...13

7.3.2 Restos a Pagar Não Processados (RPNP)…….. ……..…….....13

7.4 Créditos Adicionais…….. ……..……...14

7.5 – Resultado Orçamentário …….. ……..……...14

8.NOTA EXPLICATIVA AO BALANÇO FINANCEIRO……....15

8.1 Receita orçamentária arrecadada e despesa orçamentária executada…..…...15

8.2 Recebimentos e pagamentos extraorçamentários……....17

8.3 – Transferências financeiras recebidas e concedidas……...17

8.4 – Outras movimentações financeiras……....18

8.5 – Saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte……....18

9. NOTA EXPLICATIVA AO BALANÇO PATRIMONIAL……..……..19

9.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa e Realizável a Curto Prazo……19

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

9.2 Créditos a Curto Prazo ……..……....20

9.3 Estoques ……..……....20

9.4 Ativo Realizável a Longo Prazo……..……..…21

9.5 Imobilizado ……..……....21

9.6 Passivo Circulante ……..……....21

9.7 Passivo Não Circulante……..……...22

9.8 Patrimônio Líquido……..……....23

9.9 Ativo e Passivo Financeiro……..……..…....24

9.10 Contas de Compensação……..……....25

9.11 Superávit Financeiro……..……....26

10. NOTA EXPLICATIVA A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS……...27

10.1 Variações Patrimoniais Aumentativas……....27

10.2 Variações Patrimoniais Diminutivas……....28

10.3 Resultado Patrimonial ……..……....28

11. NOTA EXPLICATIVA A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA……...29

11.1 Fluxo das Atividades Operacionais……..30

11.2 Fluxo das Atividades de Investimento……..……...31

11.3 Fluxo das Atividades de Financiamento……..…31

11.4 Evolução do Caixa……..32

12. NOTA EXPLICATIVA A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO …… 33

12.1 Resultado do Exercício……..33

12.2 Ajustes de Exercícios Anteriores……..34

13. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE À LEGISLAÇÃO E ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS ……..35

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Reconhecida por suas características singulares e marcada pelo equilíbrio entre urbanização planejada, qualidade de vida e vocação turística, recentemente associada à expressão “sol, sossego e mar” a cidade de Aracaju apresenta uma dinâmica administrativa que exige constante adaptação às demandas de uma população em crescimento, aliada à manutenção de sua atratividade econômica e social.

Nesse cenário, o exercício de 2025 foi caracterizado pelo início de um novo ciclo administrativo, no qual se destacou a implementação de uma reforma administrativa estrutural, voltada à modernização da gestão pública e ao aprimoramento da prestação dos serviços à sociedade.

Diferentemente dos exercícios anteriores, a estrutura organizacional do Município foi ampliada com o objetivo de proporcionar maior especialização na formulação e execução de políticas públicas, especialmente em áreas sensíveis e historicamente demandadas pela sociedade.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes alterações institucionais:

1. Secretaria Municipal da Mulher: instituída com a finalidade de centralizar, planejar e executar políticas públicas voltadas à proteção, promoção de direitos e fortalecimento da participação feminina na sociedade;
2. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência: criada com o propósito de estruturar ações voltadas à acessibilidade, inclusão social e garantia de direitos, promovendo maior equidade no acesso aos serviços públicos;
3. Secretaria Municipal da Cultura: estabelecida como unidade gestora autônoma, promovendo a segregação orçamentária e administrativa de atividades anteriormente vinculadas a outras pastas, fortalecendo a gestão cultural e valorizando a identidade local.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

A reestruturação administrativa adotada impactou diretamente a execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício, influenciando a distribuição dos recursos públicos, a descentralização das ações governamentais e a ampliação da capacidade institucional do Município.

Além disso, tais mudanças refletem uma estratégia de gestão orientada à eficiência, transparência e atendimento qualificado das demandas sociais, alinhando-se aos princípios da administração pública e às diretrizes da responsabilidade fiscal.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GESTORA

- **Título:** ARACAJU PREF. GABINETE DO PREFEITO
- **Natureza Jurídica:** 124-4 – Município
- **Atividade Econômica Principal:** 84.11-6-00 Administração pública em geral
- **CNPJ:** 13.128.780/0001-00
- **Endereço:** Rua Frei Luís Canelo de Noronha, nº 42, Conjunto Costa e Silva – Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos.

2 – POLÍTICAS E SISTEMAS CONTÁBEIS

A escrituração é realizada pelo Sistema Contabilis (3Tecnos), que atende aos requisitos do Decreto Federal nº 10.540/2020 (SIAFIC), garantindo a integração dos dados entre o Poder Executivo e o Legislativo.

Razão Social: 3TECNOS Tecnologia Ltda

CNPJ: 09.568.632/0001-20

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

3 - CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

A execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município de Aracaju é realizada de forma descentralizada, sendo operacionalizada individualmente por cada órgão e entidade integrante da estrutura administrativa municipal.

As informações contábeis são registradas e consolidadas por meio do sistema integrado de administração financeira e contábil – SIAFIC/Aracaju (Contabilis), o que possibilita a padronização dos registros e a integração dos dados necessários à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

No processo de consolidação das contas do exercício de 2025, as operações intraorçamentárias não foram eliminadas dos demonstrativos, permanecendo registradas de forma integral. Ressalta-se que a administração municipal segue adotando medidas para aprimorar os procedimentos de segregação dessas operações, com vistas ao aperfeiçoamento da evidenciação contábil.

A presente Prestação de Contas contempla as demonstrações contábeis consolidadas da Administração Direta, Indireta e do Poder Legislativo, refletindo, de forma abrangente, a execução das atividades governamentais no exercício.

O Município de Aracaju mantém a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, assegurando a padronização e a comparabilidade das informações contábeis.

As contas patrimoniais são classificadas com os atributos de superávit financeiro, segregadas entre financeiro (F) e permanente (P), permitindo a adequada apuração do resultado financeiro, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964.

Os ativos financeiros, incluindo disponibilidades e aplicações de curto prazo, são registrados pelo valor original, sendo atualizados até a data do balanço quando aplicável, com reconhecimento dos rendimentos em contas de resultado.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

Os direitos, obrigações e demais elementos patrimoniais são mensurados com base em seus valores originais, sendo ajustados ao valor presente quando aplicável, especialmente nos casos de operações prefixadas.

As provisões são constituídas com base em estimativas técnicas, refletindo os valores prováveis de realização ou exigibilidade, sendo suas variações reconhecidas no resultado do exercício.

As variações patrimoniais são reconhecidas, prioritariamente, pelo regime de competência, observando-se a evolução dos procedimentos contábeis voltados à plena aderência às normas aplicadas ao setor público, inclusive com avanços na integração com sistemas estruturantes.

No que se refere ao controle patrimonial, o Município mantém procedimentos de registro, inventário e acompanhamento dos bens móveis e imóveis, com utilização de sistema informatizado específico, contemplando a mensuração, controle físico e cálculo de depreciação dos bens.

O controle das retenções e obrigações extraorçamentárias é realizado de forma integrada ao processo de execução da despesa, sendo reconhecido no momento da liquidação e baixado quando do efetivo pagamento, garantindo a adequada evidenciação das obrigações financeiras.

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira é realizado por meio da classificação por fontes e destinação de recursos, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE).

As Notas Explicativas que acompanham as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – edição vigente), o PCASP 2025 e as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), assegurando transparência, consistência e adequada evidenciação das informações contábeis.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

4 - RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS DA UNIDADE GESTORA

Embora a execução orçamentária seja descentralizada por órgão/entidade para dar agilidade à gestão, a contabilidade municipal opera de forma consolidada conforme o Decreto nº 6.687/2022.

ÓRGÃOS/ENTIDADE	CONTADOR (A)
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU	PAULA DA FONSECA ALBUQUERQUE
SECRETARIA FAZENDA ARACAJU – SEMFAZ	PAULA DA FONSECA ALBUQUERQUE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU – CMA	RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU – FUNDECAN	RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA
FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL ARACAJU – FMAS	GERSON LIMA TEIXEIRA
FUNDO DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE ARACAJU – FMDCA	GERSON LIMA TEIXEIRA
FUNDO PESSOA IDOSA ARACAJU – FMPI	GERSON LIMA TEIXEIRA
SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL ARACAJU – SEMFAS	GERSON LIMA TEIXEIRA
FUNDO DIREITOS CONSUMIDOR ARACAJU – FUNDECON	TINAYSA SILVA FREITAS
FUNDO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FUNDEC	TINAYSA SILVA FREITAS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA CIDADANIA ARACAJU – SSM	TINAYSA SILVA FREITAS
FUNDO DO MEIO AMBIENTE	NADJA INES CEDRAZ DE CERQUEIRA
SECRETARIA MEIO AMBIENTE ARACAJU – SEMA	NADJA INES CEDRAZ DE CERQUEIRA
FUNDO SAÚDE ARACAJU	JAMISSON NUNES SANTOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	JAMISSON NUNES SANTOS
EMPRESA OBRAS E URBANIZAÇÃO ARACAJU – EMURB	MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
EMPRESA SERVIÇOS URBANOS ARACAJU – EMSURB	ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO – SEMDE	ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
FUNDAÇÃO CULTURAL ARACAJU – FUNCAJU	JOSIANE OLIVEIRA SANTOS
FUNDAÇÃO TRABALHO ARACAJU – FUNDAT	MARCOS VINICIUS RAMOS DE SANTANA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA ARACAJU - AJUPREV	MARCOS VINICIUS RAMOS DE SANTANA
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SMTT	ADAILTON LIMA REZENDE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM	JOSIANE OLIVEIRA SANTOS
SECRETARIA JUVENTUDE E DO ESPORTE ARACAJU – SEJESP	NADJA INES CEDRAZ DE CERQUEIRA
SECRETARIA COMUNICAÇÃO SOCIAL ARACAJU – SECOM	RAFAELLA KLEZIA PIEDADE SANTOS
SECRETARIA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO ARACAJU – SETUR	RICARDO CORREA DOS SANTOS
SECRETARIA EDUCAÇÃO ARACAJU – SEMED	CARLA SUSANE MATIAS FRANCA
SECRETARIA PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO ARACAJU – SEPLOG	RAFAELLA KLEZIA PIEDADE SANTOS
SECRETARIA GOVERNO ARACAJU – SEGOV	RAFAELLA KLEZIA PIEDADE SANTOS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM	CARLA SUSANE MATIAS FRANCA
SECRETARIA INFRAESTRUTURA ARACAJU – SEMIMFRA	RICARDO CORREA DOS SANTOS
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLITICA – SEMPI	RAFAELLA KLEZIA PIEDADE SANTOS

5 - DESPESA COM PESSOAL

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a despesa total com pessoal do Município não pode ultrapassar 60%

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

da Receita Corrente Líquida (RCL), sendo 54% o limite máximo para o Poder Executivo.

No exercício de 2025, a despesa total com pessoal do Município atingiu o montante de R$ 1.454.210.597,45, em comparação com R$ 1.444.428.239,55 em 2024, representando um crescimento de 0,68%.

Considerando a Receita Corrente Líquida estimada para 2025, o comprometimento com despesa de pessoal situou-se em aproximadamente 48,2% da RCL, mantendo-se abaixo do limite máximo legal de 54% estabelecido para o Poder Executivo.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)
Despesa com Pessoal	R$ 1.454.210.597,45	R$ 1.444.428.239,55
% da RCL	R$ 0,48	R$ 0,50

O percentual apurado também se manteve abaixo do limite prudencial (51,3%) e do limite de alerta (48,6%), demonstrando controle sobre o crescimento das despesas obrigatórias.

A manutenção da despesa de pessoal em patamar inferior aos limites legais evidencia a adoção de medidas de gestão fiscal responsável, garantindo espaço para investimentos e contribuindo para o equilíbrio das contas públicas.

6 - PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP)

O Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) estabelece os prazos e diretrizes para a adoção integral dos procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com o objetivo de promover a padronização e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

No exercício de 2025, o Município de Aracaju manteve o processo de implementação e aperfeiçoamento dos procedimentos patrimoniais, conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), observando os prazos estabelecidos e os avanços já alcançados nos exercícios anteriores.

ITEM	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO EM 2025	SISTEMA / CONTROLE	PERIODICIDADE
1	Dívida Ativa (tributária e não tributária)	Implementado	Sistema Tributário (STM)	Registro diário
2	Provisão atuarial do RPPS	Implementado	Consultoria especializada	Registro anual
3	Obrigações com fornecedores	Implementado	Sistema Contabilis	Registro diário
4	Benefícios a empregados (13º, férias, etc.)	Implementado	Sistema Contabilis	Registro mensal
5	Provisões por competência	Implementado	Sistema Contabilis	Registro mensal
6	Ativos e passivos contingentes	Implementado	Sistema Contabilis	Registro mensal
7	Bens móveis e imóveis (com depreciação)	Parcialmente implementado	Sistema Contabilis	Registro contínuo
8	Obrigações com empréstimos e financiamentos	Implementado	Sistema Contabilis	Registro mensal
9	Investimentos permanentes	Implementado	Sistema Contabilis	Registro mensal
10	Créditos tributários (exceto previdenciários)	Implementado	Sistema Contabilis	Registro mensal
11	Créditos previdenciários	Implementado	Sistema Contabilis	Registro mensal
15	Ativos intangíveis	Parcialmente implementado	Sistema Contabilis	Registro mensal
16	Estoques	Implementado	Sistema Contabilis	Registro diário
17	Bens de infraestrutura	Em implantação	Sistema Contabilis	Levantamento em andamento
18	Bens do patrimônio cultural	Em implantação	Sistema Contabilis	Levantamento em andamento

No exercício de 2025, verifica-se que a maior parte dos procedimentos contábeis patrimoniais encontra-se implementada e em pleno funcionamento, especialmente aqueles relacionados ao reconhecimento por competência das obrigações, provisões e créditos.

Os itens que ainda se encontram em fase de implementação concentram-se, principalmente, na área patrimonial, destacando-se:

- bens de infraestrutura;
- bens do patrimônio cultural;

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

- e parte dos ativos intangíveis.

Esses itens demandam maior complexidade técnica, em razão da necessidade de levantamento físico, avaliação, mensuração e registro contábil detalhado.

O Município de Aracaju vem cumprindo, de forma gradual e consistente, as diretrizes estabelecidas no PIPCP, com avanços relevantes na adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais.

O estágio atual evidencia elevado nível de aderência às normas da contabilidade aplicada ao setor público, restando em andamento apenas procedimentos que exigem maior estruturação técnica e operacional.

7 - NOTA EXPLICATIVA AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia o desempenho da execução das receitas e despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), permitindo avaliar o resultado fiscal do exercício.

Descrição	2025 (R$)	2024 (R$)	Variação (%)
Receitas Correntes	R$ 3.762.553.588,30	R$ 3.531.841.130,67	6,53%
Receitas de Capital	R$ 310.469.909,51	R$ 215.751.672,69	43,90%
Total da Receita	**R$ 4.073.023.497,81**	**R$ 3.747.592.803,36**	**8,68%**
Despesas Correntes	R$ 3.415.508.009,75	R$ 3.181.484.104,73	7,36%
Despesas de Capital	R$ 597.541.771,85	R$ 527.656.556,65	13,24%
Total da Despesa	**R$ 4.013.049.781,60**	**R$ 3.709.140.661,38**	**8,20%**

No exercício de 2025, o resultado orçamentário foi **superavitário em R$ 206.510.543,52**, demonstrando que o Município arrecadou mais do que empenhou em despesas. Esse resultado evidencia equilíbrio fiscal, além de indicar capacidade de planejamento e controle da execução orçamentária, especialmente relevante em início de gestão.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

7.1 - Das Receitas Orçamentárias

A arrecadação municipal apresentou desempenho relevante, com destaque para o crescimento das receitas correntes.

Descrição	Previsão Atualizada (R$)	Realizada (R$)
Receitas Correntes	R$ 3.807.110.000,00	R$ 3.909.090.415,61
Receitas de Capital	R$ 840.990.000,00	R$ 310.469.909,51
Total	**R$ 4.648.100.000,00**	**R$ 4.219.560.325,12**

As Receitas Correntes superaram a previsão em aproximadamente R$ 102 milhões, impulsionadas principalmente por arrecadação tributária (impostos) e receitas patrimoniais, com destaque para valores mobiliários e concessões.
Enquanto as Receitas de Capital apresentaram execução abaixo do previsto, especialmente nas transferências de capital e operações de crédito, indicando possível frustração na captação de recursos para investimentos.

7.2 - Das Despesas Orçamentárias

As despesas públicas acompanharam o crescimento das receitas, mantendo o equilíbrio fiscal.

Descrição	Dotação Atualizada (R$)	Empenhado (R$)	Liquidado (R$)	Pago (R$)
Despesas Correntes	R$ 3.730.799.339,31	R$ 3.415.508.009,75	R$ 3.378.792.744,35	R$ 3.264.299.328,14
Despesas de Capital	R$ 1.048.976.152,26	R$ 597.541.771,85	R$ 491.306.770,92	R$ 476.586.573,27
Total	**R$ 4.912.917.129,38**	**4013049781,6**	**3870099515,27**	**R$ 3.740.885.901,41**

As Despesas Correntes representam a maior parte do gasto público com destaque para pessoal e encargos sociais (R$ 1,86 bilhão).

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

As Despesas de Capital em investimentos totalizaram R$ 548,6 milhões, evidenciando aplicação em obras e aquisição de bens.

7.3 - Restos a Pagar

Os Restos a Pagar representam despesas empenhadas e não quitadas até o encerramento do exercício, sendo importantes para análise da situação financeira.

7.3.1 Restos a Pagar Processados (RPP)

Referem-se a despesas onde o serviço ou produto já foi entregue e conferido (liquidado).

Descrição	Valor (R$)
Inscritos	R$ 69.450.037,88
Pagos	R$ 68.500.487,66
Cancelados	R$ 1.381.017,11
Saldo a pagar	**R$ 2.162.687,64**

Observa-se que aproximadamente 98,6% dos restos a pagar processados foram quitados, demonstrando boa capacidade de pagamento e credibilidade junto a fornecedores.

7.3.2 Restos a Pagar Não Processados (RPNP):

Referem-se as despesas apenas empenhadas, ainda pendentes de entrega ou conferência.

Descrição	Valor (R$)
Inscritos	R$ 18.713.982,79
Liquidados	R$ 12.714.661,70
Pagos	R$ 12.608.661,70
Cancelados	R$ 9.091.448,74
Saldo a pagar	**R$ 106.000,00**

Os valores demonstram que a maior parte dos restos a pagar não processados foi regularizada ao longo do exercício, restando saldo residual pouco relevante.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

7.4 - Créditos Adicionais

Os créditos adicionais correspondem às alterações realizadas no orçamento durante o exercício.

Tipo	Valor (R$)
Créditos Suplementares	R$ 1.376.882.033,66
Créditos Especiais	R$ 7.500.000,00
Alterações do QDD	R$ 252.477.664,08
Total	**R$ 1.636.859.697,74**

Em 2025, as alterações totalizaram R$ 1.636.859.697,74, representando um percentual bruto de 35,21% em relação ao valor originalmente aprovado. Dentre essas modificações, destaca-se que R$ 1.392.042.568,36 decorreram de anulações de dotações, correspondendo a 29,95% do orçamento inicial. Esse percentual se mantém dentro do limite de 30% autorizado pelo artigo 7º da Lei Orçamentária Anual (LOA), evidenciando conformidade legal no uso desse mecanismo.

Fonte	Valor (R$)
Anulação de dotações	R$ 1.132.064.904,28
Superávit financeiro	R$ 104.419.564,07
Operações de crédito	R$ 143.135.141,52
Excesso de arrecadação	R$ 17.262.423,79

A Anulação de Dotações (R$ 1,13 Bilhão) Foi a principal fonte de recursos para suplementação (cerca de 69% das alterações) seguido pelo Superávit Financeiro (R$ 104.419.564,07).

7.5 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário demonstra que o Município conseguiu executar suas políticas públicas sem comprometer o equilíbrio das contas.

Descrição	Valor (R$)
Receita Realizada	R$ 4.219.560.325,12
Despesa Empenhada	R$ 4.013.049.781,60
Superávit Orçamentário	**R$ 206.510.543,52**

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

8 – NOTA EXPLICATIVA AO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro do exercício de 2025 evidencia a manutenção do equilíbrio financeiro do Município, com encerramento do exercício apresentando disponibilidade de caixa no montante de R$ 808.684.368,50, representando crescimento de 35,9% em relação ao saldo verificado em 2024.

Descrição	2025	2024
Receita Orçamentária	R$ 4.219.560.325,12	R$ 4.159.508.184,87
Despesa Orçamentária	R$ 4.013.049.781,60	R$ 3.709.140.661,38
Transferências Recebidas	R$ 2.580.279.930,87	R$ 2.287.673.870,66
Transferências Concedidas	R$ 2.580.279.930,87	R$ 2.287.673.870,66
Recebimentos Extraorçamentários	R$ 856.892.772,91	R$ 650.160.120,40
Pagamentos Extraorçamentários	R$ 645.245.248,89	R$ 944.251.227,75
Saldo Final	**R$ 808.684.368,50**	**R$ 594.885.759,41**

8.1 –Receita orçamentária arrecadada e despesa orçamentária executada

O demonstrativo contempla os órgãos do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipal, incluindo também as entidades dependentes.

A classificação das receitas e despesas orçamentárias em recursos ordinários e vinculados, bem como a identificação das fontes de recursos, permanece em conformidade com a Portaria nº 688/2023 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com a tabela de Destinação de Recursos disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE).

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

Para o reconhecimento das receitas orçamentárias foi utilizado o regime de caixa, enquanto as despesas orçamentárias foram registradas pelo regime de competência.

Descrição	2025 (R$)	2024 (R$)	Variação
Receita Orçamentária	R$ 4.219.560.325,12	R$ 4.159.508.184,87	↑ 1,44%
Despesa Orçamentária	R$ 4.013.049.781,60	R$ 3.709.140.661,38	↑ 8,20%

No exercício de 2025, a receita orçamentária arrecadada (I) atingiu o montante de R$ 4.219.560.325,12, representando um crescimento em relação ao exercício anterior (2024), que registrou R$ 4.159.508.184,87.

Categoria	Valor (R$)
Recursos Não Vinculados	R$ 2.342.161.146,51
Recursos Vinculados (exceto RPPS)	R$ 1.301.893.421,81
Recursos Vinculados ao RPPS	R$ 575.505.756,80
Total	**R$ 4.219.560.325,12**

A composição da receita evidencia predominância dos recursos não vinculados, no valor de R$ 2.342.161.146,51, seguidos dos recursos vinculados (exceto RPPS), que totalizaram R$ 1.301.893.421,81, e dos recursos vinculados ao RPPS, no montante de R$ 575.505.756,80.

Categoria	Valor (R$)
Recursos Não Vinculados	R$ 2.371.708.761,13
Recursos Vinculados (exceto RPPS)	R$ 1.136.433.868,63
Recursos Vinculados ao RPPS	R$ 504.907.151,84
Total	**R$ 4.013.049.781,60**

Em relação à despesa orçamentária executada (VII), o total empenhado no exercício de 2025 foi de R$ 4.013.049.781,60, superior ao valor de 2024 (R$ 3.709.140.661,38), demonstrando ampliação do nível de execução das despesas públicas.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

8.2 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários

As movimentações extraorçamentárias correspondem a ingressos e dispêndios que não integram o orçamento público, mas transitam pelo caixa do ente, como depósitos restituíveis, retenções e restos a pagar.

Descrição	2025 (R$)	2024 (R$)	Variação
Recebimentos Extraorçamentários	R$ 856.892.772,91	R$ 650.160.120,40	↑ 31,8%
Pagamentos Extraorçamentários	R$ 645.245.248,89	R$ 944.251.227,75	↓ 31,7%

No exercício de 2025, os recebimentos extraorçamentários (IV) totalizaram R$ 856.892.772,91, enquanto os pagamentos extraorçamentários (X) atingiram R$ 645.245.248,89.

Descrição	2025 (R$)
Ingressos	R$ 551.406.428,62
Dispêndios	R$ 531.319.812,79

Entre os principais componentes destacam-se os depósitos restituíveis e valores vinculados, que somaram R$ 551.406.428,62 em ingressos e R$ 531.319.812,79 em pagamentos.

8.3 – Transferências financeiras recebidas e concedidas

As transferências financeiras correspondem aos repasses realizados entre órgãos e entidades, independentemente da execução orçamentária.

Descrição	2025 (R$)	2024 (R$)	Variação
Transferências Recebidas	R$ 2.580.279.930,87	R$ 2.287.673.870,66	↑ 12,79%
Transferências Concedidas	R$ 2.580.279.930,87	R$ 2.287.673.870,66	↑ 12,79%

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

Em 2025, tanto as transferências recebidas (II) quanto as transferências concedidas (VIII) totalizaram R$ 2.580.279.930,87, valor superior ao registrado em 2024 (R$ 2.287.673.870,66).

8.4 – Outras movimentações financeiras

O exercício de 2025 apresentou também movimentações relacionadas a aplicações financeiras.

Descrição	2025 (R$)
Resgates de Aplicações Financeiras	R$ 776.305.745,42
Aplicações Financeiras	R$ 980.665.203,87

Nos ingressos, registram-se R$ 776.305.745,42 referentes a resgates de investimentos, enquanto nos dispêndios houve R$ 980.665.203,87 destinados a aplicações financeiras.

8.5 – Saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte

O saldo financeiro disponível ao final de 2025 foi de R$ 808.684.368,50, enquanto o saldo inicial do exercício (2024) era de R$ 594.885.759,41.

Descrição	Valor (R$)
Saldo Inicial (2024)	R$ 594.885.759,41
Saldo Final (2025)	R$ 808.684.368,50
Resultado Financeiro	**R$ 213.798.609,09**

Dessa forma, o resultado financeiro do exercício foi positivo, evidenciando um aumento de aproximadamente R$ 213,8 milhões nas disponibilidades financeiras.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

9 – NOTA EXPLICATIVA AO BALANÇO PATRIMONIAL

No processo de consolidação das contas do Balanço Patrimonial do exercício de 2025, não foram excluídas as operações intraorçamentárias, mantendo-se a mesma metodologia adotada no exercício anterior.

A estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) permanece organizada em grandes grupos contábeis, permitindo adequada segregação entre ativos, passivos e patrimônio líquido, facilitando a análise da situação patrimonial do Município.

9.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa e Realizável a Curto Prazo

Os valores registrados em Caixa e Equivalentes de Caixa seguem os critérios da NBC TSP 12, considerando aplicações de alta liquidez e baixo risco.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	(%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ 808.684.368,50	R$ 594.885.759,41	36,00%

A variação positiva de R$ 213,8 milhões nas disponibilidades indica aumento efetivo dos recursos financeiros mantidos em caixa ao final do exercício, correspondente a 35,94% em relação ao exercício anterior.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	(%)
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	R$ 2.105.708.742,75	R$ 1.788.034.495,03	18,00%

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

As aplicações financeiras cresceram R$ 317,7 milhões, mantendo-se como principal componente do ativo circulante, com participação de 67,8% em 2025.

9.2 – Créditos a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo compreendem os valores a receber no exercício seguinte, oriundos de tributos, transferências, fornecimento de bens e serviços, entre outros direitos realizáveis no curto prazo.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	(%)
Créditos a Curto Prazo	R$ 68.620.851,24	R$ 105.736.957,96	-35,00%

Essa variação indica diminuição do volume de direitos registrados para realização no curto prazo, impactando a composição do ativo circulante

9.3 – Estoques

Os estoques continuam sendo mensurados pelo custo médio ponderado, conforme NBC TSP 04.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Estoques	R$ 29.641.931,67	R$ 25.282.728,13	17,24%

Os estoques aumentaram R$ 4,36 milhões, correspondendo a 17,24%. Apesar do crescimento nominal, a estabilidade relativa na participação do ativo circulante evidencia que não houve mudança estrutural relevante, mantendo-se o equilíbrio entre estoques e demais ativos.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

9.4 – Ativo Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo prazo compreende direitos com expectativa de realização após o exercício seguinte.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Ativo Realizável a Longo Prazo	R$ 1.788.119.400,72	R$ 1.601.809.044,43	11,63%

A variação positiva de R$ 186,3 milhões indica aumento do volume de créditos de longo prazo.

9.5 – Imobilizado

O imobilizado representa os bens utilizados na prestação de serviços públicos.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Imobilizado	R$ 2.851.943.285,93	R$ 2.480.040.651,32	14,99%

O aumento de R$ 371,9 milhões elevou a participação do imobilizado no ativo total de 36,3% para 36,1%, mantendo-se como o principal grupo do ativo não circulante.

9.6 – Passivo Circulante

O passivo circulante compreende obrigações exigíveis até o final do exercício seguinte.

ESPECIFICAÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Passivo Circulante	R$ 454.390.292,66	R$ 276.305.112,21	64,46%

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

O passivo circulante aumentou R$ 178,1 milhões, com destaque para Crescimento de R$ 88,7 milhões em empréstimos de curto prazo.

CONTA	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Obrigações Trabalhistas	R$ 13.919.740,53	R$ 23.293.222,02	-40,25%
Empréstimos CP	R$ 125.476.039,87	R$ 36.762.298,87	241,27%
Fornecedores	R$ 167.821.496,20	R$ 97.448.133,03	72,19%
Obrigações Fiscais	R$ 547.597,81	R$ 235.791,08	132,28%
Demais Obrigações	R$ 146.625.418,25	R$ 118.565.667,21	23,67%

A participação do passivo circulante no passivo total passou de 10,3% para 13,6%, indicando maior concentração de obrigações no curto prazo.

9.7 – Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante compreende as obrigações cuja exigibilidade ocorre após o término do exercício seguinte, ou seja, com vencimento superior a 12 meses, conforme os critérios estabelecidos pela Lei nº 4.320/64 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Essas obrigações refletem compromissos de longo prazo assumidos pelo ente público, incluindo dívidas contratuais, obrigações previdenciárias, precatórios, parcelamentos e provisões, sendo fundamentais para a avaliação da sustentabilidade fiscal e do nível de endividamento estrutural do município.

ESPECIFICAÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Passivo Não Circulante	R$ 2.827.772.577,59	R$ 2.358.656.882,52	19,90%

O Passivo Não Circulante apresentou crescimento de 19,90%, equivalente a R$ 469,1 milhões, evidenciando a ampliação das obrigações de longo prazo do Município no exercício de 2025.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

CONTA	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Obrigações Trabalhistas (LP)	R$ 417.305.117,67	R$ 197.467.175,01	111,34%
Empréstimos e Financiamentos (LP)	R$ 893.979.888,29	R$ 845.603.194,81	5,72%
Fornecedores e Contas a Pagar (LP)	R$ 136.530.883,11	R$ 129.759.076,00	5,22%
Provisões a Longo Prazo	R$ 1.379.956.688,52	R$ 1.185.827.436,70	16,36%

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais (LP) o Crescimento expressivo de 111,34% (+ R$ 219,8 milhões), indica aumento relevante no estoque de obrigações judiciais e previdenciárias de longo prazo, especialmente relacionadas a precatórios e passivos atuariais.

Os Empréstimos e Financiamentos (LP) o acréscimo moderado de 5,72% (+ R$ 48,3 milhões), compatível com a contratação de novas operações de crédito ou atualização monetária das dívidas existentes, mantendo trajetória controlada em relação aos demais componentes.

Os Fornecedores e Contas a Pagar (LP) a variação de 5,22% (+ R$ 6,7 milhões), indicando relativa estabilidade desse grupo, que geralmente está associado a precatórios de fornecedores e obrigações parceladas.

As Provisões a Longo Prazo demostra a elevação de 16,36% (+ R$ 194,1 milhões), refletindo o aumento das estimativas de obrigações futuras, com destaque para as provisões matemáticas previdenciárias, que representam compromissos atuariais com benefícios a serem pagos no longo prazo.

9.8 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos, conforme estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

Esse grupo evidencia a situação patrimonial líquida do ente público, sendo composto, principalmente, por capital social, reservas, ajustes de avaliação patrimonial e resultados acumulados. Sua evolução reflete diretamente o desempenho patrimonial do exercício e a acumulação de resultados ao longo do tempo.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio Líquido	R$ 4.628.526.849,73	R$ 4.202.542.958,01	10,14%

O Patrimônio Líquido apresentou crescimento de 10,14%, equivalente a R$ 425,9 milhões, evidenciando a expansão da posição patrimonial líquida do Município no exercício de 2025.

As contas de capital social, reservas de capital e ajustes de avaliação patrimonial permaneceram estáveis, indicando que a variação do patrimônio líquido está essencialmente associada ao desempenho patrimonial do exercício, e não a reestruturações contábeis ou reavaliações relevantes.

Esse indicador demonstra uma estrutura patrimonial sólida, com relativa independência financeira, ainda que coexistindo com crescimento do passivo, especialmente de longo prazo.

9.9 – Ativo e Passivo Financeiro

O Ativo Financeiro compreende os valores disponíveis e realizáveis no curto prazo, tais como caixa, equivalentes de caixa e créditos financeiros, que podem ser utilizados para pagamento imediato das obrigações.
O Passivo Financeiro, por sua vez, corresponde às obrigações exigíveis no curto prazo, incluindo despesas empenhadas (liquidadas e a liquidar), restos a pagar, retenções e demais compromissos financeiros.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

A apuração da diferença entre esses dois grupos resulta no superávit ou déficit financeiro, indicador relevante para avaliar a capacidade de pagamento no curto prazo, conforme previsto na Lei nº 4.320/64.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)
Ativo Financeiro	R$ 834.002.609,72	R$ 619.496.278,95
Passivo Financeiro	R$ 320.339.231,71	R$ 125.421.293,50

No exercício de 2025, foi apurado um superávit financeiro de R$ 513.663.378,01, resultado da diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, evidenciando que o Município dispõe de recursos suficientes para a cobertura de suas obrigações de curto prazo.

O Ativo Financeiro apresentou crescimento de 34,6%, com incremento de aproximadamente R$ 214,5 milhões, refletindo principalmente o aumento das disponibilidades de caixa e aplicações financeiras, conforme já evidenciado no ativo circulante.

O Passivo Financeiro registrou crescimento de 155,4%, com acréscimo de cerca de R$ 194,9 milhões, indicando elevação significativa das obrigações financeiras de curto prazo.

Apesar do crescimento expressivo do passivo financeiro, o município mantém situação financeira superavitária, o que demonstra capacidade de solvência no curto prazo.

9.10 – Contas de Compensação

As Contas de Compensação registram os chamados atos potenciais ativos e passivos, ou seja, fatos administrativos que não afetam imediatamente o

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

patrimônio, mas que podem gerar efeitos futuros, dependendo da ocorrência de eventos específicos.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, essas contas têm caráter meramente informativo e de controle, sendo utilizadas para evidenciar responsabilidades assumidas pela administração pública, tais como contratos, garantias e outros compromissos que possam impactar o patrimônio em exercícios futuros.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)
Atos Potenciais Ativos	R$ 34.013.541,66	R$ 34.013.541,66
Atos Potenciais Passivos	R$ 1.304.263.515,14	R$ 1.235.657.551,15

Os Atos Potenciais Ativos permaneceram estáveis no período, totalizando R$ 34,0 milhões, indicando que não houve alterações relevantes nos direitos potenciais do município, como, por exemplo, créditos decorrentes de parcelamentos ou outros instrumentos administrativos.

Por outro lado, os Atos Potenciais Passivos apresentaram crescimento de R$ 68,6 milhões, equivalente a 5,55%, passando de R$ 1,23 bilhão em 2024 para R$ 1,30 bilhão em 2025.

9.11 – Superávit Financeiro

O Superávit ou Déficit Financeiro por Fonte de Recursos é apurado com base na diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, segregado conforme a destinação legal dos recursos.

Esse demonstrativo é fundamental para evidenciar a disponibilidade líquida por fonte, permitindo verificar se os recursos vinculados possuem lastro financeiro suficiente para cobrir suas respectivas obrigações, conforme preconiza a Lei nº 4.320/64 e o MCASP.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)
Superávit Financeiro Total	R$ 513.663.378,01	R$ 493.359.274,26

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

No exercício de 2025, o Município apurou um superávit financeiro de R$ 513,7 milhões, representando um aumento de aproximadamente R$ 20,3 milhões (4,1%) em relação ao exercício anterior.

Esse resultado confirma a manutenção de uma situação financeira positiva, indicando que os recursos disponíveis são suficientes para cobrir as obrigações financeiras, mesmo diante do crescimento expressivo do passivo financeiro observado no período.

10 – NOTA EXPLICATIVA A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada de forma consolidada, contemplando os órgãos da administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, bem como as entidades dependentes.

No processo de consolidação, as transações de natureza intraorçamentária permaneceram registradas, refletindo integralmente os fluxos ocorridos entre os entes que compõem o orçamento municipal.

10.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

Ao final do exercício de 2025, as variações patrimoniais aumentativas alcançaram o montante de R$ 7.473.496.432,56, representando crescimento de 7,66% em comparação ao exercício anterior.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	(%)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R$ 1.374.188.266,43	R$ 1.444.054.789,18	-5,00%
Contribuições	R$ 224.403.224,56	R$ 190.862.776,03	18,00%
Exploração e Venda de Bens e Serviços	R$ 145.047.542,37	R$ 18.191.516,02	697,00%
Variações Patrimoniais Financeiras	R$ 458.123.624,80	R$ 125.278.992,94	266,00%
Transferências e Delegações Recebidas	R$ 4.915.464.805,28	R$ 4.787.267.998,08	3,00%
Valorização e Ganhos com Ativos	R$ 271.046.029,33	R$ 332.082.899,72	-18,00%
Outras Variações Aumentativas	R$ 85.222.939,79	R$ 43.764.521,56	95,00%
TOTAL	**R$ 7.473.496.432,56**	**R$ 6.941.503.493,53**	**7,66%**

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

O comportamento das receitas evidencia uma mudança na composição das fontes de incremento patrimonial. Em contrapartida, observa-se retração nas receitas tributárias e nos ganhos relacionados à valorização de ativos.

10.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas totalizaram R$ 6.984.574.506,21, com elevação de 7,36% em relação a 2024.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	(%)
Pessoal e Encargos	R$ 1.454.210.597,45	R$ 1.444.428.239,55	1,00%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R$ 490.655.261,31	R$ 416.750.645,86	18,00%
Uso de Bens e Serviços	R$ 1.288.949.631,16	R$ 1.113.194.920,89	16,00%
Variações Financeiras	R$ 198.340.538,44	R$ 324.111.085,07	-39,00%
Transferências Concedidas	R$ 2.827.127.686,47	R$ 2.521.808.107,85	12,00%
Perdas e Desincorporação de Ativos	R$ 169.723.954,81	R$ 354.295.427,41	-52,00%
Tributárias	R$ 39.312.931,64	R$ 36.799.914,51	7,00%
Outras Variações Diminutivas	R$ 516.253.904,93	R$ 293.848.418,39	76,00%
TOTAL	**R$ 6.984.574.506,21**	**R$ 6.505.236.759,53**	**0,0736**

Observa-se que o crescimento das despesas esteve concentrado principalmente em benefícios previdenciários, gastos com serviços e manutenção da máquina pública e outras variações patrimoniais, com aumento expressivo no período. Por outro lado, houve redução significativa nas perdas de ativos e nas despesas financeiras.

10.3 Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial apurado no exercício foi superavitário em R$ 488.921.926,35, representando aumento de 12,07% em relação ao resultado de 2024.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	R$ 7.473.496.432,56	R$ 6.941.503.493,53	7,66%
Variações Patrimoniais Diminutivas	R$ 6.984.574.506,21	R$ 6.505.236.759,53	7,36%
RESULTADO	**R$ 488.921.926,35**	**R$ 436.266.734,00**	**12,07%**

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

Em relação ao exercício de 2024, observa-se incremento de aproximadamente R$ 52,6 milhões, o que demonstra evolução no resultado patrimonial e manutenção da capacidade de geração de resultado econômico positivo.

Destaca-se que o resultado patrimonial é apurado com base no regime de competência, refletindo os efeitos econômicos das transações realizadasno período, independentemente de seu impacto financeiro imediato.

Dessa forma, a DVP confirma que o Município encerrou o exercício de 2025 com resultado patrimonial positivo, ampliação do patrimônio líquido e manutenção do equilíbrio entre variações aumentativas e diminutivas, em conformidade com as normas aplicáveis à contabilidade pública.

11 – NOTA EXPLICATIVA A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício de 2025 foi elaborada com o propósito de evidenciar as movimentações financeiras ocorridas no período, demonstrando as entradas e saídas de recursos de acordo com a natureza das atividades desenvolvidas pela administração pública.

Para sua elaboração, adotou-se o método direto, no qual são apresentados os principais fluxos de recebimentos e pagamentos, classificados em três grupos: atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O demonstrativo contempla, de forma consolidada, as informações dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, incluindo suas respectivas unidades integrantes.

Ressalta-se que, no processo de consolidação, não houve exclusão das movimentações internas entre órgãos e entidades do próprio ente, de modo que o demonstrativo reflete integralmente os fluxos financeiros ocorridos no âmbito da administração municipal.

A apuração dos fluxos financeiros foi realizada com base no regime de caixa, considerando como ingressos os valores efetivamente arrecadados e como

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

desembolsos aqueles efetivamente pagos durante o exercício, abrangendo tanto despesas orçamentárias quanto obrigações de exercícios anteriores e demais saídas de recursos.

As retenções foram reconhecidas no momento de sua liquidação financeira, e as receitas orçamentárias foram apresentadas por seus valores líquidos. A elaboração seguiu as diretrizes estabelecidas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 08.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	(%)
Atividades Operacionais (I)	R$ 377.916.661,10	R$ 501.145.757,30	-24,00%
Atividades de Investimento (II)	-R$ 399.587.182,62	-R$ 654.117.081,30	-38,00%
Atividades de Financiamento (III)	R$ 235.469.130,61	R$ 309.247.740,14	-23,00%
Resultado Líquido de Caixa	**R$ 213.798.609,09**	**R$ 156.276.416,14**	**36,00%**

No exercício de 2025, o Município apresentou geração líquida de caixa de R$ 213.798.609,09, superior ao resultado de 2024, representando um crescimento de 36%.

O aumento do caixa em 2025 decorre principalmente da redução das saídas com investimentos, mesmo diante da queda na geração operacional, mantendo estabilidade nas fontes de financiamento.

11.1 Fluxo das Atividades Operacionais

No exercício de 2025, as atividades operacionais geraram caixa líquido positivo de R$ 377.916.661,10, demonstrando que as receitas correntes foram suficientes para suportar as despesas vinculadas ao funcionamento da máquina pública.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Fluxo de Caixa Operacional	R$ 377.916.661,10	R$ 501.145.757,30	-24,00%

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

Em comparação com 2024, observa-se uma redução no volume gerado, que estar relacionado a alterações na arrecadação e ao aumento de gastos correntes.

Apesar dessa diminuição, o resultado continua indicando que o município mantém capacidade de financiar suas atividades essenciais sem depender integralmente de recursos externos.

11.2 Fluxo das Atividades de Investimento

As atividades de investimento resultaram em saída líquida no montante de R$ 399.587.182,62 no exercício de 2025, refletindo a aplicação de recursos em obras, aquisição de bens permanentes e demais investimentos públicos.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Fluxo de Caixa de Investimento	-R$ 399.587.182,62	-R$ 654.117.081,30	-38,00%

Em relação ao exercício anterior, houve diminuição no volume de desembolsos, sugerindo uma desaceleração no ritmo de execução de investimentos e conclusão de projetos iniciados anteriormente.

Mesmo representando redução de caixa, esse tipo de despesa é característico da atuação governamental voltada ao desenvolvimento urbano e à melhoria da infraestrutura.

11.3 Fluxo das Atividades de Financiamento

No âmbito das atividades de financiamento, foi registrada entrada líquida de R$ 235.469.130,61, valor praticamente equivalente ao observado no exercício anterior.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Fluxo de Caixa de Financiamento	R$ 235.469.130,61	R$ 309.247.740,14	-23,00%

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

Esse comportamento demonstra estabilidade na captação de recursos por meio de operações de crédito e outros instrumentos financeiros, utilizados como suporte à execução de investimentos públicos.

A manutenção desse nível de financiamento reforça a necessidade de acompanhamento contínuo do endividamento, garantindo equilíbrio entre a capacidade de pagamento e a expansão dos investimentos.

11.4 Evolução do Caixa

O saldo final apresentado está compatível com o registrado no Balanço Patrimonial, evidenciando consistência entre as demonstrações contábeis.

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
Saldo inicial de caixa	R$ 594.885.759,41
Resultado líquido do período	R$ 213.798.609,09
Saldo final de caixa	**R$ 808.684.368,50**

A análise dos fluxos de caixa de 2025 indica um cenário de manutenção da capacidade financeira do município, com geração positiva de recursos ao longo do exercício.

Observa-se uma redução no desempenho das atividades operacionais, compensada por menor volume de investimentos e estabilidade nas fontes de financiamento, resultando em aumento do saldo final de caixa.

Dessa forma, a Demonstração dos Fluxos de Caixa confirma que o Município encerrou o exercício de 2025 com resultado financeiro positivo, geração consistente de caixa e manutenção do equilíbrio financeiro, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal e da boa gestão dos recursos públicos.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

12 – NOTA EXPLICATIVA A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL tem por finalidade evidenciar as alterações ocorridas nas contas que compõem o patrimônio líquido do Município ao longo do exercício, permitindo acompanhar a evolução dos saldos patrimoniais.

No exercício de 2025, as variações no patrimônio líquido decorreram, principalmente, do resultado patrimonial do período, dos ajustes de exercícios anteriores e das movimentações relacionadas ao capital social.

Descrição	2025	2024
Patrimônio Social	R$ 4.628.526.849,73	R$ 3.875.283.228,55
Resultado do Exercício	R$ 488.921.926,35	R$ 436.266.734,00
Ajuste Exercícios Anteriores	-R$ 93.629.916,94	R$ 0,00
Superávit/Déficit Acumulado	**R$ 3.745.160.731,20**	—

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia que, no exercício de 2025, a variação do patrimônio líquido foi positivamente influenciada pelo resultado patrimonial do período.

12.1 Resultado do Exercício

O exercício de 2025 apresentou resultado patrimonial superavitário de R$ 488.921.926,35, superior ao verificado em 2024 (R$ 436.266.734,00).

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Resultado do Exercício	R$ 488.921.926,35	R$ 436.266.734,00	12,07%

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

O aumento de 12,07% no resultado demonstra ampliação do patrimônio líquido no período, refletindo a diferença positiva entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

12.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram R$ -93.629.916,94 em 2025, indicando impacto negativo sobre o patrimônio líquido.

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-R$ 93.629.916,94	-R$ 87.759.253,14	7,00%

Observa-se aumento de 7% nos ajustes negativos em relação ao exercício anterior, indicando maior volume de reclassificações ou correções contábeis de períodos anteriores.

Tais ajustes estão relacionados, principalmente, à revisão de saldos patrimoniais, reclassificações contábeis, reconhecimento de obrigações e atualização de registros anteriormente não evidenciados de forma adequada, não representando, portanto, fatos novos do exercício corrente, mas sim a correção de registros de períodos anteriores.

Ressalta-se que esses procedimentos não impactaram a execução orçamentária do exercício de 2025 e foram devidamente reconhecidos no patrimônio líquido, conforme preconiza o regime de competência, contribuindo para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e para a transparência das contas públicas.

Sob a ótica técnica, verifica-se que os ajustes contabilizados, embora tenham impactado negativamente o patrimônio líquido, não comprometeram sua trajetória de crescimento, tendo em vista que o resultado do exercício foi suficiente para absorver tais efeitos.

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

Dessa forma, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido confirma que o Município encerrou o exercício de 2025 com posição patrimonial estável e em expansão, evidenciando resiliência frente a ajustes contábeis e conformidade com os princípios da contabilidade aplicada ao setor público.

13 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE À LEGISLAÇÃO E ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

As Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, bem como as respectivas Notas Explicativas, foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente aplicável ao setor público.

A elaboração dessas demonstrações observou, de forma integral, os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, bem como as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), contemplando os procedimentos contábeis patrimoniais, orçamentários e fiscais adotados no âmbito da administração pública.

As Notas Explicativas que acompanham as demonstrações têm como finalidade complementar e esclarecer as informações apresentadas, evidenciando:

- a base de preparação das demonstrações contábeis;
- os principais critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados;
- o detalhamento dos saldos relevantes;
- bem como eventos e situações que impactaram a execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício.

Adicionalmente, foram incluídas informações consideradas relevantes para a adequada compreensão da situação fiscal e da capacidade de prestação de

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

serviços do Município, ainda que não evidenciadas diretamente nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se que os registros contábeis foram realizados com base em critérios técnicos consistentes, observando o regime de competência para os fatos patrimoniais e o regime de caixa para os fluxos financeiros, conforme as normas aplicáveis ao setor público.

Durante o exercício de 2025, a contabilidade municipal manteve a continuidade dos procedimentos administrativos e técnicos, assegurando a integridade, consistência e comparabilidade das informações contábeis em relação aos exercícios anteriores.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis, bem como pelo encaminhamento da Prestação de Contas Anual ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), é do contador Jamisson Nunes Santos, atual responsável pela contabilidade geral do Município de Aracaju.

Destaca-se que eventuais ajustes de exercícios anteriores foram devidamente reconhecidos nas demonstrações contábeis, em conformidade com as normas vigentes, garantindo a fidedignidade das informações apresentadas.

Por fim, declara-se que as Demonstrações Contábeis de 2025 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município, tendo sido elaboradas com observância aos princípios da transparência, responsabilidade fiscal e evidenciação contábil, atendendo às exigências legais e normativas aplicáveis ao setor público.

JAMISSON NUNES SANTOS:05503269527

Assinado digitalmente por JAMISSON NUNES SANTOS:05503269527
ND: C=BR, CN=JAMISSON NUNES SANTOS:05503269527, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID Multipla
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.23 11:46:04-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

JAMISSON NUNES SANTOS
Contador – CRC/SE 007806/O
Secretaria Municipal da Fazenda

Assinado por 3 pessoas: JAMISSON NUNES SANTOS, SIDNEY THIAGO DOS SANTOS e EMÍLIA CORRÊA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA e informe o código B4FA-66CD-DA50-6AEA

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: B4FA-66CD-DA50-6AEA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- JAMISSON NUNES SANTOS (CPF 055.XXX.XXX-27) em 23/04/2026 11:49:34 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- SIDNEY THIAGO DOS SANTOS (CPF 778.XXX.XXX-34) em 23/04/2026 11:50:40 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- EMÍLIA CORRÊA (CPF 313.XXX.XXX-68) em 27/04/2026 14:29:42 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B4FA-66CD-DA50-6AEA

PREFEITURA DE ARACAJU
AJUPREV
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Demonstrativos Fiscais

INFORMAÇÕES GERAIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto de Previdência do Município de Aracaju refletem as ações executadas durante o exercício de 2025, elaboradas de acordo com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que institui normas gerais para elaboração, controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e Distrito Federal. Lei complementar nº 101/2000, que estabelece normas e finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social foram utilizados os critérios do art. 35 da Lei nº 4.320/64. Quanto à contabilização das transações inerentes aos RPPS, e para que fiquem em conformidade com as normas publicadas pela Secretaria de Previdência e com o MCASP, seguimos as orientações da IPC 14.

O RPPS do Município de Aracaju adota o sistema de segregação de massa do seu plano de benefícios desde 28 de dezembro de 2001, como forma de equacionamento do déficit atuarial, onde são divididos em Fundo em Repartição, plano financeiro deficitário e Fundo em Capitalização, plano previdenciário superavitário.

O Plano Financeiro é um sistema de segregação onde as contribuições pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados não tem como objetivo a acumulação de recursos, sendo que as insuficiências financeiras devem ser aportadas pelo ente federativo.

O Plano Previdenciário é um sistema estruturado com o objetivo de acumulação de recursos para pagamentos dos compromissos firmados no plano de benefícios do Instituto de Previdência.

A Lei Municipal nº 163/2017, e as modificações introduzidas pela Lei nº 170/2019, estabelece disposições referentes à Contribuição Suplementar destinada a cobrir o déficit anualmente apurado no Fundo Financeiro. Esta legislação determina a alíquota e a base de cálculo da contribuição previdenciária suplementar tanto para o Poder Executivo quanto para o Poder Legislativo. Para o Poder Executivo, a base de cálculo é a mesma utilizada para as contribuições previdenciárias dos servidores ativos vinculados ao respectivo Fundo Financeiro. A alíquota aplicável é determinada anualmente por meio do estudo de reavaliação atuarial. Por outro lado, para o Poder Legislativo, a base de cálculo é o déficit financeiro gerado com o pagamento dos inativos e pensionistas da Câmara Municipal de Aracaju.
Durante o ano de 2025, a alíquota para o Poder Legislativo foi de 20%, incidente sobre o déficit financeiro mensalmente apurado. Para o Poder Executivo, a alíquota praticada a partir de julho de 2024 foi de 760,00% em conformidade com o Relatório de Reavaliação Atuarial.

Durante o exercício de 2025 as fontes de recurso utilizadas foram, conforme a seguir:

18001111 – Benefícios Previdenciários – Poder Executivo – Fundo de Capitalização;
18001121 – Benefícios Previdenciários – Poder Legislativo – Fundo de Capitalização;
18012111 – Benefícios Previdenciários – Poder Executivo – Fundo em Repartição;
18012121– Benefícios Previdenciários – Poder Legislativo – Fundo de Repartição;
18020000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534 e informe o código 5E55-1F74-AB51-2534

No final do exercício foi promulgada a **Lei nº 214 de 11 de julho de 2025 e a Lei de nº 219 de 22 de dezembro de 2025 (leis em anexo),** que alteraram e atualizaram aspectos importantes do Instituto de Previdência. Entre eles a alteração do valor da contribuição do Município para 24% a partir de outubro de 2025 e a migração de servidores do Regime em Repartição para o fundo em Capitalização a fim de diminuir o déficit atuarial e os valores dos aportes feitos pela Secretaria da Fazenda do Município de Aracaju.

DEFINIÇÃO

As Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações, segundo definição constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

BASE DA ELABORAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto de Previdência do Município de Aracaju foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; e da Lei Complementar nº 101/2000. Para cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, observa-se ainda as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Em 2017 entrou em vigor a Norma Brasileira de contabilidade aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, que apresenta as diretrizes e regras gerais que as demonstrações Contábeis devem seguir, apontando características qualitativas para atingir os objetivos da informação contábil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que mostra, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, além de suas contas de compensação. A metodologia utilizada para a estruturação do PCASP, foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados. Essa metodologia permite o registro dos dados contábeis de forma organizada e facilita a análise das informações de acordo com sua natureza.

Ressalta-se que o atributo conceitual da conta contábil está definido em devedor, credor e mista, já, para apuração do indicador do atributo de Superávit Financeiro, os ativos e passivos estão definidos em Atributos Financeiro (F) e Permanente (P).

O Balanço Patrimonial da Aracaju Previdência evidencia os ativos, os passivos e o Patrimônio Líquido, e sua evolução em 2025 em relação a 2024, de forma qualitativa e quantitativa.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534 e informe o código 5E55-1F74-AB51-2534

ATIVO	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	2024
Ativo Circulante	2.138.592.272,94	1.807.211.183,33	PASSIVO CIRCULANTE	8.353.470,61	5.661.898,93
Ativo Não Circulante	10.164.400,63	16.100.302,87	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.366.104.543,39	1.172.546.711,67
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	774.298.659,57	645.102.875,60
TOTAL	2.148.756.673,57	1.823.311.486,20		2.148.756.673,57	1.823.311.486,20

1.1. Caixa e Equivalente de Caixa

A Disponibilidade de caixa são recursos financeiros de titularidade do ente público em dinheiro, aplicação financeira, poupança e outros ativos; e somente podem ser depositadas em bancos oficiais, destaca-se no exercício de 2025:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	Coluna 1
Banco Contas Movimento Plano Financeiro (FR 801)	R$ 570.670,46
Banco Contas Movimento Plano Financeiro (FR 800)	R$ 11.057,93
Banco Contas Movimento Plano Financeiro (FR 802)	R$ 1.343,67
Banco Contas Aplicação (FR 801)	R$ 2.344.690,76
Banco Contas Aplicação (FR 800)	R$ 10.349.035,61
Banco Contas Aplicação (FR 802)	R$ 7.650.402,58
Total	R$ 20.356.530,55

1.2. Demais Valores e Créditos a Curto Prazo

Corresponde às contribuições previdenciárias a receber com parcelamentos do RPPS Plano Previdenciário de curto prazo, correspondente ao valor de R$ 11.946.137,27

1.3. Investimentos Aplicações Temporárias a curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. A contabilização do valor do título é realizada conforme o método de marcação a mercado, sendo reavaliada mensalmente.

Conforme a Resolução da CMN 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, que dispõem sobre as aplicações financeiras dos Regimes Próprios de Previdência Social, bem como estabelece os parâmetros máximos para as alocações de recursos e limites utilizados sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; o modelo de gestão; a meta de rentabilidade e seus acompanhamentos.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534 e informe o código 5E55-1F74-AB51-2534

ENQUADRAMENTO	ATIVO	SALDO 2025
Artigo 10°, Inciso I	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO	7.004.225,81
Artigo 10°, Inciso I	CAIXA JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCADO LP	7.784.990,41
Artigo 10°, Inciso II	BTG PACTUAL TIMBERLAND FUND I FICFIP	2.919.374,02
Artigo 10°, Inciso II	NORDESTE III FIP MULTIESTRATÉGIA	341.154,70
	TOTAL	R$ 18.049.744,94

ENQUADRAMENTO	ATIVO	SALDO 2025
Artigo 11°	BB RB CAPITAL RENDA II FII - RBRD11	563.114,34
Artigo 11°	CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	3.465.000,00
	TOTAL	R$ 4.028.114,34

ENQUADRAMENTO	ATIVO	SALDO 2025
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	678,21
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.908.018,56
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	30.090.545,40
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12.061.367,06
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	16.445.134,21
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREV	192.063.004,76
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	BB TP VÉRTICE ESPECIAL 2026 RESP LIMITADA FIF RF PREVIDENCIÁRIO	114.017.651,51
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	BNB SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	35.447.730,90
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	10.068.160,50
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RF	368.362.546,94
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	CAIXA BRASIL IDKA PRÉ 2A FIC RENDA FIXA LP	11.693.772,12
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	17.641.212,15
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	109.184.660,99
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	17.078.264,62
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	27.375.938,31
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	27.641.711,74
Artigo 7°, Inciso I, Alínea b	CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	87.670.992,33
	TOTAL	R$ 1.079.751.390,31

ENQUADRAMENTO	ATIVO	SALDO 2025
Artigo 7°, Inciso III, Alínea a	BB ATIVA PLUS FIC RENDA FIXA LP	35.641.854,08
Artigo 7°, Inciso III, Alínea a	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	2.188.010,30
Artigo 7°, Inciso III, Alínea a	BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	243.709.528,18
Artigo 7°, Inciso III, Alínea a	BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	22.831.067,65

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534 e informe o código 5E55-1F74-AB51-2534

Artigo 7°, Inciso III, Alínea a	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA SIMPLES	2.437.944,24
Artigo 7°, Inciso III, Alínea a	CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	322.209.240,97
Artigo 7°, Inciso III, Alínea a	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA	145.751.893,91
Artigo 7°, Inciso III, Alínea a	ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND FIC RENDA FIXA LP	3.377.921,58
Artigo 7°, Inciso III, Alínea a	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	9.168.583,36
	TOTAL	R$ 787.316.044,27

ENQUADRAMENTO	ATIVO	SALDO 2025
Artigo 7º, Inciso V, Alínea b	BB RF SUL AMÉRICA CRÉD	R$ 26.469.798,93
	TOTAL	R$ 26.469.798,93

ENQUADRAMENTO	ATIVO	SALDO 2025
Artigo 8°, Inciso I	BB IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	14.477.588,52
Artigo 8°, Inciso I	BB INDEXADO IBOVESPA FIC AÇÕES	25.749.353,98
Artigo 8°, Inciso I	BB SELEÇÃO FATORIAL FIC AÇÕES	20.459.914,25
Artigo 8°, Inciso I	BB SMALL CAPS FIC AÇÕES	11.531.456,33
Artigo 8°, Inciso I	CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO FIC AÇÕES	39.978.290,18
Artigo 8°, Inciso I	CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	13.149.650,58
Artigo 8°, Inciso I	CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	966.413,94
Artigo 8°, Inciso I	CAIXA SEGURIDADE FI AÇÕES	8.165.896,94
Artigo 8°, Inciso I	CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	26.866.834,71
Artigo 8°, Inciso I	FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	12.648.700,72
Artigo 8°, Inciso I	ITAÚ DIVIDENDOS FI AÇÕES	14.640.450,95
Artigo 8°, Inciso I	ITAÚ OLIMPO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	1.459.098,86
	TOTAL	R$ 190.093.649,96
	TOTAL GERAL	R$ 2.105.708.742,75

1.4. Estoques

Em relação ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Estoques, do Instituto de Previdência, ocorre no sistema de almoxarifado (sistema contratado), o profissional responsável realiza o controle físico e inventário quando necessário, processando entradas e baixas diariamente.

Conforme NBC TSP 04, a mensuração é pelo preço médio ponderado dos bens no almoxarifado à sua aquisição pelo custo histórico, conforme item abaixo, extraído do relatório analítico.

O reconhecimento das entradas e baixas na contabilidade, são efetuados de acordo com fatos gerados no sistema de almoxarifado, mediante extração de relatórios que subsidiem a informação real do estoque.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534 e informe o código 5E55-1F74-AB51-2534

O saldo atual do exercício de 2025 em estoque, corresponde a R$ 9.898,52 na forma de materiais a serem consumidos internamente no curso normal desta Secretaria, abaixo desdobramento da movimentação do estoque no sistema de almoxarifado:

Movimentação Estoques	Valor
Saldo Anterior (I) =	**R$ 11.769,88**
Total Entradas (II) =	**R$ 50.840,15**
Entradas =	R$ 55.288,93
(-)Estornos das Aquisições =	R$ 4.448,78
Total Baixas (III)	**R$ 52.711,51**
Baixas por requisição/consumo =	R$ 57.160,39
(-)Estornos das Baixas =	R$ 4.448,78
Saldo Atual VI = (I + II – III)	**R$ 9.898,52**

1.5. IMOBILIZADO

Em relação ao Imobilizado o reconhecimento se deu pelos custos iniciais e os subsequentes, para mensuração dos ativos bens móveis e imóveis.

As movimentações de Entradas e Baixas são registradas no sistema de patrimônio (terceirizado), para controle do ativo imobilizado e gestão patrimonial.

Decreto 5.897 de 15 de abril de 2019, regulamenta todos os procedimentos relativos à gestão de Bens Móveis e Imóveis da Administração Direta e Indireta do Município Aracaju, como também, segue a NBC TSP – 07 – Ativo Imobilizado. O método da depreciação utilizado é o Método das Quotas constantes, conforme Art. 51. Decreto Municipal 5.897/2019.

1.6. Bens Móveis

As entradas dos bens móveis no período de 01.01.2025 a 31.12.2025, se deu por valor histórico ou de aquisição.

1.7. Depreciação Acumulada Bens Móveis

O método da depreciação utilizado é o Método das Quotas constantes, conforme Art. 51. Decreto Municipal 5.897 de 15 de abril de 2019. O registro da depreciação é reconhecido no resultado da Unidade Gestora, através da variação patrimonial diminutiva (VPD), cessa quando do término de vida útil do ativo ou quando ele é baixado.

A depreciação não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado temporariamente de uso. A tabela de depreciação contendo o tempo de vida útil e os valores residuais aplicados deverão ser estabelecidos, de acordo com as características particulares da utilização de cada bem, anexo I desta Nota Explicativa.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534 e informe o código 5E55-1F74-AB51-2534

1.8. Depreciação Acumulada Bens Imóveis

Os terrenos têm vida útil ilimitada e, portanto, não são depreciados.
Em relação a edificação ainda não foi atribuída a vida útil e o método de depreciação.

PASSIVO CIRCULANTE

No passivo circulante da Entidade estão destacadas as obrigações presentes, resultantes de um evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta e corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são cálculos atuariais que estimam o montante necessário para cobrir os benefícios previdenciários futuros. O seu dimensionamento é determinado pela diferença entre o Valor Atual dos Benefícios e o Valor Atual das Contribuições Futuras.

2. BALANÇO FINANCEIRO

A composição do BF é demonstrada em um único quadro, evidenciando as movimentações financeiras deste órgão:

1. A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
2. Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
3. As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária;
4. O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

2.1. Receita Orçamentária (I) e Despesa Orçamentária (VI)

As especificações das Receitas e Despesas Orçamentárias como Ordinária e Vinculada, como também, o rol de fontes de recursos, segue a Portaria nº 10463 de 2022 – STN e tabela de fontes Destinação de Recursos (FR 2025) disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE-SE.

Foi adotado o regime de caixa para as receitas orçamentárias arrecadadas e o regime de competência para as despesas orçamentárias executadas.

As receitas orçamentárias estão evidenciadas no balanço financeiro pelos seus valores líquidos, ou seja, já deduzidos as restituições e anulações.

O montante com as despesas empenhadas, contempla o reforço dos empenhos e anulações.

Ao apurar a receita Orçamentária de R$ 575.505.756,80 em relação a Despesa Orçamentária empenhada de R$ 504.605.030,67 evidencia um superávit orçamentário de R$ 70.598.604,96. Vale destacar que o Fundo em Repartição é deficitário, necessitando de aportes, e o Fundo em capitalização é superavitário.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534 e informe o código 5E55-1F74-AB51-2534

2.2 Transferências Financeiras Recebidas (II)

As transferências financeiras recebidas no montante de R$141.523.315,31 compreendem os recursos aportados para cumprimento da execução orçamentária, já que, o Fundo em Repartição é deficitário.

2.3 Valores Restituíveis (Ingressos e Dispêndios)

Em relação às receitas e despesas extraorçamentárias (Valores Restituíveis e Retenções) é adotado o regime de caixa.

Destaca-se que no momento da liquidação das despesas orçamentárias, vincula-se às retenções, gerando um aprovisionamento, quando efetuado o pagamento da obrigação do principal, ocorre a baixa do valor líquido no passivo circulante (F) e simultaneamente o crédito nas contas contábeis (2.1.8.8.1.xx.xx) em valores restituíveis, onde a obrigação só é baixada quando ocorre o pagamento.

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Apresenta também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, demonstrando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, como também as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13, TSP 11, NBC TSP 13 e a Lei nº 4.320/1964. O Balanço Orçamentário é composto por:

1. Quadro Principal;
2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Orçamento aprovado através da Lei Orçamentária Anual nº 6120 de 30 de dezembro de 2024, estima a receita e fixa a despesa do Município de Aracaju para o exercício de 2025 e dá providência correlatas.

3.1 QUADRO DE RECEITAS

As receitas em 2025 ressaltam-se as

3.1.1 Contribuições Sociais: engloba a arrecadação com as contribuições previdenciárias dos ativos, inativos e pensionistas.

3.1.2. Valores Mobiliários: Representa a remuneração dos depósitos bancários, a remuneração dos recursos aplicados e dividendos recebidos.

3.1.3 Outras Receitas Correntes: Recuperação de despesas efetuadas em exercícios anteriores e canceladas no exercício corrente, provenientes do recebimento de disponibilidades referentes a devoluções de recursos pagos a maior e Compensações Financeiras recebidas (COMPREV).

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534 e informe o código 5E55-1F74-AB51-2534

3.2. Quadro das Despesas

3.2.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS: Contemplam os gastos com os inativos, pensionistas, cargos em comissão, vencimentos e vantagens, bem como encargos sociais e contribuições.

3.2.2 OUTRAS DESPESAS CORRENTES: Compreendem as despesas com materiais de consumo, diárias, obrigações tributárias, indenizações e serviços de pessoa jurídica.

3.2.3 RESERVA RPPS: É fixada através do superávit entre a receita prevista e as despesas fixadas do plano em capitalização e é destinada a garantir desembolsos do RPPS em exercícios futuros.

4. DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício

A DVP (1) foi elaborada utilizando as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP. Para detalhar as variações patrimoniais diminutivas utiliza o método da classificação baseada no critério da natureza da despesa, não se confundindo com o termo “natureza de despesa” utilizado na execução orçamentária.

De acordo com o método da natureza, as variações patrimoniais diminutivas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com a sua natureza, como, por exemplo: depreciações, consumo de materiais, despesas com transporte, prestação de serviços, despesa de pessoal e benefícios a empregados, despesas de publicidade e outras correntes. As Variações Patrimoniais aumentativas e diminutivas são reconhecidas por competência, exceto as despesas com antecipação a exemplo de suprimentos fundos e adiantamento a terceiros e pessoal.

Nota nº 01 – Contribuições Sociais

Correspondem às contribuições recebidas referentes às contribuições previdenciárias dos servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas durante o exercício.

Nota nº 02 – Transferências Intragovernamentais

Transferências intragovernamentais Bruta no valor de R$391.438.840,69 refere-se aos repasses financeiros recebidos para cobertura de insuficiência financeira e Contribuição Previdenciária Suplementar.

Nota Nº 03 – Valorização e Ganhos com Ativos

A reavaliação de ativos no valor de R$238.764.795,40 corresponde ao montante dos ganhos com marcação a mercado e valorização dos investimentos aos quais os fundos com resgate total.

Nota Nº 04 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Resultado positivo de participações, R$59.141.466,96 refere-se aos dividendos e cupons semestrais recebidos, as Diversas Variações Patrimoniais compreendem os valores de compensações previdenciárias.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534 e informe o código 5E55-1F74-AB51-2534

Nota Nº 05 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Refere-se às indenizações e restituições pagas a inativos pensionistas.

Declaro que o **DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS** está em conformidade com a legislação vigente e com as normas de contabilidade aplicáveis.

5. DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidenciando as alterações de caixa e Equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade:

1. Operacionais;
2. De investimento; e
3. De financiamento.

Para efeito da apuração da geração líquida de caixa, o regime adotado é o de caixa para os ingressos (receitas orçamentárias realizadas e outras receitas e ingressos operacionais), os desembolsos (despesas orçamentárias do exercício, restos a pagar e outros desembolsos) pelo pagamento efetuado.
A demonstração de fluxo de caixa foi realizada utilizando o “Método Direto

As retenções/valores restituíveis são consideradas como baixadas, no momento do pagamento.

Declaro que o **DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA** está em conformidade com a legislação vigente e com as normas de contabilidade aplicáveis

MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA

Contador – CRC/SE 007974/O
Secretaria Municipal da Fazenda

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534 e informe o código 5E55-1F74-AB51-2534

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 5E55-1F74-AB51-2534

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA (CPF 035.XXX.XXX-57) em 27/02/2026 12:24:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5E55-1F74-AB51-2534

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO 2025

1. Informações Gerais

A Empresa Municipal de Serviços Urbanos – EMSURB, é uma entidade pública dedicada à prestação de serviços. Seu propósito central consiste no planejamento e coordenação das iniciativas relacionadas à limpeza pública e arborização de espaços públicos na cidade de Aracaju, sem envolvimento em atividades econômicas. Os serviços oferecidos incluem:

- A devida gestão da limpeza urbana;
- A preservação dos mananciais dos rios;
- O respeito à diversidade cultural e ao meio ambiente;
- O reconhecimento do direito ao lazer e à participação popular.

1.1. Informações Complementares

Nome Empresarial: Empresa Municipal de Serviços Urbanos – EMSURB
CNPJ: 32.805.400/0001-60
Natureza Jurídica: 201-1 – Empresa Pública
Endereço: Rua Dom Pedro II, Bairro Ponto Novo, Nº 135, Aaracaju-SE

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram extraídas do Sistema de Administração Financeira Municipal (Contabilis) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora (UG) constante da tabela abaixo:

Código	Unidade Gestora	Sigla
26301	EMPRESA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	EMSURB

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da EMSURB foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; e da Lei Complementar nº 101/2000. Para cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, observa-se ainda as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; das Normas Brasileiras de

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Cabe salientar que, além destes dispositivos, conforme determina o art. 7° da Lei 13.303/2016, aplicam-se às empresas públicas as disposições da Lei n° 6.404/76 e as normas da Comissão de Valores Mobiliários a respeito da escrituração e elaboração de demonstrações financeiras.

Desta forma, conforme determinam a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e o art. 101 da Lei nº 4.320/1964, além do art. 176 da Lei n° 6.404/76, são apresentadas as seguintes demonstrações:

• Balanço Orçamentário;
• Balanço Financeiro;
• Balanço Patrimonial;
• Demonstrações das Variações Patrimoniais;
• Demonstração dos Fluxos de Caixa;
• Demonstração do Resultado do Exercício;
• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

3. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e Demonstrações Contábeis na Forma da Lei n° 6.404/76

As Notas Explicativas, ora apresentadas, são parte integrante das Demonstrações Contábeis, e são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

3.1. Balanço Orçamentário (BO)

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Sendo composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O Orçamento apresentado foi aprovado através da Lei Orçamentária Anual nº 6.120 de 30 de dezembro de 2024, estima a receita e fixa a despesa do Município de Aracaju para o exercício de 2025 e dá providências correlatas.

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

Nota n° 01 – Deficit Orçamentário

O resultado orçamentário apurado no exercício de 2025, equivalente à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (III) das receitas realizadas R$ 16.575.349,85 e a linha Subtotal com Refinanciamento (VIII) das despesas empenhadas R$ 332.652.777,33, apresenta um deficit de R$ 316.077.427,48.

Vale salientar que é um órgão da administração indireta, depende dos recursos realizados através de Repasses Financeiros (transferências financeiras) da Prefeitura Municipal de Aracaju.

Nota n° 02 – Despesas Orçamentárias

A despesa orçamentária inicial fixada em R$ 287.460.000,00, no decorrer do exercício foi alterada para R$ 389.467.184,98, através de Créditos Suplementares:

1. Abertura de créditos suplementares R$ 145.302.602,61;
2. Abertura de créditos por anulação no valor de R$ 43.295.417,63;

Quadro Resumo	
Dotação Inicial	**R$287.460.000,00**
(+) Créditos Suplementares	R$145.302.602,61
(-) Anulações	R$43.295.417,63
Dotação Atualizada	**R$899.078.312,00**

3. Abertura de crédito por superavit financeiro no valor de R$ 6.014.430,79.

No exercício de 2025 foi reconhecida uma despesa no valor de R$ 56.699.144,55, empenhados no elemento 33.90.92.00 como despesas de exercícios anteriores (DEA), que não foram processadas a época própria.

Nota n° 04 – Quadro Anexo 2 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Destaca-se que do valor das despesas inscritas em Restos a Pagar Processados no valor de R$ 4.118.402,93, foram pagos R$ 4.036.866,55 e cancelados R$ 81.536,38 no ano corrente.

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

Nota n° 05 – Balanço Orçamentário SAGRES

Cabe ressaltar, em relação ao quadro das receitas, que o Tribunal de Contas de Sergipe, através das Regras de Validação (Sagres – Contábil), emitida pela Diretoria de Modernização e Tecnologia, na regra 1.5.4 – Destaca que a Previsão da Receita deverá ser lançada na UG "Prefeitura" e ser zero nas demais Ugs.

3.2. Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Sendo composto por:

a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte ou destinação de recurso, discriminando-as em recursos não vinculados, recursos vinculados (exceto ao RPPS) e os recursos vinculados ao RPPS;

b) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS;

c) as entradas e saídas em caixa e equivalentes de caixa decorrentes de outras movimentações financeiras;

d) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; e

e) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, segregados em caixa e equivalentes de caixa (exceto RPPS) e caixa e equivalentes de caixa – RPPS.

Nota n° 01 – Receita e Despesa Orçamentária

As especificações das Receitas e Despesas Orçamentárias como Ordinária e Vinculada, como também, o rol de fontes de recursos, segue a Portaria nº 10463 de 2022 – STN e tabela de fontes Destinação de Recursos (FR 2023) disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

Para o registro das receitas arrecadadas foi adotado o regime de caixa, estando apresentadas no balanço financeiro pelo seu valor líquido, ou seja, já deduzidas as restituições e anulações, totalizando R$ 16.575.349,85.

As despesas orçamentárias executadas são registradas seguindo o regime de competência, representando o montante das despesas empenhadas alteradas pelos reforços e anulações de empenhos, totalizando R$ 332.652.777,33.

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

Nota n° 02 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

As transferências financeiras recebidas através de repasses durante o exercício representam o montante de R$ 286.578.708,95, estes compreendem recursos para cumprimento da execução orçamentária.

Não houve transferências financeiras concedidas durante o exercício.

Nota n° 03 – Pagamentos e Recebimentos Extra-Orçamentário

a) **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados**

Em relação ao registro das receitas e despesas extraorçamentárias (Valores Restituíveis e Retenções) é adotado o regime de caixa. Destacando que no momento da liquidação de despesas orçamentárias, vinculam-se as retenções, gerando o provisionamento destas, e quando efetuado o pagamento do valor principal da obrigação, ocorre a baixa do valor líquido no passivo circulante e simultaneamente o crédito nas contas contábeis (2.1.8.8.1.xx.xx) em valores restituíveis, onde a obrigação só é baixada no momento em que ocorrer o pagamento.

3.3. Balanço Patrimonial (BP)

3.3.1. Balanço Patrimonial Aplicado ao Setor Público

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

De modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o BP é composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

Os índices de liquidez e endividamento não podem ser analisados nos mesmos moldes de uma empresa privada ou estatal independente, pois a EMSURB não tem por finalidade gerar superávit ou manter equilíbrio financeiro autossustentável, mas sim executar os serviços públicos essenciais com aporte regular de recursos orçamentários do ente controlador.

Nota n° 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

A disponibilidade de caixa são recursos financeiros de titularidade do ente público em dinheiro, aplicação financeira, poupança e outros ativos. Não houve conciliação bancária, pois todos os valores se encontram em conformidade com os saldos dos extratos bancários.

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

Nota n° 02 – Estoques

Os estoques representam os materiais de consumo localizados no almoxarifado, estes são utilizados nas diversas atividades operacionais e administrativas. A entrada destes materiais são registrados com base no valor do custo de aquisição. Ao passo que, suas respectivas saídas em virtude do consumo, são efetuadas com base no custo médio no momento de sua baixa.

O resumo das movimentações contábeis realizadas para refletir as informações do almoxarifado está apresentado no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO – ESTOQUE				
Movimento Razão Contábil	Saldo Anterior	Débitos	Crédito	Saldo Final
	270.871,36	1.604.979,59	1.668.304,73	207.546,22
Movimento Demonstrativo Almoxarifado	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Final
	270.871,36	1.313.985,39	1.377.310,53	207.546,21
Diferença	0,00	290.994,20	290.994,20	0,00

As divergências identificadas entre débitos e entradas, assim como entre créditos e saídas, são justificadas por lançamentos contábeis de ajuste efetuados entre contas integrantes do mesmo grupo contábil. Referidos registros possuem caráter meramente reclassificatório, não impactando o resultado financeiro nem o saldo patrimonial, correspondendo ao montante total de R$ 89.010,26. Na análise de conciliação entre os saldos do almoxarifado constantes no relatório gerencial e aqueles registrados na contabilidade, foi constatada uma divergência de R$ 0,01, decorrente de arredondamento de casas decimais.

Nota n° 03 – Bens Móveis

Seguindo o Decreto 5.897 de 15 de abril de 2019, que regulamenta todos os procedimentos relativos à gestão de Bens Móveis e Imóveis da Administração Direta e Indireta do Município Aracaju, assim como, a NBC TSP – 07 – Ativo Imobilizado, as movimentações de entradas e baixas são registradas no sistema de patrimônio para controle do ativo imobilizado e gestão patrimonial. O quadro abaixo resume as movimentações ocorridas no exercício:

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

BENS MÓVEIS	
(+) Saldo Anterior (I)	**2.714.061,47**
(+) Entradas Bens Móveis (II)	**896.753,49**
Entradas por aquisição/Compra	896.753,49
(-) Baixas Bens Móveis (III)	**126.571,30**
Baixa por inservível	119.654,30
Baixa por Furto/Roubo	5.040,00
Baixa por Extravio	1.877,00
(=) Saldo Bens Móveis = (I + II – III)	**3.484.243,66**

Os movimentos contábeis efetuados para refletir as informações estão demonstradas no quadro abaixo:

Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
2.714.061,47	915.281,50	145.099,31	3.484.243,66

Nota n° 04 – Frotas de Veículos (Item 25)

O Item 25, que se refere à relação da Frota de Veículos, apresenta um montante de R$ 146.565,00. Quando comparado com o Razão de Bens Móveis do Item 24, observa-se que o grupo de veículos (código 123110500) apresenta um montante de R$ 147.878,54. Há, portanto, uma diferença de R$ 1.313,54, referente ao grupo 123110501 – Veículos em Geral, que não são considerados como veículos de frota, sendo classificados no grupo do RMB 5227 – Veículos Diversos.

Nota n° 05 – Depreciação, Exaustão e Amortização

A depreciação representa o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada pela deterioração física, desgastes com uso e obsolescência. Sendo reconhecido no resultado, através da variação patrimonial diminutiva (VPD).

Quanto ao método para o cálculo da depreciação, é utilizado o Método das Quotas Constantes, conforme Art. 51. Decreto Municipal 5.897 de 15 de abril de 2019. O quadro abaixo resume as movimentações da depreciação acumulada durante o exercício de 2025:

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

DEPRECIAÇÃO BENS MÓVEIS	
(+) Saldo Anterior (I)	**1.075.343,09**
(+) Lançamentos a Crédito (II)	**184.676,27**
Depreciação do Exercício	180.651,84
Depreciação baixa de Bens	4.024,43
(-) Lançamentos a Débito (III)	**86.055,98**
Ajuste da Depreciação Acumulada	0,10
Baixa da Depreciação dos Bens Desincorporados	86.055,88
(=) Saldo atual = (I + II – III)	**1.173.963,38**

Nota n° 06 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais, e Fornecedores a Pagar a Curto Prazo

O saldo de R$ 838.534,22 refere-se a obrigações trabalhistas liquidadas, que serão pagas no exercício seguinte.

O saldo total de R$ 83.277.647,53 refere-se às despesas inscritas em restos a pagar processados durante o exercício, liquidadas e não pagas no exercício financeiro, e despesas inscritas que serão liquidadas e pagas no decorrer do exercício.

Nota n° 07 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Ao final do exercício a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores apresenta o saldo devedor de R$ 19.659.871,37, resultados das seguintes movimentações:

– Total de movimentos a Débito – R$ 91.643.009,56

• R$ 91.446.052,88 – Liquidação de notas referentes a exercícios anteriores.

• R$ 196.956,68 – Lançamento para reconhecimento de COFINS referente aos meses de maio e junho, anteriormente registrados em contas indevidas

– Total de movimentos a Crédito – R$ 94.175.480,57

• R$ 22.192.342,38 – Lançamento de abertura para reclassificação do resultado do exercício de 2024.

• R$ 3.774.318,78 – Liquidação de notas com partida invertida anteriormente registradas em Contas a Pagar.

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

• R$ 68.011.862,63 – Lançamentos efetuados para correção de informações e eliminação de duplicidades contábeis.

• R$ 196.956,68 – Correção do lançamento de COFINS com registro de partida invertida.

• R$ 0,10 – Ajuste decorrente de diferença por arredondamento de casas decimais entre o sistema RMB e a contabilidade.

3.3.2. Balanço Patrimonial na Forma da Lei n° 6.404/76

Conforme determina o art. 178 da Lei das S.A., no Balanço Patrimonial, as contas devem ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia.

O ativo é dividido de acordo com sua natureza e ordenado de acordo com o grau de liquidez, sendo o ativo circulante onde estão apresentadas as disponibilidades, os direitos realizáveis no curto prazo e os estoques. No ativo não circulante, constam o realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Já o passivo é dividido de acordo com sua natureza e ordenado de acordo com o grau de exigibilidade, sendo o passivo circulante onde estão apresentadas as obrigações trabalhistas, fornecedores e demais obrigações.

Em relação aos valores que compõem sua estrutura, aplicam-se as notas explicativas n° 01 a 06 do Balanço Patrimonial Aplicado ao Setor Público apresentadas no item anterior.

3.4. Demonstrativos das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.4.1 – Variações patrimoniais aumentativas (VPA)

– Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Representam o valor no exercício de R$ 4.564.461,63 das receitas provenientes da emissão de taxas de inspeção, controle e fiscalização realizadas por esta empresa.

– Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – Representam as receitas orçamentárias no valor de R$ 11.813.397,01 decorrentes de taxa de gerenciamento.

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

– Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras – Representam os rendimentos obtidos sobre aplicações financeiras durante o exercício de R$ 197.491,21

– Transferências e Delegações Recebidas – Representam o valor de R$ 286.578.708,95 dos repasses financeiros recebidos para a execução orçamentária.

3.4.2 – Variações patrimoniais diminutivas (VPD)

– Pessoal e Encargos – Compreende os valores da remuneração do pessoal, composto dos vencimentos, vantagens pecuniárias fixas ou variáveis e demais formas de remuneração, além das despesas com encargos patronais – R$ 44.587.120,45.

– **Benefícios previdenciários e assistenciais** – refere-se a valores pagos por auxílio por morte no valor de R$ 7.254,00.

– **Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo –** compreende o valor com uso de materiais de consumo, serviços contratados e depreciação dos bens no exercício – R$ 277.589.708,48.

– Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras – Representam as despesas de multas e juros de mora incorridas durante o exercício – R$ 1.180.806,05.

– Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivo – Representam a desincorporação de bens do ativo imobilizado de R$ 40.515,42.

– Tributárias – Representam o somatório das despesas de impostos, taxas e contribuições. Destacando-se as contribuições para PIS e COFINS incidentes sobre a receita no regime de apuração não cumulativa – R$ 1.582.310,79.

– Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Decorrem de fatos geradores diversos, cuja classificação não se enquadra em nenhum dos agrupamentos listados acima – R$ 3.705,68.

3.5. Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Suas informações permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Nota n° 01 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

- Totalizando R$ 370.083.379,63, compõem os ingressos das atividades operacionais:

– As receitas arrecadadas através da emissão de taxas e serviços prestados (incluindo as receitas intra-orçamentárias) - R$ 4.564.461,63;

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

– Receitas de serviços atribuídos a empresa como fiscalização e inspeção – R$ 11.813.397,01;
– Os rendimentos sobre aplicações financeiras R$ 197.491,21;
– Conjunto das Receitas originárias e Despesas Derivadas – R$ 286.578.708,95.

• Totalizando R$ 368.742.389,15, compõem os desembolsos das atividades operacionais:
– Pessoal e demais despesas, as despesas orçamentárias do exercício e restos a pagar não processados e processados pagos durante o exercício – R$ 311.244.122,32;
– Transferências concedidas – R$ 3.146.898,94;
– Conjunto dos outros desembolsos operacionais – R$ 54.111.922,10;

Nota n° 02 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Não houve ingressos das atividades de investimento.

Os desembolsos das atividades de investimento representam as despesas orçamentárias do grupo de natureza de investimentos pagas durante o exercício.

3.6. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, de forma resumida, das operações realizadas pela empresa durante o exercício, de forma a destacar o resultado líquido do período, através do confronto entre as receitas e despesas.

Vale ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Diferentemente do objetivo da DVP que não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A elaboração do demonstrativo foi realizada através da adaptação das informações contidas na DVP para os critérios de apresentação exigidos na Lei 6.404/76, portanto, quantos a descrição das movimentações ocorridas aplicam-se as informações descritas nas Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais.

3.7. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A demonstração tem por objetivo evidenciar as movimentações ocorridas em cada conta do patrimônio líquido durante o exercício, independentemente destas alterarem ou não o patrimônio total.

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

Sua estrutura é composta da conciliação do saldo inicial e final do patrimônio líquido, cujas movimentações ocorridas durante o período de elaboração estão descritas nas notas explicativas n° 08 e 09 do Balanço Patrimonial Aplicado ao Setor Público.

Aracaju/SE, 31 de dezembro de 2025

Eryca Rayanne Ramos Silva
Contador – CRC/SE – 008744/O-6

Assinado por 1 pessoa: ERYCA RAYANNE RAMOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1E53-DBA4-D33B-3B3E e informe o código 1E53-DBA4-D33B-3B3E

EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2025

41 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Demonstrativos Fiscais



PREFEITURA ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO 2025

1. Informações Gerais

A Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB) é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. É responsável pela implantação e recuperação da malha viária e da rede de drenagem, além da construção, reforma e ampliação das escolas, creches, postos de saúde e prédios da administração municipal, como também a urbanização de praças. Realiza também a implantação de iluminação pública e de placas de identificação nos logradouros da cidade.

Ainda é de competência da EMURB: Implantar planos urbanísticos e executar o programa de obras da Administração Pública Municipal; Realizar serviços de caráter econômico, inclusive fora do âmbito do Município de Aracaju; Produzir e comercializar artigos manufaturados; Executar programas habitacionais; Fiscalizar, embargar, aplicar sanções pecuniárias e interditar quaisquer ações físicas executadas por pessoa física ou jurídica estranha ao Poder Público na malha viária da Cidade de Aracaju, visando coibir as atividades danosas nas vias públicas.

1.1. Informações Complementares

Nome Empresarial: Empresa Municipal de Obras e Urbanização – EMURB
CNPJ: 13.118.245/0001-60
Natureza Jurídica: 201-1 – Empresa Pública
Endereço: Avenida Augusto Franco, 3340, Ponto Novo, 49.047-040

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da EMURB foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; e da Lei Complementar nº 101/2000. Para cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, observa-se ainda as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Cabe salientar que, além destes dispositivos, conforme determina o art. 7° da Lei 13.303/2016, aplicam-se às empresas públicas as disposições da Lei n° 6.404/76 e as normas

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

da Comissão de Valores Mobiliários a respeito da escrituração e elaboração de demonstrações financeiras.

Desta forma, conforme determinam a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e o art. 101 da Lei nº 4.320/1964, além do art. 176 da Lei n° 6.404/76, são apresentadas as seguintes demonstrações:

• Balanço Orçamentário;
• Balanço Financeiro;
• Balanço Patrimonial;
• Demonstrações das Variações Patrimoniais;
• Demonstração dos Fluxos de Caixa;
• Demonstração do Resultado do Exercício;
• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
• Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;

3. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e Demonstrações Contábeis na Forma da Lei n° 6.404/76

As Notas Explicativas, ora apresentadas, são parte integrante das Demonstrações Contábeis, e são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

3.1. Balanço Orçamentário (BO)

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Sendo composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O orçamento apresentado foi aprovado através da Lei Orçamentária Anual nº 6.120, de 30 de dezembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Aracaju para o exercício de 2025 e dá providências correlatas, consignou para a EMURB, recursos da ordem de R$ 65.467.000,00.

Nota n° 01 – DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

1.3.1 No decorrer do exercício, foram procedidas modificações na programação inicial, através da abertura de Créditos Adicionais, bem como de Anulação de Dotação,

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

devidamente autorizados, tendo como fonte de recursos anulação de dotação do próprio órgão e de outros órgãos, resultando em uma Despesa Final Autorizada no montante de R$ 264.389.729,23, a saber:

Quadro Resumo	
Dotação Inicial	**207.727.108,00**
(+) Créditos Suplementares	158.962.955,71
(-) Anulações	102.300.334,48
Dotação Atualizada	**264.389.729,23**

Fonte: Relação de Créditos Adicionais.

Cabe ressaltar que, para analise do percentual de abertura de credito adcional conforme a Lei Orçamentária Anual – LOA, deve ser observado os dados consolidados do Município, uma vez que a EMURB é uma unidade orçamentaria dependente do orçamento publico municipal, estando subordinada à execução orçamentária realizada pelo Poder Executivo do Município.

Nota n° 02 – Receitas

As receitas orçamentárias, cujos valores constam do orçamento, são caracterizadas conforme o artigo 11 da Lei Federal nº 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/94).

Os repasses do Executivo Municipal para a SEMFAZ, por serem transferências intraorçamentárias, não figuram entre as receitas orçamentárias próprias da referida unidade, embora destinem-se a cobrir despesas orçamentárias. Assim, a composição total da receita destinada a cobrir os gastos orçamentários, obtida pela adição, às receitas orçamentárias, das transferências financeiras repassadas pelo executivo municipal, deduzidas as eventuais devoluções de saldos dessas transferências.

No exercício de 2025, a receita arrecadada totalizou **R$ 52.114.736,24,** conforme dados a seguir:

Receita	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	61.997.000,00	45.802.528,40	-16.194.471,60
Receitas de Capital	3.470.000,00	6.312.207,84	2.842.207,84
Total	**65.467.000,00**	**52.114.736,24**	**-13.352.263,76**

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Nota n° 03 – Receitas Correntes

No exercício de 2025, as receitas correntes arrecadadas representa o motante de R$ 45.802.528,40, ou seja, 87,89% do total das receitas, que são compostas por:

- Receitas de serviços sendo composta principalmente pelas receitas intra-orçamentárias provenientes da celebração dos Termos de Execução Descentralizada (TED) com a Secretaria Municipal da Educação, que representam R$ 28.037.027,27.

- Receita patrimonial, decorre principalmente dos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras dos recursos dos TEDs e do Termo de Desapropriação Amigavel dos Terrenos pelo Estado de Sergipe, durante o exercício de 2025.

Receita	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receita Patrimonial	8.730.000,00	6.201.053,77	-2.528.946,23
Receita de Serviços	7.000.000,00	5.718.838,49	-1.281.161,51

Fonte: Balanço Orçamentário.

Nota n° 05– Receitas Capital

Em continuidade ao que foi celebrado no Termo de Desapropriação Amigável entre o Governo do Estado de Sergipe e a EMURB, onde alguns terrenos localizados na Coroa do Meio, foram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, respaldado pelos Decretos Estaduais nº 806 de 10 de outubro de 2024 e nº 864 de 22 de novembro de 2024.

Durante o exercício de 2025, foi realizado o pagamento no valor total de R$ 6.312.207,84 referente as demais parcelas do acordo, efetiva na conta bancária 576999584-6.

Nota n° 06 – Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias resultantes da autorização legislativa seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A despesa orçamentária inicial fixada em R$ 207.727.108,00, no decorrer do exercício foi alterada para R$ 264.389.729,23, através de Créditos Suplementares:

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

1. Abertura de créditos suplementares, por anulação das dotações no valor de R$ 102.300.334,48.
2. Abertura de crédito por superávit financeiro no valor de R$ 4.026.099,07.

Destaca-se que durante o exercício de 2025, foram reconhecidas despesas orçamentárias no valor de R$ 7.090.035,54 no elemento de despesa 92 (Despesas de Exercícios Anteriores), sendo:

1. Despesas correntes: R$ 5.895.902,17;
2. Despesas de capital: R$ 1.194.133,37.

A despesa realizada durante o exercício de 2025 alcançou o montante de R$ 205.160.571,67, correspondendo a 77,60% do total da despesa atualizada, gerando uma econômia orçamentaria de 22,40%, conforme demonstrativo a seguir:

Despesa	Previsão Atualizada	Despesas Realizadas	Saldo
Despesas Correntes	188.984.773,76	142.211.540,66	46.773.233,10
Despesas de Capital	75.404.955,47	62.949.031,01	12.455.924,46
Total	**264.389.729,23**	**205.160.571,67**	**59.229.157,56**

Fonte: Balanço Orçamentário.

Nota n° 07 – Déficit Orçamentário

O resultado orçamentário apurado no exercício de 2025, apresenta um déficit, equivalente à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (III) das receitas realizadas e a linha Subtotal com Refinanciamento (VIII) das despesas empenhadas, no valor de R$ 153.045.835,43.

Vale destacar que apesar desse órgão obter arrecadação, maior parte de suas receitas são previstas e arrecadadas pela Prefeitura de Aracaju (UG: 2295-SAGRES), que envolvem tributos, contribuições e transferências correntes provenientes da União, Estado e outras fontes, sendo responsável pela execução das despesas orçamentárias, com o objetivo de prestar serviços públicos.

Nota n° 08 – Balanço Orçamentário SAGRES

Cabe ressaltar, em relação ao quadro das receitas, que o Tribunal de Contas de Sergipe, através das Regras de Validação (Sagres – Contábil), emitida pela Diretoria de Modernização e Tecnologia, na regra 1.5.4 - Destaca que a Previsão da Receita deverá ser lançada na UG "Prefeitura" e ser zero nas demais UGs.

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

3.2. Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Sendo composto por:

a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte ou destinação de recurso, discriminando-as em recursos não vinculados, recursos vinculados (exceto ao RPPS) e os recursos vinculados ao RPPS;

b) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS;

c) as entradas e saídas em caixa e equivalentes de caixa decorrentes de outras movimentações financeiras;

d) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; e

e) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, segregados em caixa e equivalentes de caixa (exceto RPPS) e caixa e equivalentes de caixa – RPPS.

Nota n° 01 – Receita e Despesa Orçamentária

As especificações das Receitas e Despesas Orçamentárias como Ordinária e Vinculada, como também, o rol de fontes de recursos, segue a Portaria STN e tabela de fontes Destinação de Recursos (FR 2025) disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

Para o registro das receitas arrecadadas foi adotado o regime de caixa, estando apresentadas no balanço financeiro pelo seu valor líquido, ou seja, já deduzidas as restituições e anulações, totalizando R$ 52.114.736,24.

As despesas orçamentárias executadas são registradas seguindo o regime de competência, representando o montante das despesas empenhadas alteradas pelos reforços e anulações de empenhos, totalizando R$ 205.160.571,67.

Ao apurar a receita orçamentária e a despesa orçamentária empenhada, observa-se um déficit orçamentário de R$ -153.045.835,43.

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Nota n° 02 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

As transferências financeiras recebidas através de repasses durante o exercício representam o montante de R$ 128.703.378,41, estes compreendem recursos para cumprimento da execução orçamentária.

As transferências financeiras concedidas através de repasses durante o exercício representam o montante de R$ 134.091,29, estes são referente a devolução de repasses financeiros.

Nota n° 03 – Valores Restituíveis e Outros Valores Restituíveis

Em relação ao registro das receitas e despesas extraorçamentárias (Valores Restituíveis e Retenções) é adotado o regime de caixa. Destacando que no momento da liquidação de despesas orçamentárias, vinculam-se as retenções, gerando o provisionamento destas, e quando efetuado o pagamento do valor principal da obrigação, ocorre a baixa do valor líquido no passivo circulante e simultaneamente o crédito nas contas contábeis (2.1.8.8.1.xx.xx) em valores restituíveis, onde a obrigação só é baixada no momento em que ocorrer o pagamento.

Nota n° 04 – Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Representam ingressos e dispêndios não previstos no orçamento, estes são decorrentes de ajustes por meio de lançamentos contábeis para regularização de ativos e passivos.

3.3. Balanço Patrimonial (BP)

3.3.1. Balanço Patrimonial Aplicado ao Setor Público

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

De modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o BP é composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Nota n° 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

A disponibilidade de caixa são recursos financeiros de titularidade do ente público em dinheiro, aplicação financeira, poupança e outros ativos. Não houve conciliação bancária, pois todos os valores se encontram em conformidade com os saldos dos extratos bancários.

Nota n° 02 – Estoques

Os estoques representam os materiais de consumo localizados no almoxarifado, estes são utilizados nas diversas atividades operacionais e administrativas. A entrada destes materiais são registrados com base no valor do custo de aquisição. Ao passo que, suas respectivas saídas em virtude do consumo, são efetuadas com base no custo médio no momento de sua baixa.

Informamos a esse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, que no Exercício de 2025 realizaram alguns ajuste na movimentação contábil com intuito de regularizar os grupos de Almoxarifado e alguns procedimentos realizados na contabilidade, a exemplo de cancelamentos de liquidação que ocorreram no decorrer do exercício que não são evidenciados no almoxarifado, como também lançamentos entre as contas contábeis de estoque, conforme demonstrado na tabela abaixo:

DEMONSTRATIVO – ESTOQUE				
Movimento Razão Contábil	Saldo Anterior	Débitos	Crédito	Saldo Final
	415.459,61	40.436.718,37	40.481.610,03	370.567,95
Movimento Demonstrativo Almoxarifado	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Final
	415.459,61	29.839.545,94	29.884.437.60	370.567,95
Diferença	0,00	10.597.172,43	10.597.172,43	0,00

As diferenças observadas entre débitos e entradas, créditos e saídas, ocorrem por lançamentos contábeis de ajuste entre contas do mesmo grupo, de modo a refletir as informações dos relatórios do estoque.

Nota n° 03 – Bens Móveis

Seguindo o Decreto 5.897 de 15 de abril de 2019, que regulamenta todos os procedimentos relativos à gestão de Bens Móveis e Imóveis da Administração Direta e

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Indireta do Município Aracaju, assim como, a NBC TSP – 07 – Ativo Imobilizado, as movimentações de entradas e baixas são registradas no sistema de patrimônio para controle do ativo imobilizado e gestão patrimonial. O quadro abaixo resume as movimentações ocorridas no exercício:

BENS MÓVEIS	
(+) Saldo Anterior (I)	**9.399.067,16**
(+) Entradas Bens Móveis (II)	**376.143,08**
Entradas por aquisição/Compra	376.143,08
(-) Baixas Bens Móveis (III)	**151.924,50**
Baixa por inventário	94,50
Doação	151.830,00
(=) Saldo Bens Móveis = (I + II – III)	**9.623.285,74**

Os movimentos contábeis efetuados para refletir as informações estão demonstradas no quadro abaixo:

Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
9.234.067,16	545.547,58	156.329,00	9.623.285,74

– Dos movimentos de débito:

Liquidação dos Bens Adquiridos: 376.143,08

– Dos movimentos de crédito:

Baixa de Bens por Inventário: R$ 94,50

Baixa de Bens: R$ 151.830,00

A diferença encontrada de R$ 165.000,00, entre o saldo anterior do razão contábil e do relatório de depreciação dos bens, é por conta do ajuste contábil realizado na conta contábil de “Bens móveis” de acordo com o sistema de patrimônio, o item foi descrito como bem móvel.

Nota n° 04 – Bens Imóveis

Durante o exercício de 2025, foram realizadas incorporações ao sistema de patrimônio referente a terrenos no montante de R$ 2.016.500,00, e também houve baixadas dos terrenos, e registrados no Cartório do 5º Oficio de Aracaju, relacionadas aos lotes 01, 02, 03, 04, 25, 26, 27 e 28, da Quadra MR-44, na 3º Etapa, no Loteamentro Coroa do Meio, nesta capital. Por conta da reversão do domínio útil pela União, no valor total de R$ 4.992.561,49 no sistema

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

de Patrimônio, conforme conforme oficio SEI nº 101077/2025 MGI e Termo de Apostilamento de Reversão nº 02/2025, conforme anexo I.

Estas informações estão refletidas no grupo contábil "Propriedades para Investimento" representado pelo saldo final de R$ 75.605.857,58. Quando adicionados ao valor R$ 17.045.276,81 referente a conta "demais bens imoveis", ocasiona uma diferença entre o saldo Contábil e Patrimonial no valor R$ 13.132.571,34, decorrente da integração da EMURB ao Orçamento Publico.

O levantamento do imobilizado físico dos bens imóveis do Municipio de Aracaju, incluindo a EMURB, encontra-se em andamento. Conforme memorando nº 40.925/2025 foi solicitado a EMURB, o levantamento da divergência citada acima, de modo que os registros contábil e patrimonial reflitam os mesmos dados.

Em 31/12/2025 o saldo patrimonial dos Bens Imóveis totaliza o valor líquido de R$ 79.518.563,05, conforme demonstrativo abaixo:

BENS IMÓVEIS - RMB	
(+) Saldo Anterior (I)	**82.494.624,54**
(+) Entradas Bens Móveis (II)	**2.016.500,00**
Entradas por Inventário	2.016.500,00
(-) Baixas Bens Móveis (III)	**4.992.561,49**
Registro Invalido	4.992.561,49
(=) Saldo Bens Móveis = (I + II – III)	**79.518.563,05**

Cabe ressaltar que o saldo referente a entrada por inventário, é referente aos Terrenos incorporado ao sistema de patrimônio e contabilidade, no mês de fevereiro/25, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadra	Lote	Valor Incorporado Patrimônio	Valor Incorporado Contabilidade
CM – 35	08	401.500,00	401.500,00
MR - 53	04	801.000,00	801.000,00
MR - 53	05	805.000,00	805.000,00
Totais		**2.016.500,00**	**2.016.500,00**

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Nota n° 05 – Ativo Intangível

Conforme Parecer Técnico, anexo II, em novembro de 2025 foi realizada a baixa no valor total de R$ 67.933,82 encontrado no grupo de bens intangíveis, registrado na contabilidade. Sendo o saldo contábil original da implantação da EMURB no Orçamento Publico de Aracaju em 2018, entretando não houve a implantação dos bens no sistema de patrimônio, dessa maneira, não houve movimentação no sistema patrimonial.

Nota n° 06 – Depreciação, Exaustão e Amortização

A depreciação representa o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada pela deterioração física, desgastes com uso e obsolescência. Sendo reconhecido no resultado, através da variação patrimonial diminutiva (VPD), no montante R$ 594.162,86.

Quanto ao método para o cálculo da depreciação, é utilizado o Método das Quotas Constantes, conforme Art. 51. Decreto Municipal 5.897 de 15 de abril de 2019. O quadro abaixo resume as movimentações da depreciação acumulada durante o exercício de 2025:

DEPRECIAÇÃO BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	
(+) Saldo Anterior (I)	**5.156.863,44**
(+) Lançamentos a Crédito (II)	594.162,86
Depreciação do Exercício	594.162,20
Ajuste da Depreciação Acumulada	0,66
(-) Lançamentos a Débito (III)	108.068,25
Baixa da Depreciação dos Bens Desincorporados	108.068,25
(=) Saldo Atual = (I + II – III)	5.642.958,05

Nota n° 07 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais, e Fornecedores a Pagar a Curto Prazo

O saldo total de R$ 15.934.269,75 refere-se às despesas inscritas em restos a pagar processados, ou seja, representam as despesas liquidadas e não pagas dentro do exercício financeiro.

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Nota n° 08 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Ao final do exercício a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores apresenta o saldo devedor de R$ 7.377.842,13.

– Movimentos a Débito: R$ 8.398.686,17

– Movimentos a Crédito: R$ 5.182.819,37

Nota n° 09 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Diante da avaliação dos elementos do Ativo e Passivo Financeiro, no exercício encerrado é demonstrado um Superávit Financeiro de R$ 20.441.045,87, conforme o quadro a seguir:

Ativo Financeiro	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.422.482,96
	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo F	2.108.648,14
Total do Ativo Financeiro (I)		**57.531.131,10**
Passivo Financeiro	Passivo Circulante F	19.362.729,01
	Restos Não Processados - Inscritos no Exercício	17.727.356,22
Total do Passivo Financeiro (II)		**37.090.085,23**
Superávit Financeiro (III) = (I - II)		**20.441.045,87**

Nota n° 11 – Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Neste quadro foi utilizada a codificação das fontes de recursos de acordo com o padrão disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE).

3.3.2. Balanço Patrimonial na Forma da Lei n° 6.404/76

Conforme determina o art. 178 da Lei das S.A., no Balanço Patrimonial, as contas devem ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia.

O ativo é dividido de acordo com sua natureza e ordenado de acordo com o grau de liquidez, sendo o ativo circulante onde estão apresentadas as disponibilidades, os direitos realizáveis no curto prazo e os estoques. No ativo não circulante, constam o realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Já o passivo é dividido de acordo com sua natureza e ordenado de acordo com o grau de exigibilidade, sendo o passivo circulante onde estão apresentadas as obrigações trabalhistas, fornecedores e demais obrigações.

Em relação aos valores que compõem sua estrutura, aplicam-se as mesmas situações descritas nas notas explicativas n° 01 a 09 do Balanço Patrimonial Aplicado ao Setor Público apresentadas no item anterior.

3.4. Demonstrativos das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Demonstrativo das Variações Patrimoniais	Saldo
Variações Patrimoniais Aumentativas	181.794.843,59
Variações Patrimoniais Diminuitivas	136.239.129,20
Total	**45.555.714,39**

Fonte: Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

Em 2025 o desempenho patrimonial do período reflete maior equilíbrio entre receitas e despesas operacionais regulares.

Nota n° 01 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Representam as receitas provenientes da emissão de taxas referentes a regularização de obras e terrenos realizadas por esta empresa.

Nota n° 02 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Representam as receitas intra-orçamentárias decorrentes dos Termos de Execução Descentralizada (TED), firmados com a Secretaria Municipal da Educação, tendo como objeto a execução de obras de construção, reforma e/ou ampliação de diversas escolas do município de Aracaju.

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Nota n° 03 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representam os rendimentos obtidos sobre aplicações financeiras durante o exercício.

Nota n° 04 – Transferências e Delegações Recebidas

Representam os repasses financeiros recebidos para a execução orçamentária.

Nota n° 05 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Representam o somatório das receitas decorrentes da alienação de bens imóveis, incorporação de bens móveis e desincorporação de passivos que refletem os cancelamentos de restos a pagar processados inscritos do exercício anterior.

Nota n° 06 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Representam as receitas de multas e juros de mora sobre as taxas emitidas, além da recuperação e restituição de exercícios anteriores.

Nota n° 07 – Pessoal e Encargos

Compreende os valores da remuneração de pessoal, composto dos vencimentos, vantagens pecuniárias fixas ou variáveis e demais formas de remuneração, além das despesas com encargos patronais.

Nota n° 08 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Representam as despesas de multas e juros de mora incorridas durante o exercício.

Nota n° 09 – Transferências e Delegações Concedidas

Compreende as operações de devolução de repasses financeiros e saldos financeiros de convênios e repasses a Procuradoria-Geral do Município referentes a rateios de precatórios.

Nota n° 10 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivo

Representam a incorporação de valores relativos à adesão a parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para regularização de débitos fiscais, além dos valores referentes a desincorporação de bens do ativo imobilizado.

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Nota n° 11 – Tributárias

Representam o somatório das despesas de impostos, taxas e contribuições. Destacando-se as contribuições para PIS e COFINS incidentes sobre a receita no regime de apuração não cumulativa.

Nota n° 12 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Decorrem de fatos geradores diversos, cuja classificação não se enquadra em nenhum dos agrupamentos listados acima.

3.5. Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Suas informações permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Nota n° 01 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Totalizando R$ 207.656.198,42, compõem os ingressos das atividades operacionais:

– As receitas arrecadadas através da emissão de taxas e serviços prestados (incluindo as receitas intra-orçamentárias) – R$ 39.533.346,44.

– Os rendimentos sobre aplicações financeiras – R$ 6.201.053,77

– Conjunto das outras receitas/ingressos operacionais – R$ 161.921.798,21

Totalizando R$ 146.833.818,31, compõem os desembolsos das atividades operacionais:

– Pessoal e demais despesas, as despesas orçamentárias do exercício e restos a pagar não processados e processados pagos durante o exercício – R$ 124.619.637,59

– Transferência concedidas – R$ 4.420,05

– Conjunto dos outros desembolsos operacionais – R$ 22.209.760,67

Nota n° 02 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Não houveram ingressos decorrentes das atividades de Investimento.

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Os desembolsos das atividades de investimento representam as despesas orçamentárias do grupo de natureza de investimentos pagas durante o exercício, totalizando R$ 47.101.633,76.

Nota n° 03 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

Não houveram ingressos e desembolsos decorrentes das atividades de financiamento.

3.6. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, de forma resumida, das operações realizadas pela empresa durante o exercício, de forma a destacar o resultado líquido do período, através do confronto entre as receitas e despesas, aperesenta o resultado .

Vale ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Diferentemente do objetivo da DVP que não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Nota n° 01 – A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), elaborada em conformidade com a Lei nº 6.404/76, conforme dados a seguir.

DRE	
(+) Receita Bruta Operacional	173.282.416,24
(-) Deduções da Receita Bruta	318.980,53
(=) Receita Operacional Liquida	172.963.435,71
(-) Despesas Operacionais	130.005.858,69
(+) Resultado Liquido Financeiro	5.910.745,37
(+) Outras Receitas	2.311.373,58
(-) Outras Despesas	5.623.981,58
(=) Resultado do Exercicio	**45.555.714,39**

Fonte: Demonstração do Resultado do Exercicio.

Cabe ressaltar que, a principal fonte de recursos são as Transferências Intragovernamentais, que totalizaram R$ 128.703.378,41, representando a maior parcela da composição da receita.

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

As Despesas Operacionais totalizaram R$ 130.005.858,69, com destaque para gastos com pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros e consumo de materiais, refletindo a manutenção das atividades operacionais da entidade.

O Resultado do Exercício apurado em 2025 foi superavitário em R$ 45.555.714,39.

Nota n° 02 – A elaboração do demonstrativo foi realizada através da adaptação das informações contidas na DVP para os critérios de apresentação exigidos na Lei 6.404/76, portanto, quantos a descrição das movimentações ocorridas aplicam-se as informações descritas nas Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais.

3.7. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A demonstração tem por objetivo evidenciar as movimentações ocorridas em cada conta do patrimônio líquido durante o exercício, independentemente destas alterarem ou não o patrimônio total.

Sua estrutura é composta da conciliação do saldo inicial e final do patrimônio líquido, cujas movimentações ocorridas durante o período de elaboração estão descritas nas notas explicativas n° 08 e 09 do Balanço Patrimonial Aplicado ao Setor Público.

3.8. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

A demonstração tem por objetivo apresentar a movimentação dos resultados acumulados, evidenciando o resultado do período, eventuais transferências, constituições de reservas e distribuições de lucros.

Vale ressaltar que a DLPA, conforme determina o § 2° do art. 186 da Lei 6.404/76, pode ser apresentada na DMPL.

Aracaju/SE, 31 de dezembro de 2025.

Morgana Cristina Maciel Andrade
Contadora – CRC/SE – 008269/O-8

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

ANEXO I

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe
Coordenação

TERMO DE APOSTILAMENTO DE REVERSÃO

APOSTILA 02/2025

Apostila nº 02/2054 referente à **REVERSÃO PARCIAL DE CESSÃO DE DOMÍNIO ÚTIL para a União** de imóveis incluídos na cessão firmada em 30/06/1976, em favor da Empresa Municipal de Obras e Urbanização, referente aos imóveis objetos das Matrículas Cartoriais n°s 82.407, 82.408, 82.409, 82.410, 82.430, 82.431, 82.432 e 82.433, registradas no Cartório do 5° Ofício de Aracaju, relacionadas aos lotes 01, 02, 03, 04, 25, 26, 27 e 28, da Quadra MR-44, na 3ª Etapa, no Loteamentro Coroa do Meio, nesta capital, em razão de cumprimento da Cláusula Sétima da Certidão de Cessão (51362338), considerando interesse da União na utilização dos imóveis por órgão da administração federal direta, especificadamente a Advocacia-Geral da União, tendo sido os referido lotes indicados para reversão pela própria cessionária, conforme Ofício n° 0388/2025 (53281313).

Eu, Nielson Tôrres Neves de Carvalho, Coordenador da Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe, lavrei a presente Apostila, que passa a fazer parte do Processo Nº 19739.032315/2025-86. E eu, Waldoilson dos Santos Leite, Superintendente do Patrimônio da União em Sergipe, nomeado pela portaria Portaria de Pessoal SE/MGI N° 6.393, de 21 de junho de 2023, publicada no DOU de 22/06/2023, com delegação de competência outorgada pelo artigo 1°, da PORTARIA SPU/ME Nº 8.678, de 30 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 10/10/2022, Seção 1, Página: 35, da Secretaria do Patrimônio da União, o subscrevo, dou fé e assino.

Aracaju-SE, 11 de setembro de 2025.

Documento assinado eletronicamente
NIELSON TÔRRES NEVES DE CARVALHO
Coordenador

Documento assinado eletronicamente
WALDOILSON DOS SANTOS LEITE
Superintendente do Patrimônio da União em Sergipe

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Documento assinado eletronicamente por **Nielson Tôrres Neves de Carvalho**, **Coordenador(a)**, em 11/09/2025, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Waldoilson dos Santos Leite**, **Superintendente**, em 11/09/2025, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53804874** e o código CRC **B422C9CC**.

Referência: Processo nº 19739.032315/2025-86. SEI nº 53804874

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

ANEXO II

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

Parecer técnico sobre softwares contabilizados como intangíveis (2008–2013)

Em atenção ao memorando de nº **130.606/2025** da Coordenação Financeira, informamos que após análise técnica e verificação junto aos registros do Departamento de Informática (CPD/EMURB), não há registros ativos ou instalações operacionais referentes aos softwares adquiridos entre os exercícios de 2008 e 2013 mencionados no memorando.

Os sistemas atualmente utilizados pela EMURB são plataformas mais recentes, com contratos e licenças vigentes, não havendo evidências de uso ou manutenção dos softwares antigos descritos nos anexos contábeis.

Diante disso, entendemos que os bens em questão não possuem mais utilidade econômica nem valor de uso, devendo ser baixados da contabilidade conforme as normas patrimoniais e contábeis aplicáveis.

Atenciosamente,

Luiz Daniel Sá da Silva
Chefe do Departamento de Informática — EMURB-CPD

Assinado por 1 pessoa: LUIZ DANIEL SA DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/FC57-DC9A-EE8B-A431 e informe o código FC57-DC9A-EE8B-A431

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: FC57-DC9A-EE8B-A431

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

LUIZ DANIEL SA DA SILVA (CPF 018.XXX.XXX-60) em 10/11/2025 15:21:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 G2 << AC SOLUTI v5 G2 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/FC57-DC9A-EE8B-A431

Assinado por 1 pessoa: MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4 e informe o código 6D62-A5DB-7048-0CC4

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 6D62-A5DB-7048-0CC4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MORGANA CRISTINA MACIEL ANDRADE (CPF 021.XXX.XXX-54) em 27/02/2026 14:21:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/6D62-A5DB-7048-0CC4

SUMÁRIO

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS 02

Informações Gerais 02

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 03

1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 03

1.1 Das alterações Orçamentárias.....04

1.2 Das Receitas 04

1.3 Das Despesas 05

1.4 Receitas Orçamentárias x Despesas Orçamentárias 06

2. BALANÇO FINANCEIRO 06

3. BALANÇO PATRIMONIAL 08

3.1 Almoxarifado – Estoque 10

3.2 Imobilizado 10

3.2.1 Bens Móveis 11

4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 11

5. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA 12

6. DÍVIDA FLUTUANTE 13

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação Cultural Cidade de Aracaju (Funcaju) é responsável pela supervisão, coordenação e execução de ações e serviços nas áreas cultural, artística e de preservação do patrimônio histórico do município. A Fundação atua ainda na integração da cultura com outras políticas públicas, como educação, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia.

Entre suas atribuições, destacam-se a promoção da geração de emprego, renda e inclusão social por meio do ensino da música e de outras linguagens artísticas; o intercâmbio com universidades, visando ao fortalecimento da vida cultural, da pesquisa, da extensão e do ensino; além do fomento a atividades comprometidas com o caráter sociopedagógico e cultural da cultura popular.

As notas explicativas são parte integrante das DCASP[1] e são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários. Às demonstrações contábeis aqui apresentadas foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente (Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 e Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964), com as disposições do Conselho Federal de Contabilidade - CFC das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, bem como observadas as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 10ª Ed., o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP - 2021 e as

1 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Em 2017 entrou em vigor a Norma Brasileira de contabilidade aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, que apresenta as diretrizes e regras gerais que as demonstrações Contábeis devem seguir, apontando características qualitativas para atingir os objetivos da informação contábil.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e o art. 101 da Lei nº 4.320/1964, as quais são:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações das Variações Patrimoniais; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 e no anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64 apresenta as receitas previstas e as despesas fixadas no orçamento em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas, respectivamente. A partir do confronto entre as receitas arrecadadas com as previstas é possível avaliar o desempenho da arrecadação no exercício em questão.

1.1 Das alterações Orçamentárias

No decorrer do exercício, foram procedidas modificações na programação inicial, através da abertura de Créditos Adicionais, bem como de Anulação de Dotação, devidamente autorizados, tendo como fonte de recursos anulação de dotação do próprio órgão e de outros órgãos, resultando em uma Despesa Final Autorizada no montante de **R$ 54.490.018,82**, a saber:

Quadro Resumo	
Dotação Inicial	**R$ 42.402.035,00**
(+) Créditos Suplementares	R$ 31.113.799,21
(-) Anulações	R$ 19.025.815,39
Dotação Atualizada	**R$ 54.490.018,82**

FONTE: Relação de Créditos Adicionais

1.2 Das Receitas

As receitas orçamentárias, cujos valores constam do orçamento, são caracterizadas conforme o artigo 11 da Lei Federal nº 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/94). As receitas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda corrente do ano de realização, expressas em reais.

Os repasses do Executivo Municipal para a Funcaju, por serem transferências intraorçamentárias, não figuram entre as receitas orçamentárias próprias da referida unidade, embora destinem-se a cobrir despesas orçamentárias. Assim, a composição total da receita destinada a cobrir os gastos orçamentários, obtida

pela adição, às receitas orçamentárias, das transferências financeiras repassadas pelo executivo municipal, deduzidas as eventuais devoluções de saldos dessas transferências.

O Tribunal de Contas de Sergipe, através das Regras de Validação (Sagres – Contábil), emitida pela Diretoria de Modernização e Tecnologia, na regra 1.5.4 – Destaca que a Previsão da Receita deverá ser lançada na UG "Prefeitura" e ser zero nas demais UG's.

1.3 Das Despesas

As despesas orçamentárias resultantes da autorização legislativa seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal. As despesas são apresentadas sem ajustes inflacionários, ou seja, em moeda original do ano de realização, expresso em reais.

Durante o exercício, a despesa global fixada, como também a atualizada, finalizaram da seguinte forma, conforme demonstrado abaixo:

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial R$	Dotação Atualizada R$
Despesas Correntes	R$ 37.415.135,00	R$ 54.239.018,82
Despesas de Capital	R$ 4.986.900,00	R$ 251.000,00
Total	**R$ 42.042.035,00**	**R$ 54.490.018,82**

FONTE: Balanço Orçamentário.

1.4 Receitas Orçamentárias x Despesas Orçamentárias

Como a Funcaju não é um órgão arrecadador, com as despesas empenhadas totaliza **R$ 45.333.444,94**, apresentando um Déficit orçamentário.

Receitas Orçamentárias x Despesas Empenhadas	
Receita realizada	R$ 5.572.805,03
Despesas Empenhada	R$ 50.906.249,97
Total	**-R$ 45.333.444,94**

FONTE: Balanço Orçamentário.

Vale salientar que é um órgão da administração direta, depende dos recursos realizados através de Repasses Financeiros (transferências financeiras) da Prefeitura Municipal de Aracaju, órgão arrecadador de Recursos de ordem direta como Impostos, taxas e contribuições a nível municipal, como também, os Recursos Federais advindo da União e Estado para manter o equilíbrio e manutenção de toda a administração pública da Prefeitura Municipal de Aracaju.

2. BALANÇO FINANCEIRO

Previsto no art. 103 e no anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, esse demonstrativo contábil tem o objetivo demonstrar como ficam a situação financeira da entidade no final do exercício. Ele consolida as receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, conjugadas com as disponibilidades iniciais e finais do exercício financeiro. Demonstramos a seguir um resumo da referida peça contábil:

RECEITAS (R$)		
Especificação	**2025**	**2024**

Receita orçamentária	R$ 5.572.805,03	R$ 5.289.579,29
Transferências Financeiras Recebidas	R$ 41.074.515,74	R$ 29.949.089,15
Recebimentos Extra orçamentários	R$ 8.154.193,69	R$ 2.775.671,37
Saldo Anterior	R$ 5.427.019,10	R$ 6.090.104,07
TOTAL	**R$ 60.228.533,56**	**R$ 44.104.443,88**
DESPESAS (R$)		
Especificação	**2025**	**2024**
Despesa Orçamentária	R$ 50.906.249,97	R$ 34.461.244,16
Transferências Financeiras Concedidas	R$ 299.918,07	R$ 0,00
Pagamentos Extra Orçamentários	R$ 3.922.471,17	R$ 4.216.180,62
Saldo Atual	R$ 5.099.894,35	R$ 5.427.019,10
TOTAL	**R$ 60.228.533,56**	**R$ 44.104.443,88**

FONTE: Balanço Financeiro.

A receita orçamentária totalizou **R$ 5.572.805,03**, sendo **R$ 202.173,82** de recursos não vinculados e **R$ 5.370.631,21** de recursos vinculados (exceto ao RPPS).

O montante de transferências financeiras recebidas no total de **R$ 41.074.515,74**, de ordem do recurso do tesouro municipal, realizada pela Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ) do município na base da Prefeitura Municipal, para custear despesas de ordem pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos.

Houve recebimentos extraorçamentários, correspondente a restos a pagar processados, valores restituíveis, do qual os restituíveis ou retenção são contabilizadas no momento da sua liquidação e sua baixa se dá no momento do pagamento (saída de caixa).

As despesas orçamentárias estão classificadas como ordinária de livre alocação e refere-se a despesa empenhada de **R$ 50.906.249,97** de Recursos não vinculados de impostos no valor de **R$ 45.692.307,61** e recursos vinculados (exceto ao RPPS) no valor de **R$ 5.213.942,36**.

O total do ingresso igual do dispêndio resultou em **R$ 60.228.533,56.**

3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia todas as contas com saldos e movimentações de débitos e créditos, ocorridos em determinado período, conforme o plano de conta. Contemplando todas as contas, grupos e classes de 1 a 8 que abrangem o Sistema Patrimonial da entidade (Ativo, Passivo e Variações Patrimoniais), Sistema Orçamentário (Receitas e Despesas Orçamentárias) e Sistema de Controle (Controles Devedores e Credores).

Os Ativos e Passivos são representados e desmembrado em Circulantes e Não circulantes. A composição do ativo no exercício de 2025 em relação a 2024, de forma qualitativa e quantitativa:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO	2025	2024
Ativo Circulante	**19.836.730,38**	**13.672.123,60**
Caixa e Equivalente de Caixa	5.099.894,35	5.427.019,10
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	14.697.263,86	8.182.874,48
Estoque	39.572,17	62.230,02
Ativo Não Circulante	**1.517.306,97**	**1.706.747,89**
Imobilizado	1.517.306,97	1.706.747,89
Total do Ativo	**21.354.037,35**	**15.378.871,49**

No ativo não circulante finalizou no imobilizado um saldo de **R$ 1.517.306,97**, sendo Bens Móveis **R$ 2.479.376,58** e Depreciação Acumulada **R$ 962.069,61**.

Adiantamentos de Transferências Voluntárias

O saldo da conta **113110300 – Adiantamentos de Transferências Voluntárias**, classificada no grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, corresponde aos valores repassados antecipadamente a beneficiários no âmbito das ações de fomento cultural financiadas com recursos da **Lei Complementar nº 195/2022** (Lei Paulo Gustavo) e da **Lei nº 14.017/2020** (Lei Aldir Blanc).
Em **31 de dezembro de 2025**, o saldo da referida conta totaliza **R$ 14.683.689,25**, correspondente a valores que se encontram em fase de execução dos projetos ou com prestações de contas em análise pela unidade gestora.
De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (10ª edição), expedido pela **Secretaria do Tesouro Nacional**, os repasses realizados com obrigação de comprovação da aplicação devem ser reconhecidos inicialmente como **adiantamentos no ativo**, por representarem direito da entidade até a verificação da correta execução do objeto pactuado.
A baixa do saldo ocorrerá quando:

- houver aprovação da prestação de contas e comprovação da execução do objeto; ou
- ocorrer a devolução de valores não aplicados ou glosados.

O reconhecimento, mensuração e evidenciação observam o regime de competência patrimonial e estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especialmente a Estrutura Conceitual e a NBC TSP 11, emitidas pelo **Conselho Federal de Contabilidade**.
A entidade mantém controle individualizado por beneficiário e por fonte de recursos, realizando acompanhamento sistemático dos prazos de execução e prestação de contas, com adoção de medidas administrativas cabíveis em casos de inadimplência, inclusive notificação para devolução de recursos, quando necessário.
Os recursos permanecem vinculados às finalidades legais dos respectivos programas, em observância ao princípio da vinculação da receita e às disposições das legislações federais aplicáveis.

O saldo de R$ 14.683.689,25 encontra-se segregado por programa e fonte de recursos sendo composto por valores repassados a beneficiários cujos projetos encontram-se em fase de execução ou com prestações de contas em análise.
A gestão realiza acompanhamento sistemático da execução física e financeira, observando os prazos estabelecidos nos instrumentos de fomento e nas legislações específicas. Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, da **Secretaria do Tesouro Nacional**, tais valores permanecem registrados no ativo até a aprovação da prestação de contas ou eventual devolução.
Os procedimentos de reconhecimento, controle e evidenciação observam as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, expedidas pelo **Conselho Federal de Contabilidade**, bem como o princípio da vinculação legal dos recursos.

A composição do passivo no exercício de 2025 de forma qualitativa e quantitativa:

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	2025	2024
Passivo Circulante	**3.437.547,79**	**417.643,11**
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	31.211,21	56.343,97
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	900.994,72	290.811,10
Demais obrigações a curto prazo	2.505.341,86	70.488,04
Patrimônio Líquido	**17.916.489,56**	**14.961.228,38**
Resultados Acumulados	17.916.489,56	14.961.228,38
Total do Passivo	**21.354.037,35**	**15.378.871,49**

Destacamos **R$ 2.505.341,86**, sendo **R$ 270.707,86** relativo a valores restituíveis (Retenções/consignações). E A DIFERENÇA TRATA-SE DE CONTA CONTABIL 218900000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO.

A conta **218911000 – Termo de Compromisso a Pagar**, a qual não se encontrava classificada no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, vem sendo utilizada pela entidade para registrar os valores recebidos no âmbito das políticas públicas culturais, especificamente:

- Recursos oriundos da **Lei Paulo Gustavo**;
- Recursos oriundos da **Lei Aldir Blanc**.

Tais recursos possuem natureza **vinculada e condicionada**, sendo destinados a beneficiários previamente selecionados por meio de editais públicos, cuja liberação definitiva está condicionada à **prestação de contas pelos contemplados**.

Assim, o registro na conta **218911000 – Termo de Compromisso a Pagar** reflete um **controle de valores vinculados ainda não plenamente exigíveis**, justificando o tratamento diferenciado quanto à sua baixa.

DA DINÂMICA OPERACIONAL ADOTADA:

1. A entidade adota o seguinte procedimento, Registro inicial dos recursos na conta **218911000**;
2. Manutenção do saldo enquanto não há prestação de contas pelo beneficiário;
3. Realização da baixa contábil somente após:
    a. Análise e aprovação da prestação de contas;
    b. Consolidação da regularidade da aplicação dos recursos.

Tal procedimento visa garantir o Controle rigoroso dos recursos públicos vinculados, Conformidade com a legislação específica dos programas culturais e a Segurança na liberação definitiva dos valores.

ESCLARECIMENTO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO NO PASSIVO

Embora a conta possua atributo “M”, destaca-se que sua natureza envolve **valores com exigibilidade condicionada**, o que impacta sua classificação no Balanço Patrimonial.

Adicionalmente, foi formalizada solicitação de orientação/adequação junto ao setor competente da Fundação, por meio do **Memorando nº 98.071/2025**, visando alinhar o tratamento contábil aos parâmetros normativos vigentes.

A retenção é realizada dentro da competência que é executada a despesa orçamentária, já a despesa extra e pagamento destas retenções são realizadas no mês subsequente, de acordo com os vencimentos e Transferências Financeiras realizadas pelo órgão arrecadador, no caso, a Secretaria da Fazenda Municipal/Prefeitura Municipal de Aracaju – Consolidado, a exemplo do INSS, que o vencimento é 20 de cada mês, não caracterizando apropriação indébita de recursos descontados a serem repassados a terceiros, apenas ultrapassou o mês da referida prestação para pagamento.

Vale ressaltar, que este órgão recebe transferências financeiras, advinda dos recursos do tesouro, onde todas as despesas, sejam elas, de ordem orçamentária ou extra orçamentárias, são pagas através de Ordens Bancárias/Borderôs, no qual estas são criadas dentro do sistema (financeiro), utilizado pela Prefeitura de Aracaju, gerando solicitações ao órgão responsável, no qual, realiza análise diária do fluxo de caixa das contas bancárias do tesouro, para posterior transferir aos órgãos solicitantes.

No Patrimônio Líquido, o resultado acumulado positivo resultou **R$ 17.916.489,56**.

No quadro do Superávit/Déficit Financeiro, foi utilizado a codificação da fonte de recursos conforme padrão disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Tribunal de Contas de Sergipe (TCE-SE).

3.1 ALMOXARIFADO - ESTOQUES

O estoque é constituído pelos materiais adquiridos, produzidos, recebidos enquanto não utilizados para a destinação específica. O método para

mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC-TSP[2] 04/2016.

Em relação ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Estoques, da Funcaju ocorre no sistema de almoxarifado (sistema contratado), o profissional responsável realiza o controle físico e inventário quando necessário, processando entradas e baixas diariamente.

O reconhecimento das entradas e baixas na contabilidade, são efetuados de acordo com fatos gerados no sistema de almoxarifado, mediante extração de relatórios que subsidie a informação real do estoque.

3.2 IMOBILIZADO

Informamos a esse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, que a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLOG) junto com o Departamento Central de Patrimônio (DCPM) implantaram o sistema de Patrimônio informatizado para controle do ativo Imobilizado e gestão Patrimonial.

O Imobilizado desta Unidade Gestora é constituído pelos bens móveis e bens imóveis, sendo reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial ficam sujeitos a depreciação (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Em relação ao Imobilizado o reconhecimento se deu pelos custos iniciais e os subsequentes, para mensuração dos ativos bens móveis e imóveis.

2 Normas Brasileiras de Contabilidade – Setor Público

As movimentações de entradas e baixas são registradas no sistema de patrimônio (terceirizado) para controle do ativo imobilizado e gestão patrimonial.

Decreto 5.897 de 15 de abril de 2019 regulamenta todos os procedimentos relativo a gestão de Bens Móveis e Imóveis da Administração Direta e Indireta do Município Aracaju, como também, segue a NBC TSP – 07 – Ativo Imobilizado.

Durante o exercício de 2025 foi registrado todos os bens físicos constitutivos do patrimônio móvel desta fundação, registrado e controlado através do sistema de Patrimônio sequencial, sendo o método da depreciação por Quotas constante e a tabela de vida útil e valor residual dos bens para ser aplicada no cálculo da depreciação, baseado no Manual 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na administração direta da União, autarquia e fundação da Secretaria de Tesouro Nacional – STN.

Destacando-se a evidenciação do imobilizado da FUNDAÇÃO CULTURAL CIDADE DE ARACAJU através do Demonstrativo de Bens Móveis e Imóveis para maior evidenciação do Patrimônio:

DEMONSTRATIVO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS - 2025		
ÓRGÃO:	**FUNDAÇÃO CULTURAL CIDADE DE ARACAJU**	
PERÍODO:	**01/01/2025 a 31/12/2025**	
NÚMERO DE ORDEM	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**
1	**SALDO DO MÊS ANTERIOR BRUTO (+)**	**R$ 1.706.747,89**
1.1	SALDO DO MÊS ANTERIOR BRUTO MÓVEIS	R$ 2.462.905,51
1.2	SALDO DO MÊS ANTERIOR BRUTO IMÓVEIS	R$ 0,00
1.3	SALDO DO MÊS ANTERIOR BRUTO INTANGÍVEL	R$ 0,00
1.4	SALDO DO MÊS BRUTO DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-R$ 756.157,62
2	**INSCRIÇÃO NO PERÍODO (+)**	**R$ 35.794,76**

2.1	1	BENS MÓVEIS	R$ 35.794,76
2.2	2	BENS IMÓVEIS	R$ 0,00
2.3	3	INTANGÍVEIS	R$ 0,00
3	**BAIXA NO PERÍODO (-)**		**-R$ 19.323,69**
3.1	1	BAIXA DE BENS MÓVEIS	-R$ 19.323,69
3.2	2	BAIXA DE BENS IMOVEIS	R$ 0,00
3.3	3	INTANGÍVEIS	R$ 0,00
4	**(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO PERÍODO**		**-R$ 205.911,99**
4.1	1	DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO BENS MÓVEIS	-R$ 205.911,99
4.2	2	DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO BENS IMÓVEIS	R$ 0,00
5	**ATIVO IMOBILIZADO LÍQUIDO 5 = (1+2-3-4)**		**R$ 1.517.306,97**

FONTE: Demonstrativo contas do Razão

3.2.1 Bens Móveis

As entradas dos bens móveis no período de 01/01/2025 a 31/12/2025 se deu por valor histórico ou de aquisição e não houve reavaliação dos bens.

4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Previsto no art. 104 e Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64 “A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício”. As variações patrimoniais são classificadas em quantitativas e qualitativas. As quantitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e são divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. As variações patrimoniais qualitativas são aquelas decorrentes da execução orçamentária que consistem em incorporação e desincorporação de ativos, bem como incorporação e desincorporação de passivos.

Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções.

Não houve constituição ou reversão de provisões;

O Resultado Patrimonial do Exercício foi evidenciado positivamente, uma vez que as Variações Patrimoniais Aumentativas foram maiores que as Variações Patrimoniais diminutivas, resultando em um **superávit** do exercício no valor de **R$ 3.047.682,35**.

5. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Fundamentado todos os procedimentos para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa IPC 08, utilizando o método direto.

Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências financeiras recebidas, no montante de ingresso **R$ 49.891.797,70**, sendo composto de repasses de recurso do tesouro Municipal e ingressos extra orçamentários.

As transferências Financeiras Recebidas totalizou um montante de **R$ 41.074.515,74**, sendo desmembrando no quadro de fluxo de caixa das atividades operacionais.

Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se um total de **R$ 50.162.032,45**, tendo como dispêndios outras despesas correntes por função e despesas extra orçamentárias, resultando valor final negativo de **R$ 270.234,75**.

No quadro de transferência recebidas finalizou **R$ 5.236.072,95** e concedidas finalizou no montante de **R$ 4.012.240,52.**

No quadro de Desembolso de Pessoal e demais despesas por função, finalizou com montante de **R$ 42.803.260,61**, baseado na IPC 08.

6. DÍVIDA FLUTUANTE E RESTOS A PAGAR

Em relação a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, onde em seu artigo 1º *"§ 1º da LRF, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."* A Secretaria Municipal da Fazenda, é um órgão da administração direta, onde **dependente dos recursos realizados através de Repasses Financeiros (transferências financeiras)** da Secretaria Municipal da Fazenda/Prefeitura Municipal de Aracaju, órgão arrecadador de Recursos de ordem direta como Impostos, taxas e contribuições a nível municipal, como também, os Recursos Federais advindo da União e Estado para manter o equilíbrio e manutenção de toda a administração pública da Prefeitura Municipal de Aracaju.

O demonstrativo dos Restos a Pagar por Fonte de Recurso finalizou o exercício financeiro no valor **R$ 5.015.786,76** de restos a pagar processados e não processados.

No que se refere ao Passivo, destacamos a Dívida Flutuante de **R$ 270.707,86** relativo a valores restituíveis (Retenções/consignações) de desconto de vencimentos dos servidores e os demais retidos de fornecedores, onde a retenção é realizada dentro da competência que é executada a despesa orçamentária. A retenção é realizada dentro da competência que é executada a despesa orçamentária, já a despesa extra e pagamento destas retenções são realizadas no mês subsequente, de acordo com os vencimentos e Transferências Financeiras realizadas pelo órgão arrecadador, no caso, a Secretaria da Fazenda Municipal/Prefeitura Municipal de Aracaju – Consolidado, a exemplo do INSS, que o vencimento é 20 de cada mês, não caracterizando apropriação indébita de recursos descontados a serem repassados a terceiros, apenas ultrapassou o mês da referida prestação para pagamento.

Declaro que o **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** está em conformidade com a legislação vigente e com as normas de contabilidade aplicáveis.

JOSIANE OLIVEIRA SANTOS
CRC - SE 007062/O-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2025

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o MCASP 11ª edição, as Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

Nas presentes Notas Explicativas, em relação à Prestação de Contas do exercício 2025 estão apresentadas as principais ocorrências Técnicas administrativas, relativas à Administração Financeira e Patrimonial da Fundação Municipal de Formação para o Trabalho de Aracaju relativas ao encerramento do exercício 2025.

I – DA ESTRUTURA

Fundação Municipal de Formação para o Trabalho de Aracaju – FUNDAT, auxilia o desenvolvimento da sociedade aracajuana no desenvolvimento de cidadãos com foco em qualificar profissionais e promover ações para inseri-los no mercado de trabalho. Este é o maior propósito da Fundação Municipal de Formação para o Trabalho, que por meio de cursos profissionalizantes, palestras, seminários e outras atividades desenvolvidas sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, financeira e técnica, desenvolve uma política concreta de trabalho e renda, voltada para responder às necessidades do cidadão que busca uma profissão e deseja garantir a sua sobrevivência, ou formas de prosperar em um negócio próprio. Por meio da ação da FUNDAT, criam-se as condições para o crescimento da economia da cidade, resultando em transformações reais na melhoria de vida dos aracajuanos.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C e informe o código BB3A-6F55-8BF3-426C

A presente prestação e seus demonstrativos foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da lei nº 4.320/64, que rege a Contabilidade Orçamentária e Financeira Brasileira, à Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor público – NBCASP, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, a Lei Complementar n°. 205/2011 (Lei orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe TCE/SE), bem como a Resolução n°. 270/2011 (Regimento interno TCE/SE);

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Título Do Estabelecimento: Fundação Municipal de Formação para o Trabalho
- Natureza Jurídica: 115-5 – Fundação Pública de Direito Público Municipal
- Código e Descrição da Atividade Econômica Principal: 84.11-6-00 – Administração pública em geral
- CNPJ: 00.796.598/001-77
- Domicílio: Rua João Pessoa, 127, Centro, Aracaju/SE, CEP 49.010-130

3. DEFINIÇÃO

As Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C e informe o código BB3A-6F55-8BF3-426C

4. BASE DA ELABORAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da FUNDAT foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; e da Lei Complementar nº 101/2000. Para cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, observa-se ainda as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Em 2017 entrou em vigor a Norma Brasileira de contabilidade aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, que apresenta as diretrizes e regras gerais que as demonstrações Contábeis devem seguir, apontando características qualitativas para atingir os objetivos da informação contábil.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13, TSP 11, NBC TSP 13 e a Lei nº 4.320/1964. O Balanço Orçamentário é composto por:

a. Quadro Principal;

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e

c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Orçamento aprovado através da Lei Orçamentária Anual nº 6.120 de 30 de dezembro de 2024, estima a receita e fixa a despesa do Município de Aracaju para o exercício de 2025 e dá providência correlatas, compreendendo o orçamento fiscal e da Seguridade social conforme estabelecido o art. 165,§ 5° da Constituição Federal tendo como objetivo a regulamentação do orçamento deste Município, para que esta

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C e informe o código BB3A-6F55-8BF3-426C

Fundação, bem como todos os órgãos municipais, execute e aplique os públicos, com previsão nas ações estratégicas voltadas para a atividade-fim da Fundação.

Conforme legislação o orçamento inicial aprovado para esta unidade gestora foi de R$ 11.802.547,00 (onze milhões oitocentos e dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais), ao longo do período houve alterações orçamentárias, provenientes de anulação por dotação própria, bem como suplementação de outras unidades gestoras, ação necessária considerando a promoção de atividades de formação. Adaptações orçamentarias necessárias devido a normalização dos programas de incentivo a formação do trabalhador no pós pandemia, a medida que se normalizou o cotidiano dos cidadãos, houve também a necessidade de atendimento melhor a população, havendo a necessidade de adaptações orçamentárias que vão se adequando melhor ao aracajuano e suas demandas.

Nota 01: DO RESUMO ORÇAMENTÁRIO E SUAS ALTERAÇÕES

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
DADOS	**RESULTADO**
Orçamento Inicial	R$ 11.802.547,00
Créditos suplementar Adição	R$ 2.721.419,35
Crédito suplementar Anulação	R$ 2.936.538,70
Orçamento Final	**R$ 11.587.427,65**

Em análise as anulações por dotação própria ressaltamos que estes fatos apenas possibilitaram que o órgão alocasse recursos internamente, de forma a melhorar a qualidade dos gastos, no entanto esses gastos não refletem no orçamento total da instituição.

Em relação aos créditos suplementares proveniente de anulações por dotação de terceiros, estas foram necessárias para que pudessem ser promovidos o calendário de eventos culturais do município e estes recursos refletem diretamente no orçamento.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C e informe o código BB3A-6F55-8BF3-426C

Nota 02: DA REALIZAÇÃO DA RECEITA

A Receita estimada para o órgão no exercício de 2025 foi de R$ 20.000,00 e a receita realizada pelo órgão foi de R$ 27.055,59 tendo uma superavit de arrecadação orçamentária na ordem de R$ 7.055,59

REALIZAÇÃO DA RECEITA	
Dados	**Resultado**
Receita Estimada	R$ 20.000,00
Receita Arrecadada	R$ 27.055,59
Superavit de arrecadação	**R$ 7.055,59**

Nota 03: DA EXECUÇÃO DA DESPESA

A Despesa Autorizada para o órgão no exercício de 2025, foi de R$ 11.002.547,00 e a despesa Realizada no exercício de 2025 foi de R$ 9.101.357,38 conforme se verifica no Balanço Orçamentário e na Demonstração Comparativa da Despesa Autorizada com a Realizada que integram a presente Prestação de Contas, observando saldo orçamentário de R$ 671.123,04.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS		
Dotação Inicial	**Executado**	**Saldo da Dotação**
R$ 11.002.547,00	R$ 9.101.357,38	R$ 671.123,04

As despesas foram executadas na forma da lei de modo em que a aplicação dos recursos tivessem como objetivo as políticas públicas promovendo a necessidade de igualdade e oportunidade para que a população conquiste seu espaço no mercado de trabalho.

Nota 04: DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS 2025

Foram inscritos em restos processados a pagar de R$ 438.319,40 e não houvera, restos a pagar não processados, conforme evidenciado no balanço financeiro.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C e informe o código BB3A-6F55-8BF3-426C

Nota 05: DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS 2025

FONTE DE RECURSOS	VALORES PAGOS
Recursos Ordinários – Processados	R$ 1.353.576,24
Recursos Ordinários – Não Processados	R$ 0,00
Recursos Ordinários – Pagos	R$ 383.644,60
Cancelamento de restos	R$ 56.374,80
A pagar	R$ 913.556,84

II - DO BALANÇO FINANCEIRO:

O Balanço Financeiro (BF), evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Conforme evidenciado no balanço financeiro desta Fundação que está vinculada a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, as transferências financeiras recebidas são provenientes da fonte de tesouro para custear as suas despesas que são distribuídas conforme estabelecida em Lei. Isso se deve as receitas arrecadadas não suprir a necessidade do órgão, ficando totalmente dependente da fonte de recursos do tesouro, disponibilizado pela Secretária da Fazenda Municipal, para pagamento das despesas previstas em seu plano de trabalho, esta situação não tem impacto em seu resultado, não apresentando irregularidade nas contas, visto que a arrecadação e os recursos não são suficientes para suportar as despesas.

III – DO BALANÇO PATRIMONIAL:

O Balanço Patrimonial foi elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público e demais normas pertinentes, com o intuito de atender a legalidade e ainda expressar da melhor forma

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C e informe o código BB3A-6F55-8BF3-426C

possível a situação patrimonia desta instituição. O saldo patrimonial foi de R$ 2.282.754,34, e a seguir detalhamos os principais pontos da demonstração.

Nota 01: DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos existentes em caixa e equivalentes de caixa constitui a importância no valor de R$ 11.164,38 conforme evidenciado no Balanço Patrimonial e os extratos bancários anexos ao corpo desta prestação anual de contas.

Nota 02: DO ALMOXARIFADO

O saldo final do almoxarifado do órgão constituiu um montante de R$ 74.993,67 conforme demonstrativo sintético, fornecidos pelo sistema de controle de estoques do município que compõe esta Prestação de Contas. Considerando o Balanço Patrimonial a disponibilidade é de R$ 74.993,67, conforme evidenciado no demonstrativo.

Nota 03: DO IMOBILIZADO

Em 2025 foi efetuado levantamento patrimonial baseado em Decreto Municipal que teve por objetivo regulamentar os procedimentos referentes aos tombamento, registro, incorporação, movimentação, doação, controle, preservação, inventário, de bens patrimoniais móveis da Administração Direta e indireta do município de Aracaju, e para atendimentos da legislação, sendo assim , estes levantamentos foram efetuados, com orientações do Setor de Patrimônio do Município, inclusive foram observados diversos de bens inexistentes.

Ressalvo que não houve movimentações relacionadas aos bens intangíveis e imóveis conforme demonstrados nos anexos desta prestação, uma vez que esta fundação não possui tais tipos de bens patrimoniais.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C e informe o código BB3A-6F55-8BF3-426C

Nota 04: DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

Os valores a curto prazo são considerados para obrigações que não ultrapassem um ciclo operacional de 12 meses da sua realização, tendo por base o término do exercício seguinte. Após análise, constatou-se que o passivo circulante exprimiu a importância de R$ 1.1287.637,54, incluindo os valores restituíveis.

Nota 05: DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

As obrigações foram pagas dentro do exercício financeiro, respeitando os prazos de recolhimento, não havendo saldos vencidos a pagar no exercício de 2025. Esse panorama, conforme evidenciado em balanço patrimonial, demonstra que houve um planejamento financeiro do órgão para quitação e pagamento destas obrigações, respeitando as normas e promovendo a saúde fiscal do município.

IV – DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A DVP foi elaborada utilizando as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP. Para detalhar as variações patrimoniais diminutivas utiliza o método da classificação baseada no critério da natureza da despesa, não se confundindo com o termo “natureza de despesa” utilizado na execução orçamentária.

De acordo com o método da natureza, as variações patrimoniais diminutivas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com a sua natureza, como, por exemplo: depreciações, consumo de materiais, despesas com transporte, prestação de serviços, despesa de pessoal e benefícios a empregados, despesas de publicidade e outras correntes.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C e informe o código BB3A-6F55-8BF3-426C

As Variações Patrimoniais aumentativas e diminutivas são reconhecidas por competência, exceto as despesas com antecipação a exemplo de suprimentos fundos e adiantamento a terceiros e pessoal.

Não houve baixas de investimentos.

Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões.

Não houve reavaliação do Imobilizado e Intangível.

V – DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidenciando as alterações de caixa e Equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade:

a. operacionais;
b. de investimento; e
c. de financiamento.

Para efeito da apuração da geração líquida de caixa o regime adotado é o de caixa para os ingressos (receitas orçamentárias realizadas e outras receitas e ingressos operacionais), os desembolsos (despesas orçamentárias do exercício, restos a pagar e outros desembolsos) pelo pagamento efetuado.

A demonstração de fluxo de caixa foi realizada utilizando o "Método Direto" e as retenções/valores restituíveis são consideradas como baixadas, no momento do pagamento.

Nota Nº 01 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Compreendem o "fluxo de caixa das atividades operacionais": Os ingressos com Remuneração das Disponibilidades num montante de R$ 27.055,59 e outras receitas/ingressos operacionais num montante de R$ 10.392.270,87 o que totaliza de ingressos com atividades operacionais uma monta de R$ 10.419.326,46.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C e informe o código BB3A-6F55-8BF3-426C

Na linha pessoal e demais despesas correntes, no valor de R$ 9.400.801,98, transferências concedidas de R$ 5.471,76 e outros desembolsos operacionais numa monta de R$ 1.002.031,29.

Nota Nº 04 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL

O saldo de caixa e equivalente de caixa final é de R$ 11.164,38 apresentado no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, está igual ao apresentado no Balanço Patrimonial (caixa e equivalentes de caixa).

Declaro que o DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA está em conformidade com a legislação vigente e com as normas de contabilidade pertinentes e aplicáveis.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, concluo toda documentação que compõe a prestação de contas do exercício 2024, ratifico que a mesma foi elaborada de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, em conformidade com as Leis Federais 4.320/64, LRF 101/2000, bem como a Resolução n°. 270/2011 (Regimento interno TCE/SE) e outras normas pertinentes;

Aracaju-Sergipe, 31 de dezembro de 2025

Marcos Vinícius Ramos de Santana
Contador CRC/SE 007974-O

Assinado por 1 pessoa: MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C e informe o código BB3A-6F55-8BF3-426C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: BB3A-6F55-8BF3-426C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARCOS VINÍCIUS RAMOS DE SANTANA (CPF 035.XXX.XXX-57) em 27/02/2026 09:18:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/BB3A-6F55-8BF3-426C

SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DO TRANSPORTE E TRANSITO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2025

37 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Demonstrativos Fiscais



PREFEITURA
ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO 2025

Sumário

1 - BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS....2
1.1 Informações Gerais....2
1.2 Base de Elaboração....3
1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos....3
2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS....3
3 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS....4
3.1 – BALANÇO PATRIMONIAL E NOTAS EXPLICATIVAS....4
3.2 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E NOTAS EXPLICATIVAS....8
3.3 – DEMONSTRATIVOS DE FLUXOS DE CAIXA E NOTAS EXPLICATIVAS....10
3.4 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO E NOTAS EXPLICATIVAS....10
3.5 – BALANÇO FINANCEIRO E NOTAS EXPLICATIVAS....11

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

1 - BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1.1 Informações Gerais

A Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) de Aracaju é o órgão da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) responsável por gerenciar os transportes públicos e o trânsito da cidade. Tendo como principais atividades: Monitoramento e aplicação das leis de trânsito, incluindo multas e penalidades por infrações como excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas, estacionamento irregular, uso de celular ao volante, entre outros; Desenvolvimento de campanhas educativas para promover a segurança no trânsito, conscientização sobre as leis e boas práticas de direção, e programas de educação para jovens e novos condutores; Gestão do fluxo de veículos em vias públicas, incluindo a instalação e manutenção de sinais de trânsito, semáforos, rotatórias, faixas de pedestres e outros dispositivos de controle de tráfego; Investigação de acidentes de trânsito para determinar suas causas, identificar responsabilidades e desenvolver estratégias para prevenir acidentes semelhantes no futuro; Emissão e renovação de licenças de condução, registro de veículos e licenças especiais para atividades específicas, como transporte escolar; Realização de inspeções regulares para garantir que os veículos estejam em conformidade com os padrões de segurança e emissões, e aplicação de medidas corretivas quando necessário; Desenvolvimento e implementação de políticas e regulamentos destinados a melhorar a segurança no trânsito, como a redução de limites de velocidade, campanhas de conscientização sobre direção sob influência de álcool, entre outras medidas; Colaboração com outras agências governamentais, como polícia, bombeiros, serviços de emergência e departamentos de transporte, para promover a segurança viária e coordenar esforços de fiscalização e resposta a emergências.

O Superintendente Municipal de Trânsito, Senhor Nelson Felipe da Silva Filho com vasta experiência na área privada, está na gestão deste órgão desde 2025.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram extraídas do Sistema de Administração Financeira Municipal (Contabilis) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora (UG) constante da tabela abaixo:

Código	Unidade Gestora	Sigla
24201	Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito	SMTT

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

1.2 Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da CGM foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; e da Lei Complementar nº 101/2000. Para cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, observa-se ainda as disposições do Conselho Federal de Contabilidade - CFC; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Em 2017 entrou em vigor a Norma Brasileira de contabilidade aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, que apresenta as diretrizes e regras gerais que as demonstrações Contábeis devem seguir, apontando características qualitativas para atingir os objetivos da informação contábil.

1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que o órgão faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) Todos os registros contábeis do exercício foram executados através do sistema informatizado (Contabilis), fornecido pela empresa 3Tecnos.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e o art. 101 da Lei nº 4.320/1964, as quais são:

- Balanço Patrimonial;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Orçamentário;
- Demonstrações das Variações Patrimoniais; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

3 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Notas Explicativas, ora apresentadas, são parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), e são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

3.1 – BALANÇO PATRIMONIAL E NOTAS EXPLICATIVAS

O Balanço Patrimonial da SMTT evidencia os ativos, os passivos e o Patrimônio Líquido, e sua evolução em 2025 em relação a 2024, de forma qualitativa e quantitativa.

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR			EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO		181.085.250,38	125.052.091,25	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		181.085.250,38	125.052.091,25
ATIVO CIRCULANTE		10.431.090,60	9.583.382,97	PASSIVO CIRCULANTE		82.330.586,77	84.897.560,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.205.197,79	2.634.447,28	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		367.796,91	366.564,21
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		6.450.804,27	6.450.804,27				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		21.776,92	59.078,50	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		867.957,71	2.731.206,51
ESTOQUES		753.311,71	439.052,92	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		81.094.832,15	81.767.789,43
ATIVO NÃO CIRCULANTE		170.654.159,78	115.468.708,28	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		108.005,07	353.127,95
INVESTIMENTOS		81.471.600,00	81.471.600,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		108.005,07	353.127,95
IMOBILIZADO		89.179.750,78	33.997.108,28				
INTANGÍVEL		2.799,00	0,00	PATRIMÔNIO LIQUIDO		98.646.658,54	39.891.403,15
				RESULTADOS ACUMULADOS		98.646.658,54	39.891.403,15
TOTAL DO ATIVO		181.085.250,38	125.052.091,25	TOTAL DO PASSIVO		181.085.250,38	125.052.091,25

Nota Explicativa nº 01-Caixa e Equivalente de Caixa

Trata-se dos valores disponibilizados para atender as despesas do Exercício vigente e de restos a pagar.

Nota Explicativa nº 02- Créditos a Curto Prazo

A conta contábil 112310100, referente a Créditos Decorrentes de Trânferencias de Instituições Privadas não sofreu alteração, ou seja, continua com o mesmo saldo, pois a prestação de contas não foi evidenciada para a devida baixa.

CRÉDITOS A CURTO PRAZO			
CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	2025	2024
12310100	Créditos Decorrentes de Transferências de instituições Privadas	6.450.804,27	6.450.804,27

Fonte:Demonstrativo Contas do Razão

Nota explicativa nº 03- Estoques

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

O estoque da SMTT compreende os valores dos materiais de consumo conservados no almoxarifado. O saldo Inicial encontrado no *"Demonstrativo Contas do Razão – Estoques"* foi de R$ 439.052,92. No período houve entradas no valor de R$ 1.992.465,49 e saídas no valor de R$1.678.206,70, resultando no saldo de R$ 753.311,71.

Entradas Almoxarifado	
Total =	**R$ 1.992.465,49**
(+) Aquisição 33903000 Material de consumo	R$ 1.872.650,23
(+) Aquisição 33903200 Distribuição gratuita	R$ 42.545,60
(+) Aquisição 33909200 DEA	R$ 82.861,47
(-) Suprimento de Fundos	R$ 5.500,81

Saídas Almoxarifado	
Total =	**R$ 1.678.206,70**
(+) 3.3.1.0.0.00.00 Uso de Material de consumo	R$ 1.681.872,51
(-) Suprimento de Fundos	R$ 5.500,81
(+) 2.3.7.1.1.03.00 Ajuste de exercicio anterior	R$ 1.835,00

Nota explicativa nº 04- Bens Móveis

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, a SMTT registrou aquisição de patrimônio por meio de compra, promovendo alteração em sua Relação de Bens Adquiridos no montante de R$ 56.249.982,96, valor este que confere com as liquidações ocorridas no período e devidamente demonstradas na despesa orçamentária.

No referido exercício, destaca-se a incorporação de 06 (seis) CPUs da empresa LOGIN, no valor total de R$ **4.488,00**, bem como a incorporação de 01 (um) monumento de arte, tipo escultura, de autoria de Ruy Andrade, instalada no Complexo Viário das Palmeiras, na Avenida Beira Mar, no valor de **R$ 116.900,00.**

Registra-se, ainda, o extravio de bem patrimonial conforme relato do Agente de Trânsito Flávio de Almeida Borges, devidamente formalizado por meio de Boletim de Ocorrência (Anexo I), no valor de **R$ 1.149,99**, sendo baixado do **R$ 955,95** e Depreciação acumulada no valor de **R$ 194,04**.

Constam também Doações Concedidas no montante de **R$ 375.584,76**, devidamente registradas na contabilidade patrimonial.

Nota Explicativa nº 05-Depreciação Acumulada

A depreciação é o decaimento do possível gerador de serviços por ativos de longa duração, causada por deterioração física, desgastes com uso e obsolescência. Por isso faz-se

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

necessária a devida apropriação do consumo desses ativos ao resultado do período por meio da depreciação.

Quanto aos Bens Móveis da SMTT, apresentou um aumento no desgaste de R$ 1.678.456,20, conforme apresentado no quadro a seguir:

BENS MÓVEIS- DEPRECIAÇÃO	
2025	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA
	5.200.333,79
2024	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA
	3.521.877,59
VARIAÇÃO	**1.678.456,20**

FONTE: Demonstrativo Razão/RMB

Nota explicativa nº 06- Obrigações trabalhistas de Curto Prazo

O Passivo com Pessoal da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito é composto de encargos sociais a pagar de curto prazo, possuindo saldo no Exercício de 2025, detalhado a seguir:

OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2025	2024
211400000 – ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	316.414,85	570.025,02
TOTAL NO PERÍODO	316.414,85	570.025,02

Fonte: Demonstrativo Contas do Razão

Nota explicativa nº 07-Ativo e Passivo

As principais contas do demonstrativo são o Ativo e o Passivo subdivididos em Circulante e não Circulante a depender da natureza do registro das ações. O Balanço Patrimonial nos permite ter uma visão ampla sobre a situação patrimonial de uma organização, pertinente à sua liquidez, o endividamento, margem operacional dentre outras análises conjunturais.

- **Financeiro –** foi verificado um Superávit financeiro de R$ 390.924,91

- **Permanente –** foi verificado um patrimônio permanente de R$ 89.933.072,49, sendo representado pelas contas “estoque” e “imobilizado”;

- **Saldo Patrimonial –** No exercício foi apresentado um saldo patrimonial positivo no valor de R$ 97.744.254,71, apurado no confronto entre o ativo financeiro e permanente como passivo financeiro e permanente;

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

Nota explicativa nº 08 -Software

Saldo atual com Intangíveis no montante de R$ 2.799,00.

Aquisições e incorporações de ativos intangíveis no período de R$ 2.799,00.

Destaca-se que no período não foi realizado reavaliação.

SOFTWARE		
DESCRIÇÃO	**2025**	**2024**
SALDO ANTERIOR	0,00	0,00
ENTRADAS	2.799,00	0,00
SALDO ATUAL	2.799,00	0,00

Nota Explicativa nº09- Ajuste de Exercícios Anteriores

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, a SMTT apresentou um saldo **negativo** na conta contábil 237110300 - Ajustes de Exercícios Anteriores e no Balanço Patrimonial, no montante de **R$ 3.905.576,90**, conforme registros demonstrados a seguir:

CONTA CONTÁBIL	VALOR (R$)
237110300-AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
SALDO INICIAL	711.225,60
DÉBITO	4.030.195,12
CREDITO	835.843,82
SALDO FINAL	**3.905.576,90**

ESPECIFICAÇÃO	SOMA DE DÉBITO	SOMA DE CRÉDITO
Despesas de Exercícios Anteriores-DEA	3.985.793.37	
Despesa extra Decreto Municipal 6846/22	810.00	
Anulação de Liquidação	43.591,75	43.591,75
lançamento de Abertura do Exercício	0,00	711.225,60
Ajuste ref a NF de Combustivel	0,0	81.026,47
SALDO FINAL	**4.030.195,12**	**835.843,82**

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

3.2 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E NOTAS EXPLICATIVAS

A Demonstração das Variações Patrimoniais da SMTT evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período foi apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passou a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

A DVP tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**243.538,14**	**225.602,15**
TAXAS		243.538,14	225.602,15
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**12.884,76**	**20.642,52**
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		12.884,76	20.642,52
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**309.311,87**	**264.695,03**
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		309.311,87	264.695,03
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**169.989.453,73**	**101.950.606,54**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		169.949.776,54	101.925.221,38
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		39.677,19	25.385,16
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**121.388,00**	**128.134,99**
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		121.388,00	128.134,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**14.403.520,87**	**16.239.629,60**
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		14.403.520,87	16.239.629,60
Total das variações patrimoniais aumentativas (I)		**185.080.097,37**	**118.829.310,83**

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	**53.693.758,61**	**54.894.153,23**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	24.061.870,17	22.351.348,50
ENCARGOS PATRONAIS	28.938.841,34	31.138.590,94
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	693.047,10	1.404.213,79
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**0,00**	**1.950,00**
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.950,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**68.147.278,36**	**54.188.673,55**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.681.872,51	2.038.517,52
SERVIÇOS	64.473.062,63	51.563.386,77
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.992.343,22	586.769,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**163.881,58**	**126.350,33**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	163.881,58	126.350,33
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**61.891,82**	**1.962.990,96**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.408,30	1.962.990,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	57.483,52	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**955,95**	**7.460,80**
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	955,95	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	7.460,80
TRIBUTÁRIAS	**174.015,68**	**198.354,27**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	29.363,15	28.808,68
CONTRIBUIÇÕES	144.652,53	169.545,59
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**177.483,08**	**1.828,00**
PREMIAÇÕES	36.551,70	828,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	140.931,38	1.000,00
Total das variações patrimoniais diminutivas (II)	**122.419.265,08**	**111.381.761,14**

Nota Explicativa nº 10 - VPA – Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais (cota, repasse e sub-repasse), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Neste grupo, o item de maior destaque, com 100%, foi o de Transferências Intergovernamentais (cota financeira), que tem como função o registro dos valores dos recursos recebidos pelo Órgão decorrente de programação financeira correspondente ao orçamento anual e pagamento de folha de pessoal.

Nota Explicativa nº 11 - VPA – Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial do Período, apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas, foi no valor de R$ 62.660.832,29.

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2025	2024	VARIAÇÃO
TOTAL DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	185080097,37	118829310,83	66.250.786,54
TOTAL DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	122419265,08	111381761,14	11.037.503,94
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2025	**62,660,832.29**	**7,447,549.69**	**55.213.282,60**

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

3.3 – DEMONSTRATIVOS DE FLUXOS DE CAIXA E NOTAS EXPLICATIVAS

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, identificando as fontes de geração dos fluxos de entrada e itens de consumo durante o período das demonstrações contábeis e por final o saldo do caixa.

Nota Explicativa nº 12 – Geração Líquida de Caixa e equivalente de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, correspondendo ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em 2025, o valor do fluxo de caixa líquido da SMTT correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, fornecendo um valor de R$ 734.632,00. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício anterior.

3.4 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO E NOTAS EXPLICATIVAS

Nota Explicativa nº 13 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário da SMTT demonstra os saldo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e os saldos zerados, tendo em vista que este Órgão não arrecada recursos próprios e integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município, quanto as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação, estão detalhados a seguir:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	17.861.000,00	17.861.000,00	14.969.255,64	**-2.891.744,36**
RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00	500.000,00	0,00	**-500.000,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS	**18.361.000,00**	**18.361.000,00**	**14.969.255,64**	**-3.391.744,36**
REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**18.361.000,00**	**18.361.000,00**	**14.969.255,64**	**-3.391.744,36**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**166.713.691,67**	**166.713.691,67**
TOTAL	**18.361.000,00**	**18.361.000,00**	**181.682.947,31**	**163.321.947,31**

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON DE SANTANA e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**177.312.700,00**	**139.350.011,08**	**125.378.315,06**	**124.475.911,23**	**123.249.874,57**	**13.971.696,02**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.552.000,00	55.146.001,76	54.878.477,37	54.878.477,37	54.520.398,42	267.524,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	135.000,00	169.000,00	163.881,58	163.881,58	163.881,58	5.118,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.625.700,00	84.035.009,32	70.335.956,11	69.433.552,28	68.565.594,57	13.699.053,21
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**2.901.000,00**	**144.477.040,70**	**56.304.632,25**	**56.304.632,25**	**56.304.632,25**	**88.172.408,45**
INVESTIMENTOS	2.890.000,00	144.466.040,70	56.295.770,29	56.295.770,29	56.295.770,29	88.170.270,41
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	11.000,00	11.000,00	8.861,96	8.861,96	8.861,96	2.138,04
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**180.213.700,00**	**283.827.051,78**	**181.682.947,31**	**180.780.543,48**	**179.554.506,82**	**102.144.104,47**

Nota Explicativa nº 14 Defícit Orçamentário

Apesar do balanço orçamentário apresentar um Defícit no valor de **R$ 166.713.691,67** no comparativo entre receitas realizadas e despesas empenhadas, a SMTT Recebeu em 2025 Repasses Financeiros da Prefeitura de Aracaju no valor de **R$ 169.949.776,54** que foram feitos por meio de transferências intraorçamentárias, não figuram entre as receitas orçamentárias próprias da referida unidade, embora destinem-se a cobrir despesas orçamentárias.

3.5 – BALANÇO FINANCEIRO E NOTAS EXPLICATIVAS

O Balanço Financeiro (BF), evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A composição do BF é demonstrada em um único quadro, evidenciando as movimentações financeiras deste órgão: a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; d) o saldo em conta bancária do exercício anterior para o exercício seguinte

Nota Explicativa nº 15- RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I) E DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)

Foi adotado o regime de caixa para as receitas orçamentárias arrecadadas e o regime de competência para as despesas orçamentárias executadas. As receitas orçamentárias estão evidenciadas no balanço financeiro pelos seus valores líquidos, ou seja, já deduzidos as restituições e anulações. O montante com as despesas empenhadas, contempla o reforço dos empenhos e anulações. Ao apurar a receita Orçamentária de R$ 14.969.255,64, em relação a Despesa Orçamentária empenhada de R$ 125.378.315,06.

Nota Explicativa nº 16 – Saldo para o Exercício Seguinte

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

O Resultado Financeiro do Exercício (diferença entre o total de ingressos e o total de dispêndios) foi superavitário no período em R$ 570.750,42. Considerando que o saldo do exercício de 2025 de Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço Patrimonial foi de R$ 3.205.197,70, sendo esse saldo transferido para o Balanço Financeiro do exercício seguinte.

Aracaju/SE, 26 de Fevereiro de 2026.

Adailton Lima Rezende
Contador
CRC/SE 009029/O

Assinado por 2 pessoas: ADAILTON LIMA REZENDE e NELSON FELIPE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB e informe o código 1469-2E20-7D65-EFBB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 1469-2E20-7D65-EFBB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ADAILTON LIMA REZENDE (CPF 070.XXX.XXX-11) em 26/02/2026 16:55:13 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- NELSON FELIPE DA SILVA FILHO (CPF 533.XXX.XXX-34) em 27/02/2026 08:17:17 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/1469-2E20-7D65-EFBB

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – 2025

1 Informações Gerais

A Câmara Municipal de Aracaju (CMA) é o órgão responsável pelo exercício do Poder Legislativo no município de Aracaju. Atualmente é composta por 26 vereadores, tendo suas competências previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Aracaju. Dentre as competências da CMA, destacam-se: legislar sobre assuntos de interesse local e fiscalizar os atos do Executivo municipal. Atualmente está sediada na Praça Olímpio Campos, 74, Centro, Aracaju – SE.

2 Resumo das Políticas Contábeis Significativas

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320 de 1964, a Lei Complementar nº 101 de 2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 11ª edição) e demais legislações aplicáveis.

2.1 Principais critérios e políticas contábeis adotados pela Câmara Municipal de Aracaju

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras: A moeda funcional adotada é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem as contas-movimento, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Esses valores são mensurados e avaliados pelo valor histórico e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Estoques: Compreendem materiais de consumo em geral, materiais bibliográficos produzidos para distribuição gratuita e comercialização, dentre outros. São avaliados e

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado.

Imobilizado: O imobilizado compreende bens móveis e imóveis, sendo inicialmente reconhecido pelo valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens estão sujeitos a processos de depreciação, amortização e reavaliação. Gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado somente quando resultam em uma ampliação relevante do potencial de serviço ou geração de benefícios econômicos futuros. Por outro lado, gastos relacionados à manutenção são reconhecidos como variação patrimonial diminutiva. Para ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é determinado por meio de avaliação, com base no valor patrimonial estabelecido nos termos da doação.

Depreciação de bens móveis: A depreciação de bens móveis é calculada pelo método das quotas constantes, sendo regulamentada pelo Decreto Municipal nº 5.897 de 2019.

3 Balanço Orçamentário

3.1 Entidades Abrangidas e Período

O presente Balanço Orçamentário abrange a execução orçamentária da Câmara Municipal de Aracaju. O período de referência é o exercício financeiro de 2025.

3.2 Regime Orçamentário e Critério de Classificação

Conforme art. 35 da lei nº 4.320/64, o regime orçamentário adotado reconhece as receitas pelo regime de caixa (arrecadação) e as despesas pelo regime de competência (empenho). Ademais, tanto as Receitas como as Despesas foram classificadas por Natureza.

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

3.3 Desequilíbrio e Déficit Orçamentário

A entidade é um órgão do poder legislativo municipal, não atuando como agente arrecadador. Durante o exercício, as receitas orçamentárias realizadas totalizaram R$ 512.228,80, compostas integralmente por receitas patrimoniais (aplicações financeiras). Em contrapartida, as despesas orçamentárias empenhadas totalizaram R$ 106.023.975,17. Isso resultou em um déficit orçamentário apurado de R$ 105.511.746,37.

Tal desequilíbrio não configura irregularidade, pois a execução das despesas orçamentárias da Câmara Municipal é financiada por meio de repasses financeiros (duodécimos) advindos do Poder Executivo, os quais configuram transferências financeiras, não transitando como receita orçamentária neste demonstrativo.

3.4 Detalhamento das Despesas e Receitas Intraorçamentárias

A totalidade das despesas intraorçamentárias executadas no exercício totalizou o montante de R$ 9.710.600,67, referindo-se exclusivamente às contribuições patronais ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Não houve receitas intraorçamentárias.

3.5 Atualizações monetárias

Não ocorreram atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes ou após a data da publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), que afetassem a coluna 'Previsão Inicial' da receita orçamentária.

3.6 Despesas Executadas por Tipos de Créditos

A dotação inicial para o exercício de 2025 foi fixada em R$ 101.641.000,00. Contudo, após apuração das receitas previstas no art. 29-A da CF/88 efetivamente realizadas no exercício anterior, houve a abertura de Crédito Suplementar no valor de R$ 4.417.657,40, autorizado pela Lei nº 6.120/2024, utilizando a anulação de outros órgãos como fonte de recurso. Com as devidas atualizações, a dotação atualizada alcançou o montante de R$ 106.058.657,40.

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

Ademais, foram abertos créditos suplementares no valor de R$ 5.313.444,64 por anulação do próprio órgão.

3.7 Restos a Pagar Processados e Não Processados

A entidade mantém o controle em separado da execução dos Restos a Pagar Não Processados e Processados, evidenciados em quadros anexos distintos.

3.7.1 Restos a Pagar Não Processados

O saldo inscrito em 31 de dezembro do exercício anterior foi de R$ 3.270,66, referente a Outras Despesas Correntes. Deste montante, R$ 2.828,38 foram liquidados e pagos no exercício, e R$ 442,28 foram cancelados, não havendo saldo a pagar ao final do período.

3.7.2 Restos a Pagar Processados

O saldo inscrito no exercício anterior totalizou R$ 1.455.342,58. Este valor foi integralmente pago no exercício corrente, não restando saldo a pagar nem cancelamentos registrados.

3.8 Superávit Financeiro e Recursos de Exercícios Anteriores

Não houve utilização de Superávit Financeiro ou recursos arrecadados em exercícios anteriores para a abertura de créditos adicionais no atual balanço orçamentário.

3.9 Conciliação com a Demonstração dos Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa gerados e consumidos pela entidade no exercício de 2025 apresentaram a seguinte movimentação líquida, em conciliação com a execução orçamentária e extraorçamentária:

3.9.1 Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

Apresentou saldo negativo de R$ 465.591,03. Este fluxo concentra a maior parte da movimentação da Câmara Municipal, englobando o recebimento de R$ 106.058.657,40 referentes a Transferências Financeiras Recebidas (duodécimos), a arrecadação de R$ 512.228,80 em Remuneração das Disponibilidades (compatível com as receitas orçamentárias realizadas), contrapostos aos desembolsos com Pessoal e Demais Despesas, que somaram R$ 95.974.429,08.

3.9.2 Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento:

Apresentou saldo negativo de R$ 248.808,23. Este valor corresponde exata e integralmente ao montante das Despesas de Capital (Investimentos) pagas no Balanço Orçamentário, refletindo a aquisição de ativos não circulantes.

3.9.3 Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento

Não houve movimentação registrada neste fluxo ao longo do exercício.

4 Balanço Financeiro

4.1 Receita Orçamentária

O item Receita Orçamentária (I) é composto tanto pelos rendimentos de contas de precatório como pelas aplicações financeiras realizadas pela CMA ao longo do exercício financeiro de 2025. Do total, R$ 10.660,05 correspondem às contas de poupança de precatórios, as quais são movimentadas pelo Tribunal de Justiça de Sergipe e não podem ser repassadas ao Executivo Municipal.

4.2 Transferências Financeiras Concedidas

O item Transferências Financeiras Concedidas (VIII) é composto pelos seguintes valores:

Rendimento de Aplicações devolvidas ao Executivo – R$ 441.415,37

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

Devolução de sobra do duodécimo do exercício de 2024 – R$ 8.083,65

4.3 Recebimentos e Pagamentos Extra-Orçamentários

Os itens Recebimentos extraorçamentários (III) e Pagamentos extraorçamentários (VIII) referem-se aos ingressos e dispêndios não orçamentários, representados majoritariamente pelos valores das retenções de impostos, contribuições e empréstimos consignados em folhas de pagamento, além das retenções de tributos na fonte sobre pagamentos a fornecedores;

5 Balanço Patrimonial

5.1 Créditos a Curto e Longo Prazo

No ativo circulante, os créditos a curto prazo totalizam R$ 6.695,13, correspondendo na íntegra a direitos de "Créditos a Receber Por Reembolso de Salário Maternidade Pago". Não existem registros de créditos a longo prazo no ativo não circulante.

5.2 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

No curto prazo, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais totalizam R$ 591.546,33 e correspondem integralmente às contribuições previdenciárias ao INSS.

No longo prazo, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais totalizam R$ 91.152,17, sendo este montante composto exclusivamente por Precatórios de Pessoal, os quais são movimentados exclusivamente pelo Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE).

5.3 Provisões

A entidade não apresenta saldos registrados referentes a provisões a curto ou longo prazo em seu passivo.

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

5.4 Imobilizado

O Ativo Imobilizado apresenta um saldo de R$ 4.502.006,73. A sua composição bruta divide-se em Bens Móveis no valor de R$ 2.860.297,23 e Bens Imóveis no valor de R$ 2.037.919,51.

Quanto à depreciação acumulada, informamos que o valor constante no Balanço Patrimonial diverge do valor registrado no módulo de patrimônio do SIAFIC pelos motivos a seguir: a divisão de Contabilidade da Câmara Municipal efetuou os lançamentos de depreciação e conciliação com o sistema de patrimônio no dia 05 de dezembro de 2025. À época, os valores registrados no módulo de patrimônio do SIAFIC correspondiam exatamente aos valores registrados no Balanço Patrimonal. Contudo, ao longo do mês, o valor do módulo de patrimônio foi alterado pela empresa que fornece o SIAFIC para incluir um item que não estava sendo depreciado desde 2022, sendo sua depreciação acumulada lançada integralmente no mês de dezembro de 2025. Tal fato não foi comunicado à CMA, e a diferença só foi notada em janeiro de 2026, quando o exercício anterior já estava encerrado. Desse modo, foi feito em 2026 um lançamento de ajuste de exercícios anteriores para adequar os valores registrados no módulo de Patrimônio aos registros contábeis.

Os relatórios que comprovam os fatos relatados estão em anexo.

5.5 Intangível

Não existem ativos intangíveis reconhecidos no presente balanço patrimonial.

5.6 Componentes do Patrimônio Líquido

O Património Líquido da CMA, avaliado em R$ 4.810.661,07, é constituído na sua totalidade pela rubrica de Resultados Acumulados. Não existem reservas registradas.

Quanto à rubrica Ajustes de Exercícios Anteriores, o valor registrado corresponde integralmente ao registro de bens móveis cedidos pela Secretaria Municipal de Fazenda de

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

Aracaju em favor da Câmara Municipal de Aracaju conforme Ofício 5.992/2024. Como a documentação pertinente foi recebida somente em 2025 pela CMA, os registros foram feitos em contrapartida à essa rubrica em vez de uma variação patrimonial aumentativa.

5.7 Demais Elementos Patrimoniais Relevantes

5.7.1 Disponibilidades e Estoques

O ativo circulante é composto majoritariamente pela rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa no montante de R$ 1.198.769,43. Ademais, os estoques em almoxarifado perfazem o valor de R$ 82.426,02.

5.7.2 Superávit Financeiro

Foi apurado um superávit financeiro do exercício na ordem dos R$ 235.652,13.

6 Demonstração das Variações Patrimoniais

6.1 Método de Apresentação das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

Em conformidade com a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as diretrizes da NBC TSP 11, a entidade adotou o método da natureza para a classificação e agregação das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) na presente demonstração. As despesas foram segregadas segundo a sua essência econômica, tais como pessoal e encargos, consumo de materiais e serviços, e depreciação.

6.2 Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

Durante o exercício de 2025, as Variações Patrimoniais Aumentativas totalizaram R$ 106.570.886,20, estruturando-se da seguinte forma:

6.2.1 Transferências Intragovernamentais

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

Representam a quase totalidade das VPA, no montante de R$ 106.058.657,40. Este valor reflete os repasses de duodécimos recebidos para o financiamento das atividades do legislativo.

6.2.2 Remuneração de Depósitos Bancários

Ingressos provenientes de aplicações financeiras, que somaram R$ 512.228,80 no período.

6.2.3 Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas: Não houve registo de receitas sob esta rubrica no atual exercício.

6.3 Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

As Variações Patrimoniais Diminutivas incorridas no exercício perfizeram o total de R$ 106.317.831,72.
No exercício não foram registradas reduções ao valor recuperável de ativos, baixas de imobilizado, constituição ou reversão de provisões, reestruturações ou descontinuidade de unidades operacionais.

Os itens de maior materialidade e relevância, classificados por natureza, compreendem:

6.3.1 Pessoal e Encargos
Constitui o maior dispêndio da entidade, totalizando R$ 94.156.652,08. Este grupo é subdividido em: Remuneração a Pessoal (R$ 52.589.486,56), Encargos Patronais (R$ 17.341.293,32), Benefícios a Pessoal (R$ 18.446.250,61) e Outras VPD de Pessoal e Encargos (R$ 5.779.621,59).

6.3.2 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

Totalizou R$ 5.701.542,34. Engloba fundamentalmente a contratação de Serviços (R$ 5.254.522,17), Uso de Material de Consumo (R$ 270.650,57) e Depreciaçã, Amortização e Exaustão (R$ 176.369,60).

6.3.3 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Totalizou o montante de R$ 4.811.665,08, sendo compostas por Premiações (R$ 14.193,71) e VPDs não classificadas nos grupos anteriores (R$ 4.797.471,37).

7 Demonstrativo do Fluxo de Caixa

7.1 Conceito e Conciliação do Saldo de Caixa

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, consideram-se como Caixa e Equivalentes de Caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários disponíveis e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apurou um saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa de R$ 1.198.769,43 no exercício de 2025. Este resultado decorre de um saldo inicial de R$ 1.913.168,69, reduzido por uma variação líquida negativa de caixa no período de R$ -714.399,26.

O saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa apurado na DFC é consistente com o valor evidenciado no Balanço Patrimonial, não havendo diferenças a conciliar.

7.2 Composição dos Fluxos de Caixa

A variação líquida das disponibilidades no período resulta da consolidação das seguintes atividades:

7.2.1 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Os ingressos operacionais totalizaram R$ 118.303.697,75, sustentados primordialmente por Transferências Financeiras Recebidas no montante de R$ 106.058.657,40, bem como por Valores Restituíveis que somaram R$ 11.685.605,71.

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

Os desembolsos operacionais alcançaram R$ 118.769.288,78, concentrando-se principalmente na rubrica de Pessoal e Demais Despesas, no valor de R$ 95.974.429,08, integralmente alocados na função legislativa, além de Transferências Intragovernamentais concedidas no montante de R$ 10.567.979,23. Desse modo, foi apurado fluxo líquido negativo de R$ -465.591,03.

7.2.2 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Apresentaram fluxo líquido negativo de R$ -248.808,23, decorrente exclusivamente de desembolsos para aquisição de ativos não circulantes, não tendo sido registrados ingressos relacionados a estas atividades no exercício.

7.2.3 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

Não houve registro de ingressos provenientes de operações de crédito, tampouco desembolsos relacionados à amortização ou refinanciamento de dívidas, resultando em fluxo líquido nulo (R$ 0,00).

7.3 Restrições Financeiras e Valores Restituíveis

Os ingressos classificados como Valores Restituíveis totalizaram R$ 11.685.605,71, enquanto os desembolsos correspondentes somaram R$ 11.725.064,53 no exercício.

Tais valores referem-se, principalmente, a retenções como consignações, tributos retidos e depósitos de terceiros. Por sua natureza extraorçamentária, esses recursos não se configuram como disponibilidades livres ou disponíveis para financiamento das atividades institucionais, sendo destinados à posterior transferência aos respectivos credores.

7.4 Transações de Investimento e Financiamento sem Uso de Caixa

No exercício de 2025, não foram realizadas transações de investimento ou financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa.

7.5 Linhas de Crédito

A entidade não possui linhas de crédito contratadas ou disponíveis para utilização no período.

8 Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

O valor registrado em Ajustes de Exercícios Anteriores corresponde integralmente ao registro de bens móveis cedidos pela Secretaria Municipal de Fazenda de Aracaju em favor da Câmara Municipal de Aracaju conforme Ofício 5.992/2024. Como a documentação pertinente foi recebida somente em 2025 pela CMA, os registros foram feitos em contrapartida à essa rubrica em vez de serem registrados como variação patrimonial aumentativa.

9 Informações por Segmento

A Câmara Municipal de Aracaju opera em um único segmento de serviço, correspondente à função Legislativa Municipal, não possuindo outros segmentos operacionais ou geográficos distintos que demandem a segregação de informações financeiras, em conformidade com as diretrizes da NBC TSP 27 e do MCASP.

10 Declaração do Contador

Declaro, para os devidos fins, que as demonstrações contábeis da Câmara Municipal de Aracaju, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas em conformidade com os preceitos da legislação vigente aplicável, especialmente com base: na Lei nº 4.320/1964; na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; nas diretrizes e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição), aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Informo ainda que todas as normas legais, regulamentares e orientações técnicas pertinentes foram observadas na elaboração das referidas demonstrações, garantindo sua fidedignidade, consistência e aderência aos princípios contábeis aplicáveis ao setor público.

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

Aracaju, 18 de março de 2026

Rodolfo Meneses de Oliveira

Contador CRC SE-008459/O

Assinado por 2 pessoas: RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA e RICARDO VASCONCELOS SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506 e informe o código 8A63-CA1D-BA92-B506

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8A63-CA1D-BA92-B506

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RODOLFO MENESES DE OLIVEIRA (CPF 053.XXX.XXX-70) em 25/03/2026 07:46:24 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

RICARDO VASCONCELOS SILVA (CPF 018.XXX.XXX-79) em 25/03/2026 12:59:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/8A63-CA1D-BA92-B506